



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**O QUE SERÁ QUE SERÁ QUE SE SUSSURRA PELAS FAVELAS: O QUE E  
COMO PROJETAM O FUTURO OS JOVENS DA ÚLTIMA ETAPA DO  
ENSINO MÉDIO, NA FAVELA DA MARÉ?**

**RIO DE JANEIRO**

**2016**

**SHYRLEI ROSENDO DOS SANTOS**

**O QUE SERÁ QUE SERÁ QUE SE SUSSURRA PELAS FAVELAS: O QUE E  
COMO PROJETAM O FUTURO OS JOVENS DA ÚLTIMA ETAPA DO  
ENSINO MÉDIO, NA FAVELA DA MARÉ?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica Peregrino

RIO DE JANEIRO

2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**SHYRLEI ROSENDO DOS SANTOS**

**O QUE SERÁ QUE SERÁ QUE SE SUSSURRA PELAS FAVELAS: O QUE E  
COMO PROJETAM O FUTURO OS JOVENS DA ÚLTIMA ETAPA DO  
ENSINO MÉDIO, NA FAVELA DA MARÉ?**

Aprovado pela Banca Examinadora  
Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica Peregrino  
Orientador – UNIRIO

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliane Ribeiro - UNIRIO

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Regina Célia Reyes Novaes - UFRJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eblin Joseph Farage - UFF

**RIO DE JANEIRO**

**2016**

Dedico este trabalho a toda juventude da Maré, a cada sonho projetado por essa população. Aos que vem lutando diariamente para conquistá-los e, de forma um tanto visceral, vem nos ensinando a (re)fazer diariamente rotas de fuga para não cair na cilada da desilusão.

Sonhar mais um sonho impossível  
Lutar quando é fácil ceder  
Vencer o inimigo invencível  
Negar quando a regra é vender(...)  
É minha lei, é minha questão  
Virar este mundo, cravar este chão  
Não me importa saber  
Se é terrível demais  
Quantas guerras terei que vencer  
Por um pouco de paz (...)  
E assim, seja lá como for  
Vai ter fim a infinita aflição  
E o mundo vai ver uma flor  
Brotar do impossível chão.  
Composição: Chico Buarque/Joe Darion

## AGRADECIMENTOS

Um trabalho como esse nunca é feito sozinho, especialmente em trajetórias como a minha. Ele é fruto de longas conversas que revelam sonhos, devaneios, questionamentos, e, à medida que os diálogos são feitos, as pessoas vão deixando palavras, algumas como sementes que crescem e florescem, e outras como tesouras que aparam, e num processo contínuo as palavras vão sendo ressignificadas. Sendo assim, nunca é demais agradecê-las pelas palavras.

E a primeira palavra é **SABEDORIA**. Essa foi deixada por meus avôs paternos, José Rosendo e Luiza Santos. Eles, dois retirantes do Nordeste que têm a pele cravejada de marcas e dores da desigualdade social, com pouco capital cultural, pouco estudo, e muita das vezes desconhecendo o papel da universidade e da escola, sabiam que lá é o lugar onde a vida vai ganhando concretude. Eles me ensinaram a ser sábia, a lidar com os leões e a adquirir cautela para viver a vida de forma digna. Me ensinaram a administrar o tempo, ter tranquilidade e clareza para fazer as primeiras escolhas. Por isso e por tudo que sou e me tornei, e ainda pelo que vou me tornar, dedico a eles o meu trabalho e os agradeço pelas palmadas, pelos castigos, pelos tantos “não” e “sim” que me deram, a fim de que eu me tornasse a pessoa que sou hoje e pudesse adquirir sabedoria para dar os primeiros passos.

**AMOR, AMAR e GRATIDÃO** são palavras que meus irmãos Douglas Rosendo e Diogo Rosendo me deram, mostrando que amar alguém é algo que transcende as diferenças e extrapola o tempo. Divergimos do método, da forma, temos crenças diferentes e mesmo assim nos amamos. E num processo longo, que ainda não acabou, aprendemos a nos respeitar. Com eles fui aprendendo a não fazer das diferenças, abismos. E tenho muito a agradecer, pois foram as primeiras pessoas que me ensinaram essa lição. É um amor que, de certa forma, os agradeço, pois é preciso amar e ser amada para acreditar que outro tipo de sociedade é possível. Eles foram pessoas fundamentais para que eu chegasse até aqui, pois, além do amor que me impulsionava a ter força para viver o cotidiano, eles foram os meu pais, pois, por várias vezes, foram eles quem me deram o dinheiro para o lanche, para passagem, para a xerox; etc. Eles acreditaram em mim.

**DIGNIDADE**. Essa eu aprendi com duas pessoas, muito importante. A primeira pessoa é o meu pai, Mauricio Rosendo, pois a sua trajetória foi marcada por essa palavra que, muitas vezes, lhe escapou, levando-o a lugares muito cruéis. Meu pai, com sua experiência de vida, pôde ensinar-me a adquiri-la sem deixá-la voar. Mas dignidade

também é a palavra que a/minha tia Deodete Soares deixou cravada, pois, com tamanho domínio da mesma, pôde socializá-la comigo, me ensinando a flexioná-la, uma vez que, na vida, a gente sempre forja a nossa identidade de acordo com os lugares, mas, ao forjar, que a gente não perca aquilo que nos constitui.

**FAVELA.** Essa palavra eu aprendi com os amigos e colegas que fiz no Centro de Estudo e Ações Solidárias da Maré, tais como: Andréia Rodrigues, Alessandra Guedes, Marylin Maia, Tais Cavalcante, Elaine Santos, Sandra e tantos outros que seguiram diferentes caminhos. Depois, os amigos que fiz na Redes de Desenvolvimento da Maré, Claudia Santos, Letícia Barbosa, Débora Rodrigues, Alessandra Silva, Cristina Nascimento, Beth Marques, Fernanda Gomes, Paula Miranda, Wallace Lino, Jaqueline Andrade e tantos outros que aqui não cabem. Seja pelo trabalho, pelos encontros filosóficos no bar, pelos atos de mobilização, pelos ideais coletivos, ou seja, pelo espaço de disputa de encontros. Agradeço por eles terem me ensinado sobre o que realmente significa uma favela, sobre o que ela representa para os que nela habitam e para os que não. Por terem me ensinado que a favela é cidade. Por estarem juntos nos momentos de complexidade. Foi com eles que experimentei e experimento a alegria e a dor de uma favela e de uma cidade que expressam desigualdade e individualismo ao invés de potencializar as diferenças.

As palavras que vou utilizar agora já foram dedicadas a elas em outro momento. A vida passa e a gente a ressignifica e, por mais que hoje eu tenha questões, dúvidas e medos, foram elas que deixaram as palavras **MILITÂNCIA, MOVIMENTO, POLÍTICA, SOLIDARIEDADE, UTOPIA, DIALÉTICA** e **AMOR** (de novo). Essas palavras me constituem e indicam quem estou sendo hoje, mas isso se deve a duas pessoas fundamentais na minha vida. E são elas: Eblin Farage e Francine Helfreich, por serem pessoas capazes de amar, mostrando que o amor está na amizade. Por se fazerem professoras da/na vida. Por terem sido as primeiras pessoas a reconhecerem meu potencial e terem me ajudado a descobrir o meu amor pela vida. Pela alegria de ensinar que as minhas mãos e as delas, e a de tantas outras que surgem, podem fazer militância e movimento, seja na Maré ou em outros espaços da cidade. Pela solidariedade nos poucos, porém difíceis, momentos da vida que surgem quando vamos aprendendo a nos conhecer e a lidar com as nossas diferenças. Por experimentarem e terem me ajudado a ver que determinadas marcas e cicatrizes que as pessoas têm foram feitas por profundas desigualdades. Por terem me cedido ombro para os momentos difíceis, por terem me dado teto, por terem me apresentado tantas outras palavras. Ao lado delas, a utopia se

ascende e o caminho sempre se refaz, ou melhor, a utopia sempre se renova, pois essas mulheres são a máxima expressão da crença por um mundo justo, solidário, igualitário e politizado.

**RECONHECER.** Saber reconhecer é uma atitude que te exige muita humildade, pois, às vezes, o cotidiano a leva. É tão importante quanto agradecer. É a capacidade de fazer a crítica das suas atitudes, é ter a hombridade de agradecer o que as pessoas fazem com você e por você, mesmo que elas ou nós mudemos de caminho. E essa eu aprendi com Eliana Sousa Silva, pois reconheço a oportunidade que ela me deu de desenvolver-me como sujeito político. E eu reconheço e agradeço profundamente pela oportunidade.

**RELIGIOSIDADE e ESPIRITUALIDADE.** Essas palavras são socializadas e atualizadas o tempo todo por Ana Muniz, Sônia Faber, Renata Codagan, Henrique Santiago, Claudia Santiago e tantas outras pessoas com quem as estive experimentando. Agradeço por terem-nas retomado comigo, pois é através dessas pessoas e com essas palavras que pude, em algum momento da vida, compreender que não adianta evoluir intelectualmente se não se permitir evoluir espiritualmente. E isso significa encarar a vida de cabeça erguida, sendo justa, solidária e respeitosa com o outro da forma como este se apresenta no mundo.

**FÉ.** Essa é a palavra de minha avó Andreia, pois ela a carrega na pele, estando marcada nos seus olhos, no seu cheiro, no seu movimento. Minha Avó Andréia é o presente dos Orixás na minha vida inacabada e cheia de angústia e bons medos. Medos que são superados ou atenuados com as palavras firmes e amorosas de minha Voinha, que nada mais são que FÉ e amor por um humano que chega desconhecido, carregado de incertezas e frustrações.

**LEALDADE e AMIZADE** são palavras do tempo, mas não do tempo passageiro; são do tempo em que se fazem num vagar construído sem receio. E é por terem construído comigo que as dedico e relembro o que temos sido até aqui. Eu aprendi essas palavras com Fábio Douglas e Paula Miranda, seres humanos que estão sempre perto, revendo falas, fazendo as críticas difíceis e necessárias sobre as posições que tenho, no mundo. Suas palavras, amizade e lealdade, fazem esse trabalho se tornar um pouco melhor e a vida menos árdua.

**FAMÍLIA,** a palavra que dá sentido ao que você é. Mesmo antes de saber para que veio ao mundo, é a família que enraíza em você valores, crenças. E eu sempre experimento valores, crenças com meus cinco irmãos de criação, os Abreus.



**ESPERANÇA, LEVEZA E ENCANTAMENTO.** Essas são palavras que meus “filhos” e afilhados Daniel Marques e Matheus Nascimento que, junto aos meus amados e queridos sobrinhos Rafael Rosendo, Alan Teodosio e Mirella Rosendo, me presentearam, pois, a cada encontro, brincadeira e sorriso cedido por eles, renovo a esperança de um mundo novo e recupero a criança que tenho guardada em mim. Agradeço por terem entendido que eu precisava ficar só e os “abandonar” para realizar essa tarefa.

**SAUDADE,** a palavra que me faz entender a importância de estar viva e valorizar o que eu tenho. A palavra que me permite entender que o meu maior bem são as pessoas que eu amo e que me amam. E essa palavra eu aprendi a partir da ausência de minha mãe Esmeraldina Rosendo, que fez a passagem quando eu tinha apenas três anos, e com meu amado avô paterno José Rosendo, que fez sua passagem também. Saudade é uma palavra que pode trazer lembranças e causar sentimento de tristeza, mas com eles eu aprendi que saudade é cuidado, é querer bem, mesmo de longe.

**COLHER.** Esta é uma palavra, um verbo difícil, pois ele pode ou não aparecer. E ele apareceu todo esplêndido, no momento em que este trabalho foi ganhando materialidade, pois, à medida que eu fui buscando dados e informações sobre a Maré e fazendo meu questionário, eles se mostraram solícitos. E essas pessoas são Felipe Alves e Anna Levy, por terem tido paciência perante aos meus terríveis desejos.

**PROSPERIDADE,** a palavra que dedico aos meus colegas de mestrado e pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ao grupo de extensão da mesma universidade, por terem renovado a minha esperança num mundo novo, em especial á Marcelo, Aparecida e Jonas.

**SUJEITOS INVISIVÉIS,** não é só uma palavra, é uma palavra adjetivada que, apesar de muito simbólica, consegui materializar. Lembro-me dela quando coloquei meus pés, pela primeira vez, na universidade. Ela é dedicada à classe trabalhadora, que, ano após ano, através de seus impostos, contribui para que a universidade pela qual ganho meu título esteja de pé. E, mais que de pé, ela um dia será da classe trabalhadora, fazendo da entrada na universidade pública uma escolha, não um privilégio.

**VIDA** é uma das palavras desse trabalho, que traz consigo mais que a esperança de um mundo novo, mas os sonhos das pessoas e suas possibilidades de concretização. E, infelizmente, são poucas as pessoas que apontam em seu corpo, sorriso, e palavras o brilho, a energia e a força da vida. São pessoas que lutam, que persistem e insistem em viver, mesmo quando o mundo insiste em ser duro com elas. E essa palavra está

dedicada à Thaís Gomes, por ter aparecido em minha caminhada, um tanto tortuosa, como um anjo, com uma renovação da esperança que me fez acreditar que é possível reinventar a si e ao mundo, quando a regra é ceder. Á ela eu serei sempre grata pelo presente de me ensinar a capturar o brilho da vida, mesmo quando o cotidiano te suga as esperanças e o amor. Á ela, agradeço, também, pela paciência de ter revisado esse trabalho e ter se dedicado comigo a descobrir os projetos de vida dos jovens. Também por ter sido apoio e colo, quando me dei por conta que, ao rever os Projetos de Vida dos jovens da Maré, também estava revendo o meu. Obrigada, mais uma vez, por ver a vida que se esconde em cada um de nós!

**CONFIANÇA**, a palavra que guardo a sete chaves, pois confiar em alguém é poder se despir sem medo. Para essas pessoas você mostra as suas marcas e, quando você não as mostra, elas capturam. E esta eu dedico às doutoras e professoras Regina Novaes e Eliane Ribeiro, pois, além de me dizerem infinitas vezes que podia confiar nelas, também confiaram em mim, dividindo seu conhecimento de forma leve, humilde e humana. São duas pessoas de fácil trato, alegres, para cima e muito sábias. À elas o meu muito obrigado por terem deixado essa palavra no caminho.

Tem gente que, na vida, te soa como uma enciclopédia; neste caso, essa pessoa é. Ela me marca e me deixa com tantas palavras que todas, de alguma forma, já descritas aqui, também são dela. Mas ela é única e tem uma personalidade muito forte, a ponto de ter feito, deixado, plantado e colhido palavra em mim. Ela traz palavras com as quais me reconheço sem precisar me olhar no espelho, e que me atravessam de tal modo que me rasgam por dentro, pois quem me conhece sabe o quanto eu sou **INQUIETA** e tendo a **SONHAR**. Essas palavras vêm sendo cultivadas há quase 10 anos. Quando eu a conheci, e ela me disse: “Vai voar, e eu voo com você também. Sonha, eu sonho com você.” Ela foi e continua sendo a pessoa que faz minhas inquietações virarem trabalho e, conseqüentemente, sonho. É a pessoa que continua devaneando comigo, com minha inquietude. É a pessoa que mata a minha infinita sede de conhecimento, me fazendo conjugar a palavra argumentar. Mas, além disso, é a pessoa que consegue me acalmar com seus sorrisos, nos momentos de crise desse trabalho. Ao mesmo tempo foi a pessoa que incendiava, quando o fogo aqui se apagava, e, com as suas mãos sábias, não me deixava queimar. Ela é muito mais que uma orientadora, ela também é minha amiga e, conseqüentemente, também é autora desse trabalho. Por ela tenho grande admiração, amor e respeito pela sua seriedade, honestidade acadêmica, críticas filosóficas e orientação. Á minha querida orientadora Mônica Peregrino.

## **RESUMO**

Este trabalho se propõe a analisar os projetos de vida dos jovens de favela a partir de uma análise sobre o que se entende por projetos de vida e como eles se constituem, para que possamos, mais tarde, analisar quais os projetos de vida da juventude da favela da Maré e de que modo se constituem. Para isso, trataremos, aqui, do surgimento das favelas, entendendo a favela como uma consequência do desenvolvimento do capitalismo, contrariando a tese de que esses espaços são fruto da ausência do Estado. E, a partir disso, compreender como a favela da Maré se coloca dentro do espaço da cidade. Por fim, a partir de uma análise acerca da categoria juventude e de seu surgimento, tentaremos compreender como se chega a noção de juventude e como vivem e são percebidas as juventudes de favela e seus arranjos, bem como as construções de seus projetos de vida.

**Palavras chaves: Juventude. Juventude de Favela. Projetos de Vida. Jovens do Ensino Médio.**

## **ABSTRACT**

This study aims to analyze the life projects of slum youth , will from an analysis of what is meant by life projects , and how they are , so that we can later analyze which of youth life projects favela da Maré , and how they are . For this deal here the emergence of slums , understanding the slum as a consequence of capitalist development , contradicting the thesis that these spaces are the result of the state's absence. And from that you understand how the favela Maré stands within the city space . Finally you from an analysis will about the youth category and its appearance , try to understand how to get the notion of youth and how they live and slum youths and their arrangements are perceived as well, the build of their life projects.

Key words: youth - slum youth - life projects - high school youth

## **LISTA DE FIGURAS**

**Figura 1** - Configuração territorial da Maré: Modos de ocupação e intervenção do Estado

**Figura 02** - Mapa da comunidade do Parque União, na Maré

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01</b> - Configuração territorial da Maré: Modos de ocupação e Intervenção do Estado	p.48
<b>Tabela 02</b> - Total população da Maré X população de jovens por comunidades	p.80
<b>Tabela 03</b> - Responsáveis por domicílio Total em todas as idades X total de 15 a 29 anos e total de Homens e Mulheres de 15 a 29 anos residentes por comunidades	p.81
<b>Tabela 04</b> - Valor (em reais) do rendimento nominal médio mensal das pessoas com rendimento de 10 anos ou mais de idade e das pessoas de 15 a 29 anos de idade, segundo faixas etárias selecionadas	p.83
<b>Tabela 05</b> - Equipamentos públicos educativo da Maré do 1º ao 5º e sua nota no IDEB	p.94
<b>Tabela 06</b> - Equipamentos públicos educativo da Maré do 6º ao 9º e sua nota no IDEB	p.95
<b>Tabela 07</b> – A tabela de idade dos alunos estudado: 16 a 22 anos	p.105
<b>Tabela 08</b> - Percentual de pessoas que não freqüentavam escola na população de 7 a 14 anos e de 15 a 17 anos de idade, segundo o sexo e a situação do domicílio- Brasil- 2000/2010	p.107
<b>Tabela 09</b> -Percentual da população residente, segundo a cor ou raça Município do Rio de Janeiro e bairros selecionados Ano 2010	p.108
<b>Tabelas 10</b> – Percentuais de quem da família possui Nível superior de acordo com o grau de parentesco e a idade dos alunos	p.111
<b>Tabela 11</b> – A relação dos jovens com o mundo do trabalho de acordo com o sexo	p.112
<b>Tabela 12</b> - Situação dos jovens no mundo do trabalho levando em consideração os fatores: sexo e paternidade/maternidade	p.113
<b>Tabela 13</b> - A proporção da relação dos jovens com o mundo do Trabalho de acordo com a renda declarada	p.116
<b>Tabela 14</b> - Em que comunidade da Favela da Maré você mora atualmente	p.118
<b>Tabela 15</b> - Prospecções familiares de acordo com as idades dos jovens	p.120
<b>Tabela 16</b> - Diga em poucas palavras o que você gostaria de estar fazendo	

daqui a 10 anos? p.124

**Tabela 17** - Categorização da questão: projeto de vida referente à educação referente a formado/ estudando e conclusão do Ensino Médio p.124

**Tabela 18** - Prospecções educativas X inserção no mundo do trabalho p.128

**Tabela 19** - Escolaridade dos pais em relação à modalidade educativa dos Projetos dos Jovens p.132

**Tabela 20** - Prospecções educativas X quem sinalizou que só a família ajudava na realização dos Projetos de vida p.134

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 01-</b> Distribuição da população jovem por faixa etária e gênero alfabetizada na Maré	p.82
<b>Gráfico 02</b> - População residente em aglomerados Subnormais: População de todas as idades X população jovem	p.85
<b>Gráfico 03</b> - Defina a Maré (lugar onde você reside) em uma palavra	p.89
<b>Gráfico 04</b> - Idade que entrou na escola pela primeira vez?	p.106
<b>Gráfico 05</b> - Escolaridade do pai x escolaridade da mãe dos jovens estudados	p.110
<b>Gráfico 06</b> - Renda domiciliar de todos que moram na casa	p.115
<b>Gráfico 07</b> – Distribuição das idades de ingresso no mundo do trabalho de acordo com a renda familiar	p.117
<b>Gráfico 08</b> – Percentual das prospecções familiares de acordo com o sexo	p.121
<b>Gráfico 09</b> – Número de prospecções educativas X prospecções familiares	p.122
<b>Gráfico 10</b> - Prospecções educativas segundo o sexo declarado	p.125
<b>Gráfico 11</b> – Prospecções educativas de acordo com os turnos escolares	p.127
<b>Gráfico 12</b> - Prospecções dos jovens em relação a inserção no mundo do trabalho	p.129
<b>Gráfico 13</b> - Projeções em relação ao mundo do trabalho de acordo com o sexo	p.130
<b>Gráfico 14</b> - Prospecções de trabalho X o somatório da renda domiciliar da família	p.131
<b>Gráfico 15</b> - Quem vem te ajudando a atingir seus objetivos?	p.133
<b>Gráfico 16</b> – Prospecções educativas segundo as instituições, categorias e grupos de pares quem vem ajudando a realizar os objetivos	p.135
<b>Gráfico 17</b> – Impacto das instituições, Trabalho e dos grupos de pares nos projetos de vidas ligados a educação	p.136
<b>Gráfico 18</b> - Tipo e número de cursos realizados de acordo com as prospecções educativas	p.138



## LISTA DE SIGLAS

<b>BNH</b>	Banco Nacional de Habitação
<b>FAFEG</b>	Coligação de Trabalhadores Favelados do Distrito Federal
<b>CEJUVENT</b>	Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude
<b>CODESCO</b>	Companhia de Desenvolvimento da Comunidade
<b>COHAB</b>	Companhia de Habitação Popular
<b>CIA</b>	Companhia de Teatro Cia Marginal
<b>MARGINAL</b>	
<b>CONJUVE</b>	Conselho Nacional de Juventude
<b>CHISAM</b>	Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Rio de Janeiro
<b>ESPOCC</b>	Escola Popular de Comunicação Crítica do Observatório de Favelas da Maré
<b>FUTURE</b>	Feira de Rumos e Atitudes, tendo o Fórum
<b>FONAJUVES</b>	Fórum Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis
<b>FIOCRUZ</b>	Fundação Oswaldo Cruz
<b>Conexão G</b>	
<b>Maré</b>	Grupo Conexão G
<b>LGBT</b>	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans
<b>IDEB</b>	O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
<b>ONU-Habitat</b>	Organizações das Nações Unidas
<b>ONG's</b>	Organizações não governamentais
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
<b>PPC</b>	Postos de Polícia Comunitária
<b>REJUMA</b>	Rede Juventude pelo Meio-Ambiente
<b>Redes da Maré</b>	Redes de Desenvolvimento da Maré
<b>REJ</b>	Reunião Especializada da Juventude do Mercosul
<b>CMC</b>	Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro
<b>SNJ</b>	Secretaria Nacional de Juventude
<b>UNE</b>	União Nacional dos Estudantes
<b>UFMG</b>	Universidade Federal de Minas Gerais
<b>UFF</b>	Universidade Federal Fluminense do Rio de Janeiro
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	19
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	24
<b>CAPÍTULO. 1 MEU NOME É FAVELA: CONTANDO MAIS UMA HISTÓRIA PARA LEGITIMAR FAVELA COMO CIDADE</b> .....	32
<b>1.1.Favela: um território de luta e resistência</b> .....	32
<b>1.2.Favela: Da Ditadura Militar até o tempo presente</b> .....	40
<b>1.3. A Favela da Maré: Um exemplo de luta e resistência</b> .....	46
<b>2. JUVENTUDES NO PLURAL PARA QUEM E ATÉ QUE PONTO?</b> .....	57
<b>2. 1. Juventude: Uma construção histórica</b> .....	57
<b>2.2. Juventude no Brasil: um processo histórico de luta pelo direito de viver das Juventudes</b> .....	68
<b>2.3- Juventude de favela: A Maré como um perfil</b> .....	81
<b>3. OS PROJETOS DE VIDA DOS JOVENS QUE ESTÃO NO FINAL DO ENSINO MÉDIO</b> .....	93
<b>3.1 Projeto de Vida: Das prospecções á realização</b> .....	93
<b>3.2.O campo da pesquisa e seus aprendizados</b> .....	102
<b>3.3. O perfil do grupo estudado: As juventudes da escola de Ensino Médio da Maré</b> .....	106
<b>3.3.1 - Escolaridade dos pais: Um efeito quase cascata na escolarização dos filhos</b> .....	112
<b>3.3.2 - Inserção no mundo do trabalho: A desigualdade entre os sexos e o trabalho como ferramenta de autonomia para juventude</b> .....	114
<b>3.3.3 – Com renda ou sem renda, o destino é o mundo do trabalho</b> .....	116
<b>3.4 Os projetos dos jovens de uma favela carioca, no ensino médio</b>	121
<b>CONSIDERAÇÕES PARA UMA AGENDA DE PESQUISA</b> .....	141
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	148
<b>ANEXOS</b>	154

## APRESENTAÇÃO

Certa vez na aula da pós-graduação um professor nos disse que os mestrandos (as), em geral, fazem desse momento, uma espécie de “acerto de contas” com a sua militância, trajetória profissional e pessoal. Na ocasião refutei a sua afirmação, em especial, porque estava tentando criar distanciamento do objeto de pesquisa, a juventude da Favela da Maré, e seus projetos de vida. Entretanto com o passar do tempo fui compreendendo sua colocação e, por conseguinte concordando com seu apontamento. Sendo assim, o presente trabalho passa a ter linhas tênues com minha trajetória; social, educacional, profissional, militante e acadêmica, uma vez que é a partir da minha inserção em um das dimensões do espaço, a favela, que surgem as inquietações que deram fruto a esta dissertação. Logo, faz-se necessário apresentá-la.

Sou de origem popular e conseqüentemente a primeira pessoa do meu núcleo familiar a entrar na universidade pública. Onde o grau mais alto de escolarização, até então, entre as pessoas do meu núcleo familiar é o ensino médio, adquirido pelo meu pai, por ter sido obrigado pela sua mãe, e depois meus irmãos. O processo histórico da minha escolarização é marcado pela atuação de meus avôs paternos, por quem fui criada, que ofereceram toda estrutura material que estavam ao seu alcance para que eu pudesse chegar até aqui. Nesse percurso ecoam lembranças boas e ruins. Dentre as boas, está a recordação do meu avô José Rosendo indo comprar, todo início de ano, os nossos livros e de minha avó Luiza indo levar e buscar a gente na escola atenuada pelo cuidado que tinha com os nossos materiais e uniformes escolares para que assim pudéssemos causar uma “boa” impressão, pois como ela diz: pobre sim, sujo não!

Ainda sobre seu papel, destaca-se o período que buscou e custeou uma explicadora (espécie de professora particular) para nos ajudar na lição de casa e conseqüentemente no processo de ensino-aprendizado. E isso ocorreu assim que comecei no final da primeira fase do Ensino Fundamental apresentar baixo desempenho em algumas matérias. E graças à explicadora, somada meu hábito de ser curiosa que não tive nenhuma repetência. Cabe ressaltar que minha avó nunca quis que estudássemos dentro da favela, muito menos nos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP), onde fiz o Ensino Médio. Mas era o CIEP a escola que ficava perto de casa e ela podia acompanhar. Os equipamentos educativos públicos de dentro da favela em especial os CIEP's são carregados de estigmas, sendo classificados como uma escola de ensino ruim, famílias desestruturadas seguidas de alunos com mau comportamento.

E neste emaranhado de memórias surgem as minhas tardes na porta de casa com uma tábua, que até hoje existe, que servia de apoio para colocar meus cadernos e livros e tirar a lição. Ir para frente de casa era uma “desculpa” para ver meus colegas brincando na rua, já que minha avó só permitia brincar se ela pudesse estar olhando. Tudo isso, porque eles (meus avós) carregavam a responsabilidade de nos educar, de nos fazer “dar certo”, isto é: que nós não nos envolvêssemos com práticas ilícitas e concluíssemos o ensino médio. E é verdade, que eu e meus irmãos fomos até onde eles projetaram, onde meu irmão mais velho, Douglas, foi até a linha demarcada. Diogo, meu irmão mais novo, parou no meio do caminho e só chega à linha 10 anos depois, sendo eu a única a ultrapassar a linha. O desejo de meus avôs - como bons retirantes do nordeste e vindo de famílias tradicionais- era que tivéssemos uma trajetória linear. Ou seja, concluíssemos os estudos, tornássemos trabalhadores com profissões melhores a que de meu avô e meu pai e, por conseguinte tivéssemos uma boa remuneração e em seguida constituíssemos família por isso os investimentos nos estudos.

Talvez, seja por isso, que no final da primeira etapa do Ensino Fundamental tenha feito um curso preparatório para a escola da Marinha, a fim de obter meu segundo grau lá, e ao mesmo tempo ter um emprego fixo e seguro. Toda via, o curso era muito difícil, as condições ficaram instáveis, pois quem pagava era a minha tia Deodete e eu acabei desistindo. E esta é outra mulher que marca minha trajetória, pois como ex-dona de uma fábrica de roupas, nunca quis que eu seguisse seus passos, desejando estabilidade financeira que não era possível no mundo da moda. E como a carreira militar já tinha sido experimentada pelo meu primo, e a idéia de que lá poderia ter um futuro seguro, que minha tia novamente no Ensino Médio propõem-se a pagar um preparatório militar, dessa vez para que pudesse ingressar no serviço militar como Sargento da Aeronáutica. Entretanto, como me disse um jovem da pesquisa; “conheci as baladas” e eu faltava mais as aulas que ia ao curso, e o sonho da carreira militar não aconteceu.

Entretanto, não há só memórias felizes. Fazendo-me, há um tempo, perceber o quanto as escolas por onde passei economizaram na partilha do saber, uma vez que poderiam ter me dado mais, ajudando a descobrir outras formas de aprender o mundo. Parafraseando Marx, começar na ciência chamada escola não foi nada fácil. Porém, a lembrança mais inquietante que tenho dessa trajetória educativa fora o não incentivo de ingresso para entrada universidade, e que vi se repetir nas escolas da Maré onde trabalhei.

Moro do lado da maior universidade do Brasil, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e pelo fato de não haver tanta áreas de lazer na favela e a rua representarem o perigo, passei significativa parte da minha infância indo para lá brincar, posteriormente na adolescência e juventude indo fazer atividades físicas. O que não fora suficiente para compreender o real significado da cidade universitária. Se para as classes médias, o percurso para entrada na universidade é óbvia, podendo esses até escolher que carreira seguir e universidade estudar, para a maioria dos filhos de determinados seguimentos da classe trabalhadora não é/era. Descobri o que era universidade no último ano do ensino médio, por meio de um grupo de amigos da escola que se preparavam para sua entrada naquele ano. E foi uma amiga que me levou para conhecer o cursinho pré-vestibular que mais tarde, levou-me ao ingresso na universidade e a minha inserção em uma Organização não Governamental localizada na Maré, o Centro de Estudo e Ações Solidárias da Maré (CEASM).

O curso pré-vestibular teve um papel significativo na minha trajetória, pois foi lá onde se deu a descoberta de que eu era tão pobre quanto os meus amigos que não tinham todos os materiais escolares. Lá descobri que existia a UFRJ, mas também a UERJ e a PUC. Além disso, o CEASM possibilitou conhecer um pouco da história da Maré e a forma como a favela estava inserida na cidade. Ou seja, pude iniciar o entendimento de que nem a favela e nem seus moradores são um problema para/da cidade. Mas alguém que apresenta dificuldades de ensino aprendido na infância e recebem conteúdos escolares a quem do exigido no vestibular, acaba tendo como consequência o não ingresso em uma universidade pública. Em especial quando o curso escolhido, economia, está como opção dos filhos da Classe Média e alta do Rio de Janeiro. E como não queria perder o ano, a opção foi fazer moda na Universidade Cândido Mendes, onde a experiência foi desastrosa.

Passei para esta universidade e não tinha como custear, logo, tive que arrumar uma atividade remunerada. Como tinha sido representante de turma do pré-vestibular, esse papel me rendeu uma vaga de estagiária no Programa de Criança Petrobras da Maré, que atuava em sete escolas públicas e uma creche na própria favela, desenvolvendo atividades de arte, educação, letramento e etc. Vaga essa questionada visto que, embora a coordenação soubesse que o estágio ajudaria na manutenção da universidade alguns profissionais e estagiários do programa não entendiam minha estada ali, se perguntando, como aquela experiência ajudaria minha carreira? E se a idéia que estava embutida no CEASM era de que os alunos pudessem se qualificar e

retornar para construir outra Maré, eu estava totalmente fora das estatísticas. Pois, no geral, se imagina que a moda seja tão fútil, que em nada pode contribuir, o que é um equívoco.

O fato é que eu acabei trancando a faculdade e o curso, por estar muito tocada com o que estava vivendo. A descoberta da Maré e seus problemas sociais fomentavam questões que não encontravam eco na faculdade de moda. Não havia com quem conversar sobre a vestimenta dos moradores de favela ou o que elas queriam dizer? Não dava para dialogar sobre o papel da moda no mundo capitalista. Era outro mundo! Por outro lado, ninguém do meu trabalho estava interessado nisso, a fome e as mazelas sociais eram mais urgentes. E a partir dessas vivências comecei a perguntar-me: “Porque alguns professores das escolas da Maré iam para estes espaços carregados de estigmas e, por conseguinte, findavam por estigmatizar também os alunos?” Perante a isso, resolvi fazer educação e ingressei na da Faculdade de Formação de Professores do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Nesse período a direção do CEASM passou por um racha político, dando surgimento a Redes de Desenvolvimento da Maré (REDES DA MARÉ). E, eu fui compor a equipe da Redes da Maré, e lá passei por todos os estágios de uma carreira profissional. Fui Bolsista do setor de comunicação, fui mobilizadora social de alguns projetos, atuei como coordenadora do Setor de Formação da instituição e coordenei junto com Eliana Sousa (diretora), e outros diretores, o projeto “Maré Queremos”. E num dado momento a diretoria da Redes da Maré precisava ampliar-se e meu nome apareceu, e fui convidada para compor a direção da Redes da Maré.

Na ocasião do convite expus o meu pouco tato político, onde a minha experiência nessa área restringia-se a Maré, pois mesmo indo para universidade acabei por não compor o Centro Acadêmico e nem outros espaços políticos. Com isso, não estou desprezando meu aprendizado, pelo contrário, ele até aquele momento fora importante e continua sendo. Entretanto, hoje tomo ciência que fora “insuficiente” para tal tarefa. Uma vez que estamos falando de um cargo político, onde é necessário tática e estratégias para lidar com os sujeitos sociais e as instituições. Mas, a diretoria sabia e mesmo assim, optou por me convidar. Talvez com a crença que um dia eu pudesse sair da condição “diretora aprendiz” e torna-se um quadro político para atuar na Maré e pela Maré.

Aceito o desafio, dividia meu trabalho como pesquisadora do NEPFE- Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favela e Espaços Populares, criado por Eblin Farage

também diretora e professora da Universidade Federal Fluminense. Nesta tarefa pude fomentar o meu conhecimento sobre a constituição desses espaços e os modos de vida de seus residentes, destacando-se a pesquisa que o NEPFE realizou culminando num seminário sobre o impacto do muro na vida dos moradores da Maré. Exerci, também, atividades de coordenação, como por exemplo, a do projeto Censo Maré, onde tive a tarefa de pensar em campanhas de mobilização para recenseadores e criar estratégias onde a comunidade pudesse receber a equipe.

Enquanto na Redes da Maré dava continuidade a minha formação política, foi minha inserção no grupo de pesquisa da UERJ que estudava a juventude e os modos de transição para vida adulta, coordenado pela Doutora e Professora Mônica Dias Peregrino, que concretizou-se minha atuação como pesquisadora e comecei a desenhar perguntas sobre juventude. E mais, onde compreendi que existem várias maneiras de ser jovem no Brasil. Este espaço foi fundamental para meu aprofundamento a cerca da juventude e para colocar em xeque as verdades que trazia da minha experiência nas instituições já citadas. E numa relação de parceria com a Professora Mônica Peregrino fui expondo minhas dúvidas, questões, inquietações e receios. Neste espaço aprendi que a Maré é onde tudo começa, mas não é onde tudo termina.

Uma das perguntas que fiz aos jovens do Ensino Médio foi: *“Se você pudesse colocar no mapa da Maré algo que ajudaria a realizar seus sonhos, o que colocaria?”* Um dos jovens respondeu: *“Mais uma oportunidade de voltar no tempo e fazer tudo de novo, esse, seria meu mapa.”*. Eu não tenho esse desejo, em especial, porque se não fossem as pessoas e as instituições pelas quais passei e que me formaram como o Ceasm e a Redes da Maré, talvez não tivesse chegado aqui. Pois se minha família, mesmo com sua escolaridade limitada me empurrava para seguir a carreira Militar. Foram essas ONG`s que ampliaram meu universo escolar, intelectual, cultural e profissional. E ao colocar-me a questão: **quais são e a partir de que suportes são construídos os projetos de vida dos jovens do Complexo de Favelas da Maré que se encontram na última etapa do ensino médio?** Percebo que meu objeto de pesquisas resulta de uma tentativa de *“acerto de contas”* com a minha militância, trajetória profissional e política, mas também da tentativa de compreender a estrutura social do Brasil, o papel das favelas na cidade e o processo de transição para juventude desses espaços.

## INTRODUÇÃO

Se for verdade que minha história de vida tem influenciado minha trajetória acadêmica, também é verdade que ela seja “insuficiente” para realizar tal estudo, até por que a função da pós-graduação não é a de fazer terapia. Por outro lado, minha inserção nas instituições já mencionadas me fez perceber e inquietar-me com a frequência de trajetórias como a minha, principalmente quando se tratam da juventude dos filhos da classe trabalhadora brasileira, moradores de favelas.

A questão que aqui se pretende investigar é: **quais são e a partir de que suportes são construídos os projetos de vida dos jovens<sup>1</sup> do Complexo de Favelas da Maré que se encontram na última etapa do ensino médio?** Essa questão não me é nova. É uma inquietação sociológica desenvolvida a partir do momento em que comecei a vivenciar outras instituições na Maré, conforme já exposto na apresentação. E foi ganhando delineamento assim que pude concluir um estudo sobre essa favela<sup>2</sup> onde utilizei a categoria juventude para compreender a dinâmica do território<sup>3</sup> e conseqüentemente compreender a conformação social dos jovens moradores desse lugar. Na ocasião constatou-se que na favela da Maré haviam 37.131<sup>4</sup> mil jovens distribuídos ao longo das 15 comunidades, e eram as comunidades do Parque União (com 5.861 mil) e Nova Holanda (com 4.399 mil jovens) que concentravam o maior número de jovens. Cabe ressaltar que o quantitativo de jovens de 15 a 29 anos que residentes na Maré (37.131 mil) é igual ou maior a população total de alguns municípios do Estado do Rio de Janeiro, como é o caso do município de Amarração de Búzios que tem uma população total de 27.560 mil habitantes ou Arraial do Cabo que tem 27.715 mil<sup>5</sup>.

Entretanto, o que chamava a atenção era que sendo a Maré uma favela com uma história de organização popular que culminou na conquista de alguns direitos sociais, esses ainda requeriam e requerem qualidade na oferta dos serviços conquistados. Pois se de um lado possui uma infraestrutura geográfica onde mais de 90% das ruas são

---

<sup>1</sup> Para efeitos deste trabalho, o termo jovens se refere sempre à população na faixa etária entre 15 e 29 anos, seguindo a classificação determinada pelo Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013), exceto quando explicitamente indicado de outra maneira no texto.

<sup>2</sup> O meu trabalho de conclusão de curso de graduação em Pedagogia intitulado “*Detalhes capturados: um esforço de mapear a favela da Maré tendo a juventude como ferramenta.*”

<sup>3</sup> Apresentaremos o que entendemos por território no primeiro capítulo deste trabalho.

<sup>4</sup> Os dados foram cunhado do Censo IBGE 2010, para saber mais ver página, [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

<sup>5</sup> Para saber mais ver Censo IBGE 2010 populações residentes disponível na página, [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)



asfaltadas, e a maioria das casas são de alvenaria, do outro algumas comunidades tem problemas de saneamento básico com alguns poucos barracos de madeira, e algumas ruas não tinham até 2013, sequer CEP. Na área da educação constatamos que este território disponibilizam 31 equipamentos educativos<sup>6</sup> para seus moradores, porém estes têm um Índice de Educação Básica (IDEB) á baixa do esperado para uma escola de qualidade.

E essa formação desigual se manifestava também na vida material dos sujeitos sociais da Maré, pois dos 41.750 domicílios existente na Maré, 28.957 vivem com uma renda de meio a dois salários mínimos. E isso nos faz perguntar, o que seria a favela? Ou melhor, como uma favela consegue combinar avanços e retrocesso num mesmo espaço social? E é por meio da teoria do desenvolvimento desigual e combinado que conseguimos compreender que;

“[...] O capitalismo a um sistema mundial, a história mundial torna-se uma totalidade concreta (contraditória) e as condições do desenvolvimento social e econômico conhecem uma mudança qualitativa: “O capitalismo (...) preparou e, num certo sentido, realizou a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade. Por isto está excluída a possibilidade de uma repetição das formas de desenvolvimento de diversas nações. Forçado a se colocar a reboque dos países avançados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão (...)”. As sociedades menos desenvolvidas têm a possibilidade, ou, mais exatamente, são obrigadas a adotar certos traços avançados saltando as etapas intermediárias: “Os selvagens renunciam ao arco e flecha, para logo tomarem os fuzis, sem percorrer a distância que separava, no passado, estas diferentes armas. (...)O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original das diversidades.”(LOWY,1995,pg.76)

Isto é; as favelas não são um fenômeno natural que se impôs nas cidades a partir das necessidades objetivas dos trabalhadores que migravam para os centros urbanos em busca de trabalho e necessitavam de moradia. Elas são a expressão da apropriação desigual do espaço na cidade, como alude Farage (2012,p.38)

“A segregação na cidade produz tanto o desenvolvimento e a apropriação desiguais do território, como dos seus recursos, fazendo com que a cidade se constitua de espaços, locais e equipamentos que ratificam e evidenciam as desigualdades econômicas e sociais. Nesse sentido, a cidade não se constitui como fruto de um processo natural de desenvolvimento industrial e urbano, mas sim como fruto das necessidades do desenvolvimento capitalista.”

Entretanto, mais que constatar as desigualdades, comecei a observar e estranhar os anúncios e adjetivos corriqueiros, mas não únicos, dos gestores públicos, de parte

---

<sup>6</sup>- A Maré, agrega em seu território 31 equipamentos educativos, distribuídos da seguinte forma: sete creche e seis são Espaços de Educação Infantil, onde ambos correspondem a modalidade de Educação Infantil. Dezesesseis escolas de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), onde dessas sete oferecem a modalidade (6º ao 9º). Além disso conta com uma escola de ensino Médio diurno e duas das escolas do Ensino Fundamental a noite viram escolas do Estado oferecendo as modalidades do (6º ao 9º) e uma ensino médio.

universidade, e da sociedade em relação à favela e aos jovens das favelas. Fala-se de um jovem que vai ser, e não de um jovem de hoje que está sendo. E tratando-se dos jovens moradores de favela, fala-se como se eles não tivessem projetos de vida e expectativa de futuro, como se tudo que eles (favelados) fizessem fosse gozar a vida sem a menor responsabilidade e preocupações. Como se a única expectativa e desejo desses fosse à entrada para o tráfico de drogas ou se tornar atuante de práticas ilícitas para gozar da vida.

Por isso, mas não só, um dos objetivos deste trabalho é levantar os projetos de vida (desejos em relação à escolarização, ao trabalho, a família, a sociedade e etc) de um grupo de jovens que se encontram na última etapa da Educação Básica. Acredita-se que os jovens de favela constroem expectativas, o que não significa dizer que elas serão iguais aos outros jovens da cidade. E apesar da favela ser um território permeado por políticas de cunho assistencialista, que se materializam em uma condição juvenil desfavorável para vivência da juventude (tempo da juventude), eles são jovens (sujeitos). Como nos lembra Dayrell, (2007,p.1109).<sup>7</sup>

“Todavia, com todos os limites dado pelo lugar social que ocupam, não podemos esquecer o aparente óbvio: eles são jovens, amam, sofrem, divertem-se, pensam a respeito de suas condição e de suas experiências de vida, posicionam-se diante dela, possuem desejos e propostas de melhoria de vida.”

Sendo assim, faz-se necessário produzir estudos que superem o paradigma da **juventude como um problema, em especial a juventude pobre**. A caracterização do jovem enquanto problema<sup>8</sup>, ganha força nos dois Governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2001), mas parece perpetuar ainda hoje. Pois apesar da quantidades de programas e políticas já realizadas para juventude nos últimos 10 anos a nível Federal desde 2003 (mas que podem em alguns casos, ser estendida a níveis de estados e municípios) estas ainda “carecem de coerência sobre o que venha ser a juventude” (NOVAES, 2009,p.20).

Uma dos pressupostos desse trabalho é que apesar de doze anos de políticas para juventude (2003-2014), elas ainda não chegam a muitos jovens, em especial de favela, ou chegam baseada na idéia do jovem como problema. Paradigma, sustentados pelo

---

<sup>7</sup> Para saber mais ver Juarez Dayrell em seu estudo “**A escola faz juventude? Reflexões em torno da socialização Juvenil.**” Publicado em Educ.Soc.,Campinas,vol.28.n.100-Especial,p.1105-1128,out.20017.Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

<sup>8</sup> Para ver mais: **Juventude e políticas públicas no Brasil** Marília Pontes Sposito, Paulo César Rodrigues Carrano. Publicado em Revista Brasileira de Educação. Nº 24. Dez 2003

imaginário que os territórios das favelas são os lugares da ausência e da carência do Estado, e de que os jovens destes locais sejam potenciais criminosos. Logo, ao tentar executá-los (programas e políticas) o que sobressai não é garantia do exercício do direito a juventude, mas a tentativa de evitar que os jovens fiquem na rua e se envolvam no mundo do crime. Faltando a esses sujeitos um entendimento sobre o que é juventude e sobre a constituição das favelas e a forma como os seres sociais criam a territorialidade<sup>9</sup>.

No nosso caso, compreendemos que os moradores de favela apropriam-se da rua fazendo delas um prolongamento das casas, como disse Rodrigues (2013, p.54) “A rua como reprodução da vida cotidiana <sup>10</sup>alimenta laços de amizade e parentesco, conferindo ao cotidiano das comunidades um aspecto singular no contexto da cidade.” Diante disso, a rua não pode ser compreendida como um espaço apolítico, mas deve ser apreendida como um espaço político de reapropriação do território. Lembrando que o território é uma das dimensões do espaço<sup>11</sup>, e como tal existiram e existem diversas maneiras de abordá-lo.

O intelectual Milton Santos entende o território como, “um conjunto indissociável, de que participam de um lado certos arranjos de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento” (Santos, 1988, p.31). Isto é; o espaço social não é neutro, refletindo nele a história do homem o que envolve, conseqüentemente, falar na disputa entre classes sociais.

Adrelino Campos (2010) ao realizar um estudo sobre o processo de inserção da população negra no espaço carioca no período imperial, compreendeu o território como espaço de poder e disputa sendo ele “[...] fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder.”(Souza , apud Campos, 2010:35).

“Pensando o quilombo como uma estrutura espacial preparada para guerra, ele atendia então a essa primeira exigência, pois tinha relações de poder constituídos externamente ao Estado imperial e os fazendeiros que buscavam

---

<sup>9</sup> Para Rogério Hasbaert “A territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas própria se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar.”(Haesbaret,2004,p.22)

<sup>10</sup>Entendendo como cotidiano o lugar onde os homens movimentam suas questões objetivas ou subjetivas, materiais ou espirituais. Por isso, ela é o lugar privilegiado onde se expressam as contradições.

<sup>11</sup>-“Segundo A.C. da Silva (1986, pp.28-29), “as categorias fundamentais do conhecimento geográfico são, entre outras, espaço,lugar,área,região, território, *habitat*,paisagem e população, que define o objeto da geografia em seu relacionamento.(...) De todos, a mais geral- e que inclui as outras- é o espaço.””(Silva, apud Santos,1988,p77).

o controle do território apropriado e a captura dos negros fugitivos; internamente com a proeminência dos chefes para defesa e ataque sobre os demais membros do mocambo.” (ibid.2010,p. 35)

Nesta perspectiva o autor tem razão em dizer que o território é o lugar da disputa de poder, visto que tanto os quilombolas, quanto posteriormente os habitantes de favela, tiveram que lutar/resistir para permanecerem nos lugares ocupados por eles. No entanto, o território não é apenas a disputa, o conflito e o poder, esta seria apenas uma das dimensões do território, o território político<sup>12</sup>. Aqui partimos da análise de que o território é onde a vida social se materializa, onde além das disputas e conflitos, se constituem a identidade, a cultura, o lazer e etc. Sendo assim, concordamos com perspectiva de Rogério Haesbeart sobre território, onde o autor diz:

“(…) numa perspectiva geográfica intrinsecamente integrada, que vê a territorialização como processo de domínio (político-econômico) e/ou de apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos.” (Haesbeart, 2004,p.17).

A segunda questão desse trabalho é que em função do estigma negativo que historicamente foi construído sobre a favela, parte significativa da juventude é tratada como uma mercadoria que tem um valor de uso baixo. Logo, a ela é disponibilizada serviços públicos de má qualidade e cursos para atender a demanda do mercado, logo, a vontade do jovem de se profissionalizar em outra área não é atendida pelo Estado. Fere-se desta maneira uma serie de leis estabelecidas no Estatuto da Juventude (Lei 12.825/13), tais como a “promoção da autonomia e emancipação dos jovens.” (Título I, Capítulo I, Seção I, Art. 2), mas também infringe em especial o Título I, Capítulo I, Seção IV, Art. 17, onde diz:” O jovem *tem direito a diversidade e a igualdade de direitos e de oportunidades e não será discriminado por motivos de: I etnia,raça,cor da pele,cultura,origem,idade e sexo.*”

Corroboro com Weller (2014) que os projetos de vida<sup>13</sup> são construídos a partir da forma como os jovens experimentam as instituições família e escola. Entretanto, conjectura que no território da favela, dada a relação entre Estado e população outras

---

<sup>12</sup> O território como dimensão “política (referida às relações espaço poder em geral) ou jurídica-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizada): a mais difundida,onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado,através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes- mas não exclusivamente-relacionado ao poder político do Estado.”(Haesbeart, 2004,p.40)

<sup>13</sup> Compreende-se que projeto de vida são os desejos, as prospecções que os jovens fazem para o seu futuro e discutiremos melhor essa categoria no terceiro capítulo deste trabalho.

instituições como as ONG's, e a igreja também ajudam a construir esses projetos. Do mesmo modo que o processo de experimentação com o lazer, a cultura, a mobilidade, o trabalho e o território também ajudam arquitetar esses projetos de vida. Por tudo isso, fazia e faz sentido estudar os jovens das favelas. Em especial por acreditar que estudando as juventudes temos a possibilidade de estudar a sociedade brasileira Peregrino (2010).

E para explorar o objeto de pesquisa, o método escolhido foi à aplicação de questionário em turmas do último ano do ensino médio do CIEP. Professor César Pernetta. E com isso, buscava-se levantar: 1) os jovens da Maré têm projetos vida?; 2) Que tipo de projetos eles desenham para o futuro? 3) Quem os ajuda a construir esses projetos, e quem ajuda a realizar?; 4) A escola, na sua função de partilhar conhecimentos, contribui na construção projetos de vida?; 6) Uma trajetória escolar difícil e atribulada viria a resultar em projetos de vida de difíceis consolidação, isto é; qual a relação entre escola e projetos de vida?; 7) Como os jovens percebem o território em que moram, e de que maneira essas percepções influenciam nos projetos de vida e futuro, ou seja, como o território e a percepção sobre ele influi e viabiliza os projetos de futuro?;8) De que maneira morar em um território que atualmente é controlado pelas forças de segurança do Estado e pelos grupos criminosos armados constrange ou não as possibilidades de projetar o futuro?

Enquanto esperávamos a resposta da Secretaria Estadual de Educação para entrar na escola, aplicamos o questionário em 72 alunos do Curso Pré Vestibular -Redes da Maré que no início deste trabalho também fora o nosso objeto. E no questionário que se tornou teste, uma das perguntas referia-se a natureza da escola onde haviam estudado e a resposta que obtivemos foi: 63% estudaram a vida toda em escola pública e 8% sempre estudaram em escola particular, 7% passaram o maior tempo em escola particular e 21% disseram que a maior parte do tempo foi em escola pública e 1% não souberam responder. Ou seja, dos 72 alunos, 84% tiveram a sua escolarização dada pela escola pública. E com o intuito de explorar a trajetória escolar dos alunos, propomos refazer o questionário de modo que nos ajudasse a compreender como e se a escola ajudava a construir projetos de vida? E mais, como o território historicamente estigmatizado pode vir ou não ajudar a dar suportes na realização dos projetos.

A proposta de um novo questionário levou tempo e somado a isso, tivemos mais uma vez, problema no campo. Dessa vez não foi possível aplicar o questionário no CPV- Redes da Maré, em função do tempo, uma vez que a autorização para entrar na

escola só veio na última semana de Dezembro de 2014. Este era o momento em que o curso já estava esvaziado, sendo o esvaziamento justificado por dois motivos : i) o primeiro refere-se a forma como os alunos se sentem depois de fazerem o exame de entrada para a Universidade Estadual do Rio de Janeiro, onde suas notas acabam sendo abaixo da média exigida para as próximas etapas, causando no curso um esvaziamento, seguido de abandono; ii) o segundo motivo é que sendo a prova do ENEM na segunda semana de dezembro os alunos que ficam depois, são justamente aqueles que passam para segunda etapa da UERJ, indo às aulas para assistir aulas das matérias específicas do curso no qual pretendem entrar. Sendo assim, os dados que aqui serem expostos referem-se aos projetos de vida dos jovens que se encontram na última série do Ensino Médio de uma escola que está localizada dentro do território da Maré.

Mas a pergunta que devem estar se fazendo é: porque tendo um questionário aplicado, insistir na escola? Primeiro, porque o questionário aplicado no CPV-Redes da Maré, pareceu ser “insuficiente” para dar conta dos objetivos desenhados aqui, mas foi substancial para que aprimirássemos o instrumento. Em segundo lugar, porque os alunos desses cursos tem um projeto de vida anunciado, que passa pela entrada na universidade, o que nos faria ter que refazer o objetivo deste trabalho que é, dentre outros, levantar quais são os projetos de vida dos jovens da favela. Desse modo, optar pela escola, significa refutar a idéia de que os alunos de favelas não tem ambições<sup>14</sup>, ou interesse em função do lugar de origem. E que mesmo ela, a escola, sendo um aparelho que reproduz a ideologia das classes dominantes criando mecanismo de segregação internas como mostrou Peregrino (2010), há em boa parte dos filhos da classe trabalhadora uma persistência que a escola pode vir a contribuir não só para a mobilidade social, mas também, para elevar o capital cultural e intelectual de seus filhos.

Neste sentido este trabalho tem como horizonte: 1) Levantar quais são os projetos de vida por eles desenhados, atentando se eles objetivam a continuidade dos estudos ou se desejam ingressar direto no mercado de trabalho; 2) Levantar quais são os agentes que os ajudam a construir esses projeto e quem ajuda a realizar;3) Levantar de

---

<sup>14</sup> Teses como essa fora encontrada no artigo: Constrangimento ao sonho: sobre as perspectivas de futuro de crianças e adolescentes moradores de favela de Julia Ventura, que compõem o livro: A favela e a escola de Ângela Paiva e Marcelo Baumann Burgos, 2009.Edit.PUC-Rio. No artigo a autora expõe a opinião de um grupo de diretores e professores da escola pública e operadores e coordenadores de projetos sociais que atuam em quatro favelas do Rio de Janeiro. Neste trabalho foi possível encontrar, como diz a própria autora uma visão pessimista dos profissionais em relação aos seus alunos, que encontram suas raízes no discurso da pobreza como fonte de desinteresse que somado ao lugar de moradia como a favela acaba por “produzir” sujeitos sem perspectiva de futuro.

que forma a escola, na sua função de partilhar conhecimentos (apontada como uma das principais instituições na construção desses) contribui para construção dos projetos de vida; 4) Apurar se a socialização e as vivências escolares contribuem com/para a construção do seus projetos de vida; 5) Compreender a função das instituições sinalizadas pelos jovens na idealização e realização dos projetos de vida, com ênfase na escola; 6) Levantar qual a relação entre trajetória escolar e projetos de vida; 7) Levantar a percepção dos jovens em relação ao território em que moram, investigando de que maneira as percepções em relação ao território influenciam nos projetos de vida e futuro; 8) Compreender se morar em um território historicamente estigmatizado influi na construção e realização desses projetos; 9) Levantar quais são os elementos envolvidos na construção de projeto de vida dos jovens moradores de territórios de favela.

No primeiro capítulo, trataremos do surgimento das favelas, entendendo a favela como uma consequência do desenvolvimento do capitalismo. Contrariando a tese de que esses espaços são fruto da ausência do Estado. Nesse sentido, podemos dizer que a favela enquanto um "território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espço, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais 'concreta' e 'funcional' à apropriação mais subjetiva e/ou 'cultural-simbólica". (Haesbaert, 2004, p.95-96). E á partir disso, compreender como a favela da Maré se coloca dentro do espaço da cidade.

No segundo capítulo trataremos da categoria juventude e seu surgimento, a fim de compreender como se chega a noção de juventude e como vivem e são percebidas as juventudes de favela. Ainda neste capítulo trataremos sobre o que se entende por projetos de vida, e como eles se constituem, para que possamos mais tarde analisar quais os projetos de vida da juventude da favela da Maré, e de que modo eles se constituem.

No terceiro capítulo trataremos de analisar os dado que foram cunhado no campo que consiste no perfil dos jovens, a situação socio economiac, a relação com o mundo do trabalho assim como seus projetos de vida e os suportes para realização.

## **CAPÍTULO 1 - MEU NOME É FAVELA: CONTANDO MAIS UMA HISTÓRIA PARA LEGITIMAR FAVELA COMO CIDADE**

### **1.1- Favela: um território de luta e resistência**

As habitações dos pobres têm momentos históricos e constituições distintas, todavia são anunciadas como espaços homogêneos, como se a dinâmica destes territórios, neste caso, as favelas, fossem iguais em todos os lugares do Brasil ou do mundo. Esta reprodução se deve em boa parte aos grandes meios de comunicação de



massa que apresentam estes locais de maneira homogênea. Normalmente, são retratados como territórios de delinquentes, de malandros, de preguiçosos, dos “sem alma”, das “classes perigosas”. Entretanto, se existe algo em comum entre eles, é a negligência do Estado<sup>15</sup> em prover serviços e bens de qualidade aos seus moradores, visto que, as favelas materializam no espaço uma forma desigual de acesso a terra e a serviços públicos indispensáveis à reprodução da vida, como moradia, saneamento básico, saúde educação, cultura e trabalho.

Há um mito historicamente construído em torno da cidade do Rio de Janeiro enquanto cidade maravilhosa<sup>16</sup>. Esse mito sustenta-se em função desta cidade obter uma geografia plural - o mar, a montanha, a lagoa - o que anuncia indiretamente este local como o “paraíso” na terra e que por tal paisagem, pobres e ricos parecem conviver de forma harmoniosa, como se todos os habitantes dela a experimenta-se de maneira igual. Pelo contrário, criam-se cenários distintos onde significativa parte dessa distinção se deve às experimentações historicamente desiguais de equipamentos e serviços públicos ou privados, ou seja, os pobres usufruem desigualmente da riqueza material ou simbólica, produzida por eles mesmos.

Desta forma, a favela torna-se um produto do Estado que prioriza e disponibiliza a sua máquina a serviço do capital e das classes privilegiadas onde os locais de moradia para os pobres, as favelas, nada mais são que uma resposta a essa prioridade do Estado. Como afirmou Valla (1986) “(...) dentre um processo de expansão e consolidação do Capitalismo no Brasil, as favelas surgem como uma das consequências mais óbvias e radicais (...)”. (VALLA,1986, p.23)

Partido das idéias de Valla (1986) as favelas no Rio de Janeiro se constitui como mais uma “invenção” radical de moradia, pois os quilombos e os cortiços do início do século XIX podem ser considerados uma forma radical de moradia, e uma forma segregada de experimentar e habitar na cidade. Os cortiços eram casarões antigos, seus habitantes viviam em cômodos, quatinhos separados por madeiras e o espaço como a cozinha, banheiro e lavatório eram de comum acesso. Podemos dizer que este espaço, o cortiço, mas antes os quilombos e depois as favelas são espaços “*transmutados*”<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup>Aqui me aproprio do Estado numa perspectiva Gramsciana.

<sup>16</sup>Para saber mais sobre o mito da cidade maravilhosa ver, “Paisagem da natureza, lugares da sociedade: A construção imaginária do Rio de Janeiro como cidade maravilhosa. Jorge Luiz Barbosa. O Novo Carioca, Jailson Sousa e Silva,Rio de Janeiro.Editora.Mórule,2012.

<sup>17</sup>Ao utilizar o termo transmutação, Campos (2010) tenta contextualizar o surgimento da favela como um fenômeno que possui raízes com os Quilombos. Ou seja, a forma como a favela foi e é vista hoje carrega

(Campos, 2010, p.63), considerado pela classe que detém o poder econômico e político uma ameaça para a sociedade.

Com o fim dos quilombos e a abolição da escravatura no Brasil em 1888, os cortiços, boa parte localizados no centro da cidade, tornaram-se o endereço dos escravos libertos e brancos pobres, constituindo, assim, um contingente expressivo de trabalhadores livres que, sem residência viram nos cortiços uma alternativa de moradia. Estes “novos” locais de moradia foram classificados como espaços anti-higiênicos da cidade, porém ressaltamos que não eram os únicos espaços anti-higiênicos dela, onde a morfologia do Rio de Janeiro contribuía para um ambiente insalubre.

“O núcleo urbano denso e apertado, cercado de mangues e de terrenos paludosos, cortados por uma enorme quantidade de valas que, por estarem constantemente entupidas por dejetos lançados pela população, não conseguia escoar a água da chuva.” (ABREU, 1988, p.68)

Logo, a geografia carioca, quando somada ao excesso de habitantes, à ausência de infraestrutura sanitária e aos hábitos anti-higiênicos da população, incluindo os monarcas, como os de depositar seus dejetos ao mar ou jogar o lixo na rua, faziam do Rio de Janeiro uma cidade fétida e suja, propícia à propagação de doenças. No entanto, a sociabilidade do conjunto da cidade era ignorada e os cortiços foram apontados como o lugar (foco) do problema.

O que chama atenção no discurso da época é que embora se reconhecesse que ali morassem trabalhadores, os cortiços se constituíam como ameaças ao “ordenamento” da cidade e à saúde pública, já que eram tidos como local de moradias insalubres e de classes perigosas.

[...] era local de moradia tanto para trabalhadores quanto para vagabundos e malandros. [...]. O cortiço carioca era visto como antro de vagabundagem e do crime, além de lugar propício às epidemias, constituído ameaça a ordem social. (VALADARES, 2005, p.24)

Quando os cortiços entraram em cena, por volta de 1866, 50% da população da cidade tinha estes locais como forma de moradia, mas mesmo assim o Estado instalou uma “guerra”<sup>18</sup> a eles e não apresentou nenhuma proposta de moradia a essa população.

---

um olhar muito parecido ao que a corte imperial tinha dos Quilombos, “ (...) uma das possibilidades de compreender a favela como uma transmutação do espaço quilombola, pois, no século XX, a favela representa para a sociedade republicana o mesmo que o quilombo representou para sociedade escravocrata. Um e outro, guardando as devidas proporções históricas, vem integrando a “classe perigosa”: os quilombolas por terem apresentado, no passado, ameaças ao império; e os favelados por se constituírem em elementos socialmente indesejáveis após a instalação da República.

<sup>18</sup> Os cortiços foram proibidos pelo Estado como forma de moradia, tanto que proíbe as reformas dos existentes e a criação de novos. Neste período, alguns cortiços pegaram fogo e acredita-se que os agentes

Em 1893 Barata Ribeiro, o então Prefeito da cidade, tomou uma decisão política<sup>19</sup> (RUA, 1988) que simbolizaria o fim dos cortiços. Ele autorizou a destruição do mais importante deles, o “Cabeça de Porco”, onde residiam quatro mil pessoas.

Os cortiços e mais tarde a favela, vão representar para a elite carioca e o Estado um problema de ordem urbana e sanitária, como já apontado, mas também um lugar da violência. Porém a problemática central que fez “emergir” os cortiços, e mais tarde as favelas refere-se ao direito a terra, negado aos negros e pobres no período Imperial (República Velha) questão que atravessa a sociedade até os dias de hoje, como nos esclarece Campos (2010),

[...] A violência que grassa no tecido sócio-espacial urbano de algumas metrópoles brasileiras, tem como uma de suas origens a estrutura fundiária estabelecida desde o período imperial. Tal estrutura é consequência da legislação discricionária elaborada pelas elites rurais que dominavam o Legislativo e os cargos chaves do Império, e favoreceu em muito a concentração da propriedade tanto no campo quanto na cidade, proporcionando o aumento das distancias sociais entre os grupos mais pobres e aqueles mais ricos. A concentração de terra ganha significado preocupante no sentido de que foi em sua esteira que se formaram as maiores fortunas do país. Além desse fato, ao impedir que milhares de brasileiros tivessem acesso a parte das terras, ela possibilitou a existência de um exército de miseráveis que vive das sobras da sociedade. (CAMPOS, 2010, p.20)

Podemos observar que a favela “nasce” do problema histórico, geopolítico e estrutural que é o direito a terra. Ao serem “libertos” os negros alforriados não tinham onde morar, então deslocam-se para a cidade em busca de uma vida melhor, uma vez que no campo, o direito de ocupar a terra livre do Estado, foi impedido pelos grandes fazendeiros na base da violência. Esses sujeitos - negros alforriados -, além de não terem o direito à moradia, não tinham o direito de manifestarem sua cultura. Sendo discriminados pela sociedade e tratados como o “problema”, eles eram os “outros”(CAMPOS, 2010, p.36), os não pertencentes à cidade, por se constituírem fenotipicamente diferentes, por terem uma organização sócio-espacial diferente, por habitarem em lugares diferentes, por ter uma cultura diferente.

E essa população não aceita essa “distinção” passivamente, e por isso, vão ser

---

do Estado tenham sido os responsáveis por causar os incêndios. Para saber mais ver Do Quilombo à Favela, de Adrelino Campos (2010).

<sup>19</sup> Maria Graça Rua, cientista política em seu texto, “Análise de Política Pública: Conceitos Básicos” faz uma distinção entre política pública e decisão política, que socializamos aqui para que se possa entender como as favelas foram tratadas. “Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando – em maior ou menor grau – uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública.” (RUA, 1998,pg.1)

considerados como caso de polícia, seja porque lutavam pelo acesso a terra, ocupando terrenos livres para a garantia de sua subsistência, como os quilombos, ou por praticarem a sua cultura<sup>20</sup>. O Estado no Brasil, mais especificamente nas metrópoles que se formariam depois, utilizou-se da violência para remover os moradores dos cortiços e, conseqüentemente, das favelas.

Todavia, toda a violência tem pausas, assim como numa partitura musical. Os sons produzidos na cidade indicavam mudança, mas essa (mudança) não seria abrupta. Nesse sentido o Estado tem um papel fundamental, o de “criar consenso”, onde aparentemente isso não era possível. Nessa perspectiva, Farage (2012) esclarece a função do Estado:

Forja-se um Estado capaz de, ao mesmo tempo, hegemônizar os interesses da burguesia e também incorporar algumas demandas da classe trabalhadora, compondo um cenário social propício para o desenvolvimento capitalista. (FARAGE, 2012, p.46)

O Estado Republicano tinha o objetivo claro de apagar da cidade o traço colonial e escravista, para isso planejou reformas arquitetônicas (urbanística) tais como a demolição do Morro do Castelo e a abertura de grandes avenidas, o que automaticamente resultaria na expulsão da população que ocupava os cortiços do centro do Rio de Janeiro para o subúrbio, fazendo emergir uma cidade de traços europeus que viria a se legitimar nacionalmente e internacionalmente como uma cidade moderna.

Destacamos que nessa passagem da história que 60% da população do Rio de Janeiro era negra, escrava ou descendente deles (CAMPOS, 2010, p.33). E os conflitos com os negros eram escamoteados, incorporando outras “minorias”, neste caso os descendentes indígenas e os imigrantes estrangeiros. Os índios e seus descendentes, assim como os estrangeiros brancos passaram a ter um espaço “privilegiado” dentro da cidade.

“De acordo com SODRÉ (*op.cit.p.38*), o que estava em jogo era fazer uma composição étnica, o mais próximo possível das nações europeias, o sonho de quase toda a classe dominante brasileira, assumindo uma posição generosa sobre a raça. Então, nesse período, início do século XX, tinha-se o índio como ideologia, e o trabalhador branco europeu, livre, como meta, descartando os libertos e os escravos, africanos ou “ingênuos”, como mão de obra futura. (Sodré apud CAMPOS, 2010, p.46)

Neste cenário, tende-se a projetar uma sociedade cada vez mais virulenta e com sujeitos cada vez mais miseráveis. Salientamos que os pobres não são violentos, muito

---

<sup>20</sup> As manifestações culturais só eram permitidas com a autorização policial. Para saber mais ver “Do Quilombo a Favela” de Campos, 2010.

menos por natureza, como se a violência fosse constitutiva da identidade e da sociabilidade dos pobres. Chamamos a atenção para as formas desiguais de distribuição da riqueza e para o trato do Estado com os segmentos subalternizados. Estamos descrevendo uma sociedade e um Estado que trata seres humanos, constituídos de linguagem, de inteligência, de sensibilidade e conhecimento, como *coisas*, que ao serem tratados desta forma, respondem a esta violência também com violência, como bem expõe Almeida (2011):

“ Vivemos numa sociedade capitalista, cujo modo de produção tem origem na exploração violenta de camponeses e artesãos, e é fundamentada na exploração do trabalho pelo capital, revestida quase sempre na base legal. Ou seja, é um sistema que para existir, é baseado na violência, mesmo que hoje conte com as formas mais refinadas (embora as “tradicionalistas” e truculentas ainda estejam em uso). A luta de classes surge como uma resposta necessária a esse processo, no qual a violência pode ser também um instrumento contra a exploração e a favor da liberdade social. A “paz” no capitalismo nada mais seria do que a continuidade da exploração pacífica dos trabalhadores. (ALMEIDA,2011,p.71)

Com o fim dos cortiços, a população que residia neles (e outros que foram chegando) viu-se obrigada a ocupar as encostas dos morros do entorno do centro dando surgimento às favelas. É o caso do Morro da Providência, que fora ocupada por soldados da guerra de Canudos em 1987, e é apontada como a primeira favela do Brasil (LEITÃO, 2009, p.26). Todavia, autores como Valladares (2005) apontam que esta forma de moradia antecede o fim dos cortiços.

[...] A Quinta do Caju e Serra Morena também datam do século XIX e são todos anteriores ao Morro da Favella. O povoamento de tais zonas começou em 1881 nada provando que tenha resultado de uma ocupação ilegal. Tanto que a quinta do Caju quanto na Mangueira seus primeiros habitantes não parecem originários do mundo rural brasileiro, pois eram imigrantes portugueses, espanhóis e italianos permitindo supor que o seu estabelecimento nessas áreas tenha sido autorizado. [...] (VALLADARES, 2005, p.26)

Segundo a autora, a favela foi um fenômeno concomitante aos cortiços, já que em 1881 havia moradores ocupando as encostas da Quinta do Caju e da Mangueira. E na medida em que o poder público declarou o fim dos cortiços como forma de moradia, a população pobre foi ocupando, ao longo do final do século XIX e XX, os morros do centro da cidade e da zona sul. E diferente dos quilombos, os cortiços e as favelas, em geral, localizavam-se perto do local de trabalho desta população.

[...] A destruição de grande número de cortiços fez, pois, da favela a única alternativa que restou a uma população pobre, que precisava residir próximo ao local de emprego. E essa população, paradoxalmente, não cessava de crescer, atraída que era à cidade pelo desenvolvimento industrial e pelos empregos na construção civil. (ABREU,1987, p.670)

As primeiras ocupações não ocorreram na ilegalidade, pelo contrário, a Quinta do Caju, o Morro da Mangueira, o Morro da Favela, o Morro do Santo Antônio foram ocupados com o consentimento do Estado<sup>21</sup>, mais especificamente dos militares. Portanto as primeiras favelas não são *um fenômeno ilegal*, como corriqueiramente é apresentado e está no imaginário social. O Estado não desconhecia o “fenômeno” da ocupação dos morros pela população pobre, até porque esta população, em duas décadas, havia dobrado de tamanho, e a crise habitacional se acentuava, como aludem Souza e Barbosa (2005, p.25): “de 1870 e 1890, e a população havia crescido 120%”.

É a dinâmica do capitalismo produzindo contradições, visto que as terras ocupadas por essa população têm uma função social, a de ser espaço de moradia de uma população pobre que não encontra no Estado um ator de garantia de direitos, neste caso a moradia. Cabe destacar que esta forma de ocupar a cidade não é um fenômeno apenas Brasileiro, pois de acordo com Leitão (2009, p.17) “o relatório feito pelas Organizações das Nações Unidas (ONU-Habitat) em 2003 revelou que no início do século XXI, dos 527 milhões de habitantes da América Latina e do Caribe, 127,567 milhões viviam em favelas.”.

No início do século XX, as elites da cidade do Rio de Janeiro estavam profundamente incomodadas com os pobres que habitavam nela. Para eles a favela representava um atraso, uma “deformação”, ao projeto de modernidade que estava em voga. E numa tentativa de “pressionar” o Estado, a elite aciona e faz da imprensa uma ferramenta importante de pressão. A título de exemplo “em 1900, o *Jornal do Brasil* proclamava” ser o Morro da Favella, “*infectado de vagabundos e criminosos que são o sobressalto das famílias.*” (VALLADARES, 2005, p.26). Ou seja, parece que não existia espaço para as favelas na “Paris dos Trópicos”, e todos que iam ao encontro do espaço dos pobres, fossem intelectuais, médicos, sanitaristas, artistas ou poder público, se defrontavam com conjuntos de casebres de madeiras ou papelão, com as ruas sem demarcações precisas e sem acesso a serviços públicos, o conjunto de características que determinavam o que era uma favela. Adverte Valladares (2005) que esses sujeitos que subiam o morro haviam lido a obra de Euclides da Cunha, *Os sertões*, um clássico da literatura brasileira da época, que descrevia a vida no sertão baiano e o combate de Canudos. Ainda no mesmo livro o autor faz uma menção à planta favela encontrada no

---

<sup>21</sup> No final do século XIX os ocupantes da Quinta do Caju, Morro da Mangueira eram europeus, espanhóis, italianos e portugueses. No Morro da Favela, os habitantes eram os soldados advindos da batalha de Canudos que estavam com seus soldos em atraso e por consentimento dos chefes militares construíram seus barracos. O mesmo aconteceu no Morro do Santo Antônio. Saber mais ver “A invenção da Favela do mito de origem a favela.com” de Licia do Prado Valladares 2005.

Morro da Favella, o que levava esses sujeitos a denominarem esses espaços de favelas, representando, de alguma forma, o mundo rural dentro da cidade.

Quase todo o século XX se constituiu com uma “guerra” às favelas, chegando à pauta pública como uma questão sanitária e seus moradores descritos como vagabundos, malandros, negros preguiçosos, criminosos. Desta forma, as investidas para eliminá-las do mapa são inúmeras, começando com o Plano Agache, com que o engenheiro responsável tinha por objetivo dividir a cidade de acordo com as suas funções, e uma parte da cidade seria destinada para fins comerciais, industriais e outra para fins residenciais. De acordo com este projeto os pobres seriam removidos do centro do Rio de Janeiro e iriam para os subúrbios, e os ricos para a Zona Sul. Mencionam Souza e Barbosa (2005, p.33) que, “(...) tais intervenções não estavam voltadas especificamente para os espaços populares, mas sim contra eles, identificando-os como obstáculo à marcha civilizatória. (...)”. Durante boa parte deste século, o poder público “fechou os olhos” para as favelas, conseqüentemente, elas foram crescendo e surgindo em outros espaços da cidade, mesmo a contragosto da elite.

Todas as intervenções por parte do Estado serão marcadas pelo grupo que têm maior poder de intervenção sobre ele, a classe dominante. O Estado não levou em conta a história que os moradores construíram com esses espaços, da mesma forma que ignorou a real necessidade desta população de estar em espaços próximos ao local de trabalho, uma vez que o transporte público não atendia à demanda da população. Parafraseando Rua (1988), a favela ou a “questão habitacional” ainda era um “estado de coisas”.

Uma situação pode existir durante muito tempo, incomodando grupos de pessoas e gerando insatisfações sem, entretanto, chegar a mobilizar as autoridades governamentais. Neste caso, trata-se de um "estado de coisas" - algo que incomoda, prejudica, gera insatisfação para muitos indivíduos, mas não chega a constituir um item da agenda governamental, ou seja, não se encontra entre as prioridades dos tomadores de decisão. (RUA, 1988, p.06)

É no século seguinte após a Revolução de 1930 com a chegada do médico Pedro Ernesto Batista<sup>22</sup> (1931-1936), momento em que as favelas haviam se expandido pela cidade, que elas alcançam a pauta pública e viram um “problema político”, “*Quando este estado de coisas passa a preocupar as autoridades e se toma uma prioridade na agenda governamental, então tornou-se um “problema político”*”. (RUA,1998,p.10).

---

<sup>22</sup> Segundo Geronimo Leitão em seu livro “Dos Barracos de Madeira aos prédios de quitinetes: uma análise do processo de produção a moradia na favela da Rocinha”, ao longo dos cinquenta anos, Pedro Ernesto teria sido o primeiro prefeito da Cidade a construir uma escola pública em favela, neste caso no morro da Mangueira.

Mas a primeira política pública de habitação para pobres não fora para toda população pobre, mas apenas para aqueles que se encontravam empregados e que tinham suas atividades cobertas pelo Instituto de Aposentadoria e Pensão (Burgos 2005). Desta forma, embora tenha saído de um estado de coisas para se tornar um problema político, como descreve Rua (1988), a favela, ainda hoje, na agenda pública, parece ser um estado de coisa.

Em 1940, no Estado Novo, o Código de Obras indica a construção dos Parques Proletários como moradias para os pobres. Podemos supor que um dos objetivos dessa ação era a de tirar as favelas do centro da cidade, além de promover uma “catequização civilizatória”, pois os moradores destes espaços não eram vistos como cidadão, mas como “pré-cidadãos<sup>23</sup>” (Burgos, 2005, p.28). Para residir neles, os moradores teriam que cumprir uma série de regras, tais como: todos deviam ter uma carteira de identificação que deveriam apresentar na entrada do parque. Da mesma forma, todos os ex-moradores de favelas tinham que ter um registro no posto de polícia. Porém, Getúlio Vargas abria exceções para as festas e eventos políticos a fim de “estreitar” os laços com essa população e manter uma “boa relação” com os moradores. Entretanto a ideia dos Parques não agradava os moradores que estavam nos morros, tanto que em 1945, fim do Estado Novo, criam-se no Pavão Pavãozinho, depois no Morro do Cantagalo e da Babilônia, comissões de moradores com o objetivo de resistir às remoções. Mais tarde, essas comissões vão pautar, junto ao poder público, o direito á moradia.

O Estado responde ao movimento político dos moradores com a criação da Fundação Leão XIII<sup>24</sup> e conta com a ajuda da Arquidiocese do Rio de Janeiro como intermediária da relação entre os favelados e o Estado. Com objetivos claros,

[...] Ao invés do conflito político promete o diálogo e a compreensão; ao invés da luta pelo acesso a bens públicos, o assistencialismo; no lugar da crítica, a resignação; em vez do intelectual orgânico, a formação de lideranças tradicionais. (BURGOS, 2006, p.29)

Como indica o autor, com esta função a Fundação Leão XIII se estende entre os períodos de “1947 a 1954 há 34 favelas” (BURGOS, 2006, pg.29) com uma atuação

---

<sup>23</sup> Os habitantes das favelas [...] como almas necessitadas de uma pedagogia civilizatória. (Burgos,2005,p.28)

<sup>24</sup> A Fundação Leão XIII foi uma instituição criada pela Igreja Católica em 1946 em “parceria” com a prefeitura, tal articulação estava baseada no medo da população das favelas descessem o morro. Segundo Burgos (2006), “ Foi instrumentalizando esse fantasmas que a Arquidiocese do Rio de Janeiro e a prefeitura da cidade negociaram a criação de uma instituição dedicada à “assistência material e moral dos habitantes dos morros da favela do Rio de Janeiro.””( Burgos,2006,p.30)



dúbia; onde de um lado desenvolviam o serviço de assistência provendo direitos básicos como: água, luz, esgoto e etc. e de outro, o conservadorismo das classes dominantes e o autoritarismo de regulação do espaço e de seus moradores, como nos mostra Valladares (1980, p.10). “(...) *A urbanização era vista como competência das comunidades que deveria realizá-la com seus próprios recursos e suor*”, ideia esta que tinha por fim eliminar as favelas ou impedir o crescimento delas. Mas o que motivava o Estado a permanecer com a Fundação Leão XIII nas favelas era a crença que sua atuação levaria ao processo de desmobilização dos moradores. Porém o que a história nos mostra, em especial nos anos de 1950, é que as comunidades se articularam ainda mais para garantir seu espaço de moradia, passando a se organizar para lutar por seus direitos com mais veemência. Tanto é assim que em 1957 criam a Coligação de Trabalhadores Favelados do Distrito Federal:

[...] fundada com o objetivo de lutar por melhores condições de vida para os moradores das favelas, através do “desenvolvimento de um trabalho comunitário” (Fortuna & Fortuna 1974:104). A presença desse novo interlocutor, indica que a categoria *favelado*, originalmente forjada para identificar negativamente os excluídos e justificar ações civilizatórias arbitrárias do Estado e da Igreja, estava sendo requalificada.(Burgos,2006,p.30)

A organização dos moradores de favelas dará, ao cenário político outro tom, onde as ações políticas desenvolvidas pelos favelados irão negar as teses, que os forjam até os dias atuais, enquanto classes marginais.

## **1.2-Favela: Da Ditadura Militar até o tempo presente**

A partir da década de 1960, o Estado passa a atuar em duas vertentes, pois ao mesmo tempo em que urbaniza algumas favelas, remove outras deslocando a população para os Conjuntos Habitacionais. Nesse momento a política do Estado vai ser pautada pela “dobradinha” remoção e urbanização. Como exemplo de remoção, destacamos a população que foi residir no Conjunto Habitacional Cidade de Deus que recebeu os moradores removidos do centro do Rio de Janeiro. Além da revolta de serem realocados para um lugar longe, os moradores deparava-se com as precárias condições de moradia ofertada pelo Estado. As condições dos segmentos das Classes Trabalhadoras eram: se ficam no centro e na zona sul, eles seriam removidos, inclusive na base de violência. Se eles aderem à política de governo e vão para os Conjuntos, lá não encontram condições dignas para a sua sobrevivência, deparando-se com uma política de habitação precária e

com o problema do transporte.

Em 1965, já sob a ditadura civil-militar, com a eleição de Negrão de Lima, a Fundação Leão XIII passa a ter um papel mais incisivo nas favelas. A conjuntura havia mudado e conseqüentemente o olhar sobre as favelas também, passando de local onde habita “pré-cidadãos” para o lugar de “refúgio de criminosos” (ZALUAR e ALVITO, 2006, p.10). Negrão de Lima passa a reconhecer apenas as associações por comunidade, ou seja, a Federação da Associação de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG) que foi criada em 1963 por moradores de favelas, com os objetivos de resistir às remoções e lutar pelo direito à moradia, assim como reverter o olhar perante a si que era de sujeitos incapazes de propor ações políticas, neste período vai perdendo seu espaço político. Pois, o exercício do controle que antes ficava a cargo da Fundação, passaria a ser exercidas de dentro, onde as associações de moradores seriam responsáveis por ordenar o espaço; indicar as reformas necessárias nas comunidades e reprimir as novas construções.

Como é sabido, o Estado atua de forma dúbia, pois ao mesmo tempo em que reprime, tenta criar consenso. E o governador da época cumpriu sua promessa de campanha feita a um grupo de intelectuais interessados nas questões urbanísticas da cidade, criando a Companhia de Desenvolvimento da Comunidade (CODESCO). Dentre as metas assinaladas por esse grupo, uma delas referia-se a na necessidade dos moradores terem a posse legal da terra, onde se justificava que estes deveriam ficar próximos ao local de trabalho, e uma das formas de garantir isso era dando a posse da terra a eles. Desta forma, três favelas foram selecionadas para a execução do projeto, mas o mesmo só se concretizou em duas: Brás de Pina e Morro União.

Até então, as iniciativas políticas, seja de remoção ou de urbanização ou de novas habitações, ocorria na esfera municipal. Em 1968 o Governo Federal criou a Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Rio de Janeiro (CHISAM) que agiria sobre o Estado da Guanabara. A Companhia de Habitação Popular (COHAB), em parceria o Banco Nacional de Habitação (BNH), deu início à construção de conjuntos habitacionais e, conseqüentemente, às remoções.

Em 1967 e 1968 os moradores, através da FAFEG reagiram às políticas de remoção e urbanização organizando um evento, onde compareceu mais da metade das representações das favelas cariocas. Nesse evento expressaram o desejo de ficar no seu lugar, “*urbanização sim; remoção, não.*” (Santos, 1984,p.36). Expressão da importância do evento feito pelos favelados está na prisão do presidente da instituição, que depois de

preso acabou morrendo. A ocasião leva a uma nova eleição e as diretorias das chapas tiveram que ser submetidas à Secretária de Segurança. A estratégia do governo foi fazer com que a FAFEG passasse a compor o governo destinando a ela “poder”. A instituição deixou de ser “ilegal” para tornar-se assessora do governo para assuntos relacionados às favelas, como mostra Burgos (2006).

Feito o expurgo, a Fafeg ganharia status de “assessora” do governo do estado, tendo poderes para, entre outras coisas, indicar as associações que possuíam condições para receber auxílio financeiro do governo”. (BURGOS, 2006,p.37)

Nesse período, a relação entre o governo e as lideranças dos moradores das favelas era conflituosa. Algumas dessas lideranças “desapareceram” e o sentimento era de impotência, cabendo a algumas associações trabalhar para o governo, conseqüentemente promovendo remoções. Entretanto a FAFEG, mesmo numa condição desfavorável, conseguiu organizar outro congresso e fazer frente às associações que trabalhavam para o governo. Realizou-se

[...] em 1972, o II Congresso de Favelados do Estado da Guanabara, com a participação de 79 associações, que mais uma vez defende a necessidade de urbanização das favelas. Tal resistência tornou o programa de remoções bastante custoso politicamente e se não foi essa razão determinante para seu esvaziamento a partir de 1975, é preciso levá-la em conta se se quer entender como foi possível a permanência de 52 favelas em bairros tipicamente ocupado pelos setores médios e altos da sociedade carioca, como Copacabana e Tijuca, entre outros”. (*Idem*, 2005, p.37)

Outros fatores, segundo esse autor, podem ter contribuído para uma trégua às remoções, tais como: a péssima qualidade das casas, somado ao sentimento de revolta por terem sido removidos, fez com que muitos desses moradores cometessem a inadimplência perante o BNH. Ou seja, se não pode resistir e lutar com as antigas ferramentas, forjam-se outras. Muitos dos inadimplentes foram parar em casas de triagem. Além disso, o próprio BNH resolveu investir em outro público, dos R\$350 milhões destinados, apenas R\$ 100 milhões foi usado para seu fim, e o restante foi destinado para a classe média e a elite carioca proverem suas casas.

A despeito de toda a resistência dos moradores de favelas até aqui (algumas bem-sucedidas como a freada às remoções e a urbanização de algumas favelas), não podemos negar os efeitos da política de remoção e controle do Estado, visto que tais iniciativas acabaram contribuindo para desarticulação de alguns moradores. A luta pelo direito à moradia permitiu, ainda que de uma forma “tímida”, uma identidade de “classe”, mesmo que em territórios distantes geograficamente lutavam para permanecer

neles e buscar direitos básicos como saneamento. Diante de toda investida do Estado, essa “classe” se desmembra em: os favelados, que tem como pauta principal o direito de permanecer nas favelas, e os moradores dos Conjuntos Habitacionais que lutam para garantir a qualidade dos serviços dessa forma de moradia e parece que não conseguem reconhecer que sua pauta é a mesma, o direito ao lugar que vem com a propriedade da moradia e a garantia da manutenção dos serviços. Podemos dizer que o “racha da classe favelada” acabou abrindo espaço para práticas clientelistas de pequenos favores. Segundo Santos (2013),

[...] A luta por direitos virou a luta por uma busca de “brechas” e melhorias a nível local e não dos territórios, ou seja, ao invés de se lutar para que todas as favelas tivessem seus direitos garantidos, as favelas começaram a agir pela busca do direito do seu lugar, da sua favela. (SANTOS, 2013, p.18)

Com o fim do regime militar e início do Estado democrático, essa prática de “brechas<sup>25</sup>” vai ganhando força. Isso fica claro com o ressurgimento da FAFEG, pois enquanto alguns grupos acreditavam que seu papel era de pressionar o Estado, outros como a FAFEG, acreditavam que seu papel era de articulador e conciliador entre Estado e favelados.

Passado anos de ditadura militar, a década de 1980, traz o marco das primeiras eleições livres e de um novo tempo. Toda via, a questão da habitação permanece em pauta, sendo a favela uma forma de moradia para a população pobre que luta para permanecer nos seus lugares de origem. E não por acaso as campanhas eleitorais falam em “(...) *resgate da dívida social existente junto às comunidades.*” (LEITÃO, 2009,p.51)

É neste contexto que Leonel de Moura Brizola (1983-1987) elege-se governador do Rio de Janeiro e destina uma agenda “social” para as favelas, isto é, levar serviços básicos de infra-estrutura para estes territórios, tais como: água, saneamento básico, coleta de lixo e energia. Além disso, iniciou um processo de regularização fundiária através do projeto “Cada Família um Lote”, que consistia em “*repassar a preços simbólicos os lotes a seus moradores, que se tornaram seus proprietários definitivos com todos os direitos legais decorrente deste fato*” (BURGOS, 2005 p.42, Apud CAVALLIERI, 1986, p.23-30).

Outro marco de Brizola foi pautar os direitos humanos para população favelada,

---

<sup>25</sup> Por brechas entende-se “aproveitar as brechas existentes, através de relações pessoais de lealdade, ou através de contatos informais com um determinado político, para obter uma pequena melhoria para o grupo, ou uma ajuda individual” (DINIZ,1982,pg.157).

que se materializava em uma nova forma dos órgãos de segurança (polícia militar e civil) abordar essa população, ou seja, a ordem era que os agentes de segurança respeitassem os direitos civis da população favelada. Apesar dos avanços do governo de Brizola frente às favelas, em nenhum momento de seu mandato foi proposto que as associações de moradores de favelas retomassem a autonomia política. E se antes de seu mandato, a complexidade estava no Estado em reconhecer a favela como parte da cidade, sendo seus moradores cidadãos dotados de direitos políticos, econômicos, sociais e culturais. Agora teriam os favelados, mais um problema: os grupos criminosos armados que despontaram nos anos 1980 e 1990 e passaram a dominar as favelas de forma surpreendente. Isso não quer dizer que nunca tenha havido “grupos criminosos” nas favelas, mas a inserção desses grupos até esse momento era outra, como alude Sousa (2009):

[...] Até a década de 1980, quando iniciou o processo ampliado de controle das favelas pelo tráfico de drogas, as **polícias mineiras** – grupos privados formados, em gerais por moradores – e/ou **banqueiros do bicho** assumem um papel de reguladores do poder em muitos territórios populares. Havia, nesse caso, um expressivo grau de legitimidade conferida pelo carisma ou pelo pretense interesse na **defesa da comunidade** contra eventuais crimes locais e possíveis inimigos externos. Havia uma intensa proteção ao patrimônio, o que conferia um grau de equilíbrio significativo na comunidade que possuía pessoas ou grupos naquela **função policial**. Nesse caso, eles preenchiam, de forma plena, a definição de polícia acima apresentada”. (SOUSA, 2009, p.75)

Ou seja, o poder bélico que os grupos criminosos agora possuíam, adicionados à omissão dos órgãos de segurança pública feita a partir de um “equivoco de leitura” deles ao comando do Brizola. Isto é, antes as polícias militares e civis ao mesmo tempo em que combatiam os grupos criminosos armados nas favelas, nelas também infringiam os direitos dos moradores que não tinham nenhum envolvimento com os grupos criminosos armados e com o jogo do bicho. E o que Leonel de Moura Brizola ordenou aos agentes da força de segurança foi que passassem a tratar os moradores como cidadãos e respeitassem os seus direitos e não que as polícias parassem de fazer seu trabalho. Entretanto, os agentes de segurança ficam irritados e passaram a fechar os olhos para a dinâmica do tráfico nas favelas.

A título de exemplo, a cabine de polícia que atuava em Nova Holanda, comunidade da Maré, parou de fazer seu serviço. Assim como é hoje em Vila do João, que tem uma cabine da polícia na via principal, porém, os portões ficam constantemente fechados e o tráfico local transita de arma em frente à cabine. Isto é, a polícia militar, neste caso, mostra a sua incapacidade de assegurar o direito à segurança e a limitação de

só ser capaz de realizar tal função se for à base da violência. A “omissão” dos agentes de segurança criou as condições para que estes grupos se tornassem facilmente os “donos” dos territórios. Cabe ressaltar que não é apenas uma questão de “equivoco de leitura” por parte dos agentes de segurança, mas de uma prática de envolvimento destes com os grupos criminosos armados desde a década de 1960<sup>26</sup>.

O tráfico de drogas se impõe nas favelas e direitos básicos como o de ir e vir assegurados na Constituição de 1988 passa a ser cerceado por ele. Os traficantes, agora, definem quem transita e organiza, e ainda indica quem serão os presidentes das associações de moradores, ou seja, a ditadura do país parece ter se instalado nas favelas cariocas, onde quem está à frente do comando são as facções criminosas. Cabendo ao Estado o “não-controle” como demonstra Farage (2012):

[...] O aparente não-controle do Estado sobre esses territórios dá-se pelo fato de utilizar formas distintas de controle, como a constituição de políticas públicas assistencialistas, a constituição de centros sociais ligados a políticos, a cooptação sobre lideranças comunitárias por parte do poder público e até mesmo o não controle do território possibilitando o domínio armado pelos grupos criminosos. Na prática, se apresentam como uma forma eficaz de manter os moradores sobre um determinado controle e de alimentar um forte esquema de corrupção, envolvendo desde os grupos criminosos armados até membros da política nacional e o tráfico internacional de drogas e armas”. (FARAGE, 2012, p.56)

Parece-me que as políticas públicas do século XXI não deixaram para trás a lógica dos séculos anteriores. Remoções e higienizações por parte do Estado. De dentro das favelas, boa parte as lideranças comunitárias seguem a lógica de não negociação com o Estado, mas de uma ação de “espera” para o surgimento de oportunidades cedidas pelo poder público, que muitas das vezes conta com a ajuda organizações governamentais brasileiras ou internacionais. Com isso, não estou afirmando que todos

---

<sup>26</sup> Vários estudiosos vêm apontando que corrupção da polícia não é uma prática que coincide com a expansão do tráfico de drogas nos anos 1980 e 1990, mas que é anterior. Aqui destacaremos uma parte do livro “A cidade Partida”, de Zuenir Ventura (1996), apropriadamente a sessão do livro que ele intitula “*Um escândalo que vai ficar para a história*” Ventura (1996, p.48), que concretiza o que relatei acima, a relação da polícia com o tráfico. Trata-se do General Amauri Kruehl, que não só tinha inaugurado o esquadrão da morte, onde policiais estavam implementando uma lógica “Bandido Bom é Bandido morto” (Idem, 2006, p47) jargão que deu o cargo de Deputado Estadual ao delegado Sivuca nos finais dos anos 1950. Mas que General Kruehl teria inaugurado a rede de corrupção na polícia. Conta o autor que o Kruehl e todo seu gabinete foram denunciados pelo repórter Edmar Morel, numa série de notícias de corrupção e cobrança de propina ao jogo do bicho, das “clínicas de aborto”, cartomantes, dos vendedores de drogas, dos donos de cassinos, ou seja, de toda prática ilícita da época. E que o negócio rendia grandes lucros. A denúncia de então fez com que fosse aberta uma CPI na Câmara dos Deputados, e embora os acusadores desses tenham apresentados provas que incriminariam o general e seu gabinete, Kruehl foi absolvido. Além de sua absolvição em 1964, ano da conspiração para tirar João Goulart da presidência da República, o general Amauri Kruehl era um dos poderosos comandantes do Exército. E ele permaneceu com um cargo durante todo o período de ditadura militar.

os sujeitos e grupos que constituem as favelas deixaram de pressionar e enfrentar o Estado na busca de políticas públicas para esses territórios. Chamo a atenção para outros tipos de posturas que o Estado assumirá perante as lideranças comunitárias e às instituições (tanto locais como externas) que atuam como interlocutores no território. Isto é; um cenário onde as políticas públicas parecem ter a “aparente” tentativa de silenciar os favelados; de reforçar a lógica da ausência ou precária inserção do Estado nestes territórios sobe o argumento que tais sujeitos são convenientes com os grupos criminosos armados. Ou seja, a velha política de culpar os pobres por serem pobres, de transformar a vítima em vilão, não desaparece.

### **1.3. A Favela da Maré: Um exemplo de luta e resistência**

Como já falamos aqui, a favela não é um fenômeno natural que surgiu na cidade, nem tão pouco fruto da ausência do Estado. Mas é verdade que elas são uma “resposta” indireta dos escravos que ao serem libertos foram para cidade em busca de trabalho e de trabalhadores de cada região desse país que migrou para os centros urbanos atrás de trabalho, embalados pelo sonho que a cidade ofereceria uma condição melhor a que se encontravam no lugar de origem.

Neste sentido, a Maré que conhecemos hoje possui 800 mil metros quadrados<sup>27</sup> e está organizada em 15 comunidades ao longo da Avenida Brasil. Entretanto, antes de vir a se tornar o local de moradia da população citada acima, ela foi moradia dos índios<sup>28</sup>. VAZ (1994) e TEODÓSIO (2006) afirmam que quando os portugueses chegaram aqui, encontraram no entorno da Baía de Guanabara mais de 40 aldeias indígenas, sendo a Maré uma delas. Além deste fato histórico, procede na história que na época em que o Brasil era um dos principais exportadores de cana de açúcar no séc XVI, que no Rio de Janeiro, o escoamento da cana açúcar e outras mercadorias se davam no Porto da Maria Angú ao sul, e ao norte no Porto de Inhaúma, onde está localizada a Maré.

Outro momento importante na história do Brasil em que a Maré está imbricada é a construção Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) em 1900. Criada com o objetivo de

---

<sup>27</sup> Essa informação foi retirada do projeto de Lei 584/2010 de autoria do Deputado Paulo Messina que integrava a Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro. E nela está decretado que o dia 08 de Maio é o aniversário da Maré. Cabe ressaltar que boa parte dos moradores da região, inclusive as antigas lideranças desconhecem essa informação.

<sup>28</sup> Segundo Teodosio “ [...] No período do descobrimento, relata-se que a ocupação espacial do entorno da Baía de Guanabara era composta por mais de 40 aldeias indígenas (AMADOR, 1997). Desta maneira, as localidades foram batizadas com diferentes toponímias do dialeto indígena, como por exemplo, Guanabarrá, Inhaúma, Timbau, Catalão, entre outras.” (TEODOSIO, 2006, p.57 )

fabricar vacinas e soros contra as pestes que assolava a cidade, a fundação se instala numa zona até então rural, que oferecia pouca infraestrutura para a circulação dos pesquisadores e dos equipamentos até ela. Sendo assim, passa a demandar do poder público melhorias na região, como alude Farage (2006):

Devido à importância alcançada pela Fiocruz, pouco a pouco a região que hoje constitui a Maré foi assumindo relevância na constituição e na organização do espaço urbano carioca, a demandar maior atenção e maiores investimentos do poder público. Isso passa a acontecer a partir da reforma do centro da cidade, realizada pelo prefeito Pereira Passos, quando parte dos moradores do centro foi deslocada para o subúrbio mais próximo. Assim, o espaço da Leopoldina e de Manguinhos, até então caracterizado como periferia rural, ganha núcleos urbanos que passam a se expandir. (FARAGE, 2006, p.52)

Fizemos esse breve apanhado histórico para chamar a atenção sobre a forma como foi sendo ocupada a Maré e assim afirmar que ela já fazia parte da cidade antes mesmo de vir a se tornar favela, tendo um papel significativo na historiografia do Rio de Janeiro. Ao recorreremos algumas literaturas sobre a Maré, notamos que o acesso a terra já estava colocado bem antes do processo de industrialização. A questão da moradia para os pobres antecede o processo de industrialização massivo, caracterizado no Brasil a partir de 1930. Estudos feitos por Vaz (1994: p.34) - tendo como fonte alguns moradores- apontam que: “A estatística predial de 1933 do Distrito Federal aponta “casas e casebres” nas praias e estradas da região e em ruas, hoje, interiores ao Morro do Timbau”.

Mas é a construção da Avenida Brasil, em 1940, que vai consolidar a ocupação da Maré. Pois com a abertura da avenida ocorreu um intenso processo de ocupação dos terrenos ao longo dela, no nosso caso, as terras ocupadas foram onde hoje é o Morro do Timbau e a Baixa do Sapateiro. A autora Lilian Fessier Vaz (1994) explica que existiram duas formas de ocupar o solo naquele momento; uma nas áreas secas, onde era possível encontrar algumas árvores frutíferas, próximas à fonte de água na região alta. E outra nas áreas alagadiças, onde mais tarde vão emergir as palafitas, pois embora existisse espaço para as construções de casas ou barracos em terrenos secos, isso não era possível, pois os militares não deixavam.

Ainda que houvesse bastantes terrenos secos disponível nos terrenos altos do morro do Timbau, a auto segregação da população do morro imposta pelos militares (...) impede o livre acesso a essas partes, fato que explica a necessidade de se recorrer às partes inundáveis da zona de mangue, afora o morro, as únicas disponíveis, para assentamento e habitações. (VAZ, 1994, p.14)

Isso demonstra o quanto à cidade do Rio de Janeiro não teve uma política de



desenvolvimento habitacional popular concomitante o desenvolvimento da cidade. Logo, os moradores dela vão a ocupando de acordo com as suas necessidades e possibilidades. Nesse sentido Abreu afirma que;

[...] a estrutura atual da Área Metropolitana do Rio de Janeiro se caracteriza pela tendência a um modelo dicotômico do tipo núcleo-periferia, onde a cidade dos ricos se contrapõe àquela dos pobres, isto não se deve apenas às forças de mercado. Tal estrutura, também seria função do papel desempenhado pelo Estado no decorrer do tempo, seja através da criação de condições materiais que favoreceram o aparecimento desse modelo dicotômico, seja mediante o estabelecimento de políticas que, embora objetivando muitas vezes regular conflito entre o capital e o trabalho, sempre acabaram sendo benéficas àquele e em detrimento deste. (ABREU, 1987, pg.11).

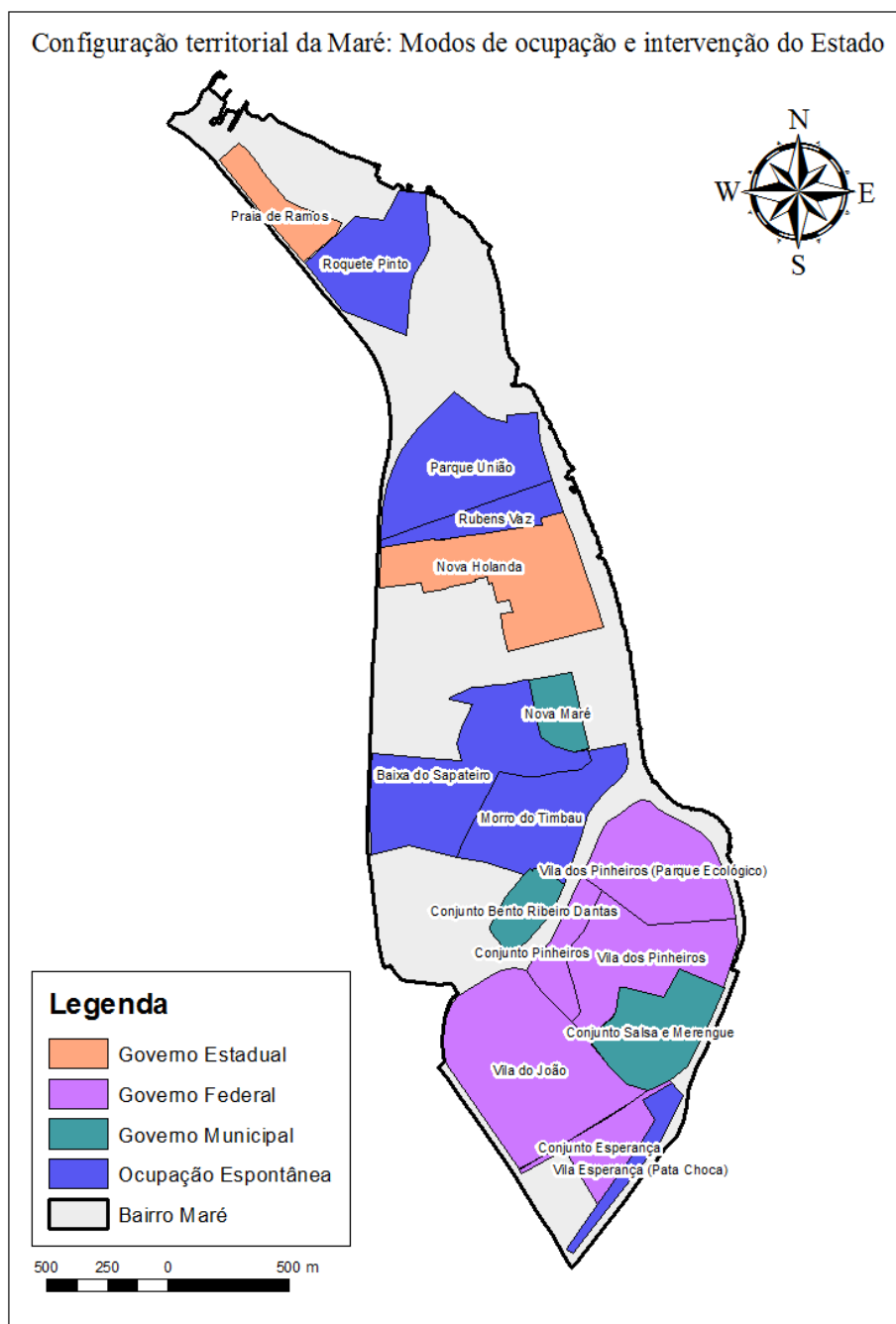
Foi nessa perspectiva de ocupação do solo urbano por segmentos da classe trabalhadora que se deu a maior parte das ocupações, onde essas vão ser chamadas de favela, no caso do Rio de Janeiro. A Maré, pode-se dizer que é um território que luta pelo direito a cidade<sup>29</sup>, constituindo oras com um lugar repleto de histórias de resistência e organização popular que culminaram em vitórias e derrotas, onde a última os marcam com as perdas principalmente das vidas de seus filhos, amigos, parentes. Atualmente configura-se com aproximadamente 130 mil moradores<sup>30</sup>, alocados em 38.681 domicílios.

### **Figura 1- Mapa da configuração territorial da Maré: Modos de ocupação e intervenção do Estado**

---

<sup>29</sup> Entendo o direito à cidade aqui, como “muito mais que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade, mas de acordo com nossos mais profundos desejos.” (HARVEY, 2014, p.28)

<sup>30</sup> Fonte: Censo IBGE 2010.



*Fonte: Nossa pesquisa<sup>31</sup>.*

**Tabela 01 - Configuração territorial da Maré: Modos de ocupação e Intervenção do Estado**

<sup>31</sup> A produção do mapa acima intitulado por nós como: Mapa da configuração territorial da Maré: “Modos de ocupação e intervenção do Estado” é fruto de nosso estudo e pesquisa, para tanto utilizamos a base do Mapa da Redes da Maré, assim como as fontes de Teodosio (2006), Vaz (1994), IPEA (1990), Sousa (2010), Farage (2006 e 2012), Nóbrega (2012) e o Censo Maré 2010.

<b>Configuração territorial da Maré: Modos de ocupação e Intervenção do Estado</b>				
<b>Quantidade</b>	<b>Ano</b>	<b>Nome da Comunidade</b>	<b>Origem da constituição</b>	<b>Programas</b>
1	1940	Morro do Timbau	Ocupação Espontânea	Não existe
2	1947	Baixa do Sapateiro	Ocupação Espontânea	Não existe
3	1953	Parque Maré	Ocupação Espontânea	Não existe
4	1954	Parque Rubens Vaz	Ocupação Espontânea	Não existe
5	1955	Parque Roquete Pinto	Ocupação Espontânea	Não existe
6	1961	Parque União	Ocupação Espontânea	Não existe
7	1962	Nova Holanda	Intervenção Pública-Governo Estadual	COHAB
8	1962	Praia de Ramos	Intervenção Pública-Governo Estadual	-
9	1982	Conjunto Esperança	Intervenção Pública-Governo Federal	Projeto Rio
10	1982	Vila do João	Intervenção Pública-Governo Federal	Projeto Rio
11	1983	Vila do Pinheiro	Intervenção Pública-Governo Federal	Projeto Rio
12	1989	Conjunto Habitacional do Pinheiro	Intervenção Pública-Governo Federal	Projeto Rio
13	1992	Conjunto Bento Ribeiro Dantas	Intervenção Pública-Governo Municipal	Projeto Morar sem risco
14	1996	Nova Maré	Intervenção Pública-Governo Municipal	Projeto Morar sem risco
15	2000	Salsa e Merengue	Intervenção Pública-Governo Municipal	Projeto Morar sem risco

**Fonte:** Para organização deste quadro recorremos há diversas fontes, iniciando o trabalho a partir da leitura da dissertação de mestrado de Teodosio (2006). Em seguida atualizamos as informações a partir do contato com outras literaturas, como: Vaz (1994), IPEA (1990), Sousa (2010), Farage (2006 e 2012), Nóbrega (2012) e o Censo Maré 2010.

Cada surgimento de uma comunidade acima é caracterizado por feitos históricos que marcam a Maré no presente. Contar a história de cada uma delas tomaria à centralidade do trabalho, da mesma forma que daria surgimento a outra dissertação. Mas, para que possamos compreender essa história de luta e resistência marcada pela ação dos moradores, resolvemos contar a história de uma delas, a do Morro do Timbau que foi a primeira delas.

O Morro do Timbaú foi à primeira comunidade que surgiu na Maré. Conta os antigos moradores dessa comunidade e a historiadora Lilian Vaz (1994) que sua ocupação ocorreu quando uma senhora estaria visitando a região a passeio junto com companheiro, e ao deparara-se com há paisagem se encantou e quis ali estabelecer sua moradia. Examinando o “conto”, percebe-se que a paisagem fora insuficiente para fazer Dona Orizona migrar para esta área, pois as intervenções que ocorria no centro do Rio

de Janeiro, expulsavam os moradores para as Zona da Leopoldina e para o subúrbio. Isso mostra que entre os interesses de Dona Orozina e os interesses da classe dominante não davam para ser conjugados, pois como nos fala Abreu, (1987)

A estrutura espacial de uma cidade capitalista não pode ser dissociada das práticas sociais e dos conflitos existentes entre as classes urbanas. Com efeito, a luta de classes também reflete-se na luta pelo domínio do espaço, marcando a forma de ocupação do solo urbano. Por outro lado, a recíproca é verdadeira: nas cidades capitalistas, a forma de organização do espaço tende a condicionar e assegurar a concentração de renda e de poder na mão de poucos, realimentando assim os, conflitos de classe. (ABREU, 1987, p.15)

Cabe ressaltar que boa parte da geografia do Morro do Timbau era cercada de mangues, além disso, não havia uma rede de distribuição de água e nem esgoto. Mas a ocupação ocorreu e aos poucos os moradores que ali chegavam foram aterrando e organizando o espaço e conseqüentemente foram buscando as condições básicas de sobrevivência, como; água, luz e saneamento básico.

E quando já estavam instalados, em 1947, dois anos de regime militar, o 1º Batalhão de Carros de Combate foi transferida para região, pois sua antiga sede daria lugar a um estádio de futebol (onde hoje é o Maracanã), que seria palco da copa de 1950. Certos que as terras ao redor de sua nova sede pertenciam ao exército, os soldados tratam de estabelecer um ordenamento para ocupação e criam um documento com o intuito de controlar o crescimento “desordenado”, intervindo no planejamento das ruas e na construção das casas, ainda criaram regras de circulação e passam a cobrar dos moradores, de forma irregular, uma “taxa de ocupação”..

[...] A área da Maré passou a ser vigiada rigidamente pelo 1º BCC, impondo a destruição de barracos, cobrança de taxas aos moradores (“taxas de ocupação”) e vigília permanente sobre os moradores. Gerou-se todo um aparato burocrático de controle sobre os moradores da favela, que mesmo no campo da informalidade, aos poucos, foi ganhando contornos de oficial. Militares passaram a atuar como uma espécie de “grileiros” urbanos. (COSTA, 2010,p.164)

As ações violentas e autoritárias do Exército Brasileiro foram o disparador para que um grupo de moradores se organizasse e criasse a Associação de Moradores do Morro do Timbau. E vai ser através dela que vão, não só, negociar a ação dos militares, mas também demandar melhorias para a comunidade, como por exemplo; pavimentação das ruas, rede de energia, coleta de lixo e etc. E com o processo de construção da Avenida Brasil, os moradores foram aterrando os espaços alagadiços com os entulhos e restos de materiais da obra.

O Morro do Timbau hoje conta com uma população de 6.356 mil moradores

segundo o Censo IBGE 2010. E é tida como uma das melhores comunidades da Maré, por ser o espaço urbano menos precário, suas casas são todas de alvenaria e as ruas são todas asfaltadas. E seus moradores, segundo o Censo Maré têm uma das melhores rendas *per cápita*. O que não significa dizer que essa comunidade não tenha demandas no que tange as questões estruturais, como uma melhor cobertura de saneamento básico, rede de esgoto, acesso a cultura, educação e etc.

De forma geral, as comunidades têm formas de constituição muito parecidas, tiveram que lutar para permanecer no local, se organizando por meio de associações de moradores que hoje fazem com que o espaço geográfico da Maré tenha mais de 90% das ruas são asfaltadas. Entretanto, a população ainda enfrenta problemas de infraestrutura urbana primários, como a rede de saneamento básico, esgoto e iluminação. População essa, como já observada, se forma em 1940<sup>32</sup> a partir do fenômeno do êxodo rural, composta de moradores oriundos das regiões do Norte e Nordeste do país e de algumas cidades de estados do Sudeste, como Minas Gerais, que nesses quase 86 anos de história, segundo Santos (2013)

[...] conquistou vinte e seis Escolas públicas sendo duas de ensino médio, oito Postos de Saúde e uma unidade de Pronto Atendimento (UPA), um Batalhão de polícia e dois Postos Comunitários de Polícias, uma na Vila do João e outro no Parque União. Uma sede da rede de coleta de lixo, um posto da CEDAE e um Equipamento de Cultura, a Lona Cultural Herbert Vianna. (SANTOS, 2013.p.118)

No estudo que venho fazendo sobre a Maré que começa no meu trabalho de conclusão de curso da graduação, percebo que na Maré o Estado atua de três formas distintas, mas que se complementam, sendo ele; “**presente, promíscuo e punitivo**” Santos (2013).

Compreendi que ele se faz **presente** e o discurso de que a favela seria fruto da ausência do Estado, ou que ele (Estado) é ausente não se sustenta, uma vez que das 15 comunidades, oito são fruto da intervenção do Estado e que em todas elas encontramos equipamentos públicos, como escolas, posto de saúde. Além disso, conta com um equipamento de cultura, uma linha de transporte e equipamentos de segurança pública.

Podemos arriscar em dizer que a Maré seja uma das favelas do Rio de Janeiro, com o maior número de equipamentos públicos. E é nessa quantidade de equipamentos que percebemos que ele, Estado, seja *promiscuo*. Pois se promiscuidade é o ato de se

---

<sup>32</sup>A primeira comunidade de deu origem as outras 15 foi o Morro do Timbau na década de 1940, para saber mais ver Memória e identidade dos Moradores do Morro do Timbau e Parque Proletário da Maré de Diniz, Edson; Belfort, Marcelo Cartro e Ribeiro, Paula. 2013.

fazer confuso, ele se faz, mas é obvio que o Estado não é propositalmente confuso, ou seja, que ele desconheça as demandas da cidade, e aqui da Maré. Cunhamos esse termo para demonstrar que existe uma forma de agir do Estado, pois se entendemos que a organização espacial da cidade está para assegurar e atender as demandas dos grupos dominantes, como disse Abreu (1987), realimentando assim o conflito de classe. É desta forma que ele alimenta, pois se de um lado oferta uma série de equipamentos, do outro, não garante a qualidade do mesmo, negando a população seus direitos.

Ainda sobre a promiscuidade do Estado, buscamos o exemplo no campo da cultura. Onde em um território que tem quase 130 mil moradores, o único espaço de cultura público é a Lona Cultural Herbert Vianna<sup>33</sup> inaugurada nos anos 2000. A Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro por meio de editais, passa a gestão do espaço para ONG's, que nesse caso é atualmente administrada pela Redes de Desenvolvimento da Maré. No entanto, a instituição se depara com poucos recursos para zelar pela manutenção do equipamento, uma vez que o dinheiro repassado é para cobrir gastos com funcionários, ficando a cargo da Secretaria de Cultura a manutenção dos equipamentos, que acaba atendendo com morosidade algumas necessidades apontadas por essa administração. Por fim, a população acaba usufruindo de um equipamento muito precário. Além disso, por estar localizada numa região conhecida como "Faixa de Gaza"<sup>34</sup>, divisa entre duas comunidades, onde os grupos criminosos armados são rivais, muitos eventos, como apresentações de artistas e peças de teatro, não chegam à Lona Cultural da Maré.

Isso não significa dizer que a cultura esteja estagnada na Maré, surgem atividades feitas por ONG'S locais como, por exemplo; o evento Marelal feito pelos alunos da escola de comunicação crítica do Observatório de Favelas da Maré, que ocupou a praça do Parque União com exposições e shows. Ou atividades como as dos alunos de uma turma de teatro da Redes de Desenvolvimento da Maré que fez das ruas e das escolas seu palco e foram apresentar a peça que contava a história da Maré.

Assim como as instituições os moradores fazem cultura nos espaços públicos, como é o caso da Favela Rock, que acontece na rua do Morro do Timbau e oferece para

---

<sup>33</sup>A Lona Cultural Herbert Vianna, faz parte de uma ação da secretaria municipal de cultura do Rio para levar equipamentos de cultura para as favelas e espaços populares. O que motivou essa iniciativa foi a quantidade de lonas que haviam sobrado do encontro da Eco92 no Rio de Janeiro.

<sup>34</sup> "Faixa de Gaza" foi o nome que a população deu à fronteira entre duas comunidades que, de um lado comporta o grupo armado conhecido como Comando Vermelho, e do outro o Terceiro Comando. A Lona está localizada na divisa dessas duas comunidades (Nova Maré e Parque Maré).

comunidade show's de bandas de rock locais e de fora da Maré, cabe ressaltar que essa atividade é organizada por um grupo de jovens. Ou nas praças, como é o caso da comunidade Parque União onde tem shows de banda de forró todos os finais de semanas, em especial no domingo. Neste caso a gestão é feita por um grupo de moradores, e as atividades culturais são mantidas pelos comerciantes do entorno da praça. Já as outras atividades que encontramos como rodas de samba e pagode, que acontecem na rua e são financiadas por bares do local. Além destas atividades, temos os bailes funk's.

Ao Estado atuar de forma “confusa”, ele provoca uma ordem de distinção entre favela e bairros, como se a favela não fosse parte da cidade, sendo os moradores delas ausente de civilidade. No entanto o que vem acontecendo é a presença de uma lógica, de difícil reconhecimento (apuração) à primeira vista, a de que na favela os serviços podem ser oferecidos de qualquer forma, transferindo para população a responsabilidade pela manutenção de tais serviços. Para Farage (2012),

Nesse processo se constituem territórios distintos na cidade e a intervenção do Estado se dá a partir do processo político hegemônico, priorizando os interesses da classe que domina economicamente a partir do exercício da coerção e do consenso na conformação da classe trabalhadora. Nesse processo as favelas se impõem ao espaço urbano carioca como o espaço de moradia da classe trabalhadora exigindo do Estado intervenções públicas que ao mesmo em tempo que buscam o apassivamento e também garantem alguns direitos, impulsionados pela organização dos trabalhadores. (FARAGE,2012,p.31)

Logo os espaços e equipamentos ficam longos períodos sem intervenções públicas, ocorrendo essa “manutenção” em períodos de eleições e mesmo quando ocorre essa é de péssima qualidade.

Por fim, o Estado também é *punitivo ou coercitivo* e variam nas formas. Como se pode perceber na história da constituição das favelas, vimos os agentes da Secretária de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, por meio de uma política de conflito, entrar nas favelas agredindo física e simbolicamente os moradores. Mas sua ação não para por aí, pois normalmente quando há incursões na favela os policiais deixam pelo caminho mortes<sup>35</sup>. E o grupo etário que mais vem sofrendo com essa atuação são os

---

<sup>35</sup> Quando afirmo que o Estado mata, trago aqui um dos fatos que rendeu mídia. Refiro-me a noite do dia 24 de junho de 2013, onde foram mortas 10 pessoas, após uma passeata que acontecia no bairro próximo, Bonsucesso. E não sabemos quais foram os motivos que fez com que os manifestantes ocupassem a Avenida Brasil. Na ocasião o Batalhão de operações Especiais (BOPE) foi acionado para acabar com a passeata e acabou adentrando a favela, e numa troca de tiros entre eles e traficantes, um dos integrantes do BOPE foi morto. Nesta mesma noite os policiais resolvem vingar a morte de seu amigo, deixando na favela, um saldo de dez mortos.

jovens, em especial negros.

Além disso, outro problema no campo da segurança refere-se à presença dos grupos criminosos armados, que na disputa por pontos de venda de drogas, acabam se confrontando e levando a comunidade a intensos tiroteios. E mesmo com a política de conflito, o Estado não desfaz a tirania desses grupos, logo eles estabelecem regras de circulação e de sociabilidade. Isto é, é o tráfico local quem faz a regulação da vida dos moradores, é ele, em geral, que intervém quando moradores não conseguem resolver problemas gerados pelo convívio social, como por exemplo, brigas familiares e conflitos na utilização do espaço público. Segundo Silva (2009), boa parte das ações dos policiais se sustenta no fato destes compreenderem a favela como expressão da violência,

Pela via do processo de sinonímia entre tráfico de drogas e favelas, esses territórios foram sendo, cada vez mais, identificados e representados como definitivamente perigosos e ingovernáveis, afirmando-se a impossibilidade de se estabelecer ali o mesmo padrão de regulação social presente em outras partes da cidade. (Silva, 2009,p.05).

Cabe ressaltar que na Maré existem alguns equipamentos de Segurança, como os Postos de Polícia Comunitária (PPC), um localizado na comunidade Parque União e outro na Vila do João. E um Batalhão de Polícia localizado em Nova Holanda, que está de costas para a favela, pois sua entrada principal é na Linha Vermelha. Além disso, em março de 2014, a favela da Maré passou por um processo ocupação pelas Forças Armadas. Nesse processo as organizações locais tentaram estabelecer um diálogo a fim de que fossem respeitados os direitos dos moradores. No entanto, o acordo não saiu do discurso, pois fora freqüente as queixas dos moradores em relação à ação dos soldados do exército na Maré. Onde no início estabelecerem uma série de “regras”, por exemplo, o baile funk ficou suspenso e os sons das festas tiveram que se disciplinar podendo ficar alto somente até às 22h. E numa espécie de (re) apropriação do território os moradores foram lendo os novos códigos estabelecidos. Os grupos criminosos armados não expunham suas armas e a venda de droga se dava na “clandestinidade”, os tiroteios tiveram uma baixa, e os militares passaram a fazer rondas na comunidade. Não por acaso, em horários específicos você tinham um corre-corre dos vendedores ambulantes de drogas. E isso fez com que significativa parte da população aderisse à ação dos militares.

O que presencio é que apesar da violência e do sentimento de medo que o Estado (seja por meio dos policiais ou soldados), e o tráfico de drogas causam na



população, estes criam mecanismos legais de resistência. E aqui trazemos o caso do movimento *Viva criança Viva*, de 2006<sup>36</sup>, a *Conferência Livre Sobre Segurança Pública da Maré* em 2008, e a campanha *Somos da Maré e Temos Direitos*<sup>37</sup> em 2013. Todos estes organizados por instituições locais e moradores, tendo como objetivo construir uma agenda de segurança pública para o local. Cabe ressaltar que o segmento da população que mais costuma participar dessas atividades são os jovens. Na Maré, eles são normalmente universitários ou são jovens que estão se preparando para entrada na universidade.

## **2. JUVENTUDES NO PLURAL PARA QUEM E ATÉ QUE PONTO?**

### **2. 1. Juventude: Uma construção histórica**

Em uma sociedade como a nossa e com tanta informação circulando de maneira rápida, a junção de informações nos faz, mesmo que brevemente, acreditar que alguns direitos, conceitos e questões já foram consolidados. Se perguntássemos a alguém o que é ser jovem, provavelmente as respostas seriam: “alguém que é e tem características de

---

<sup>36</sup> O *Viva criança Viva* foi um movimento que surgiu a partir da mobilização dos moradores diante da morte de uma criança em Nova Holanda no ano de 2006. Renan foi morto por uma bala “perdida” que veio de um policial no período de eleições. O objetivo deste movimento era pensar numa forma para chamar a atenção do poder público para o que tinha acontecido e exigir deste uma resposta. Os moradores que estavam envolvido nesta ação, organizaram uma passeata logo em seguida e com a vitória do Deputado Estadual Marcelo Freixo, a comissão de Direitos Humanos da Alerj acompanhou o caso. Vale destacar que no período de eleições, as ruas da favela ficam cheias de gente, quase que uma festa. É o momento em que as pessoas fazem festa e reencontra moradores que já não residem mais neste local.

<sup>37</sup> A campanha *Somos da Maré e Temos Direitos* foi realizada pelas organizações da sociedade civil que atuam na Maré, Redes de Desenvolvimento da Maré e Observatório de Favelas, em parceria com as Associações de Moradores e a Anistia Internacional, em 2012, visando preparar a população para a eventual entrada da UPP na Maré. A campanha tinha como objetivo garantir os direitos dos moradores do Complexo da Maré à segurança, informando-os sobre seus direitos e os limites de atuação das forças de segurança, e prevenir contra abusos e ações desrespeitosas por parte das forças policiais.

ser alegre, ser belo, tem força e aproveita a vida. É uma pessoa ativa, aberta as ideais e mudanças sempre, colhe experiência para o futuro, está na caminhada para a vida adulta, alguém que arrisca e sonha alguém que curte.<sup>38</sup>” Respostas carregadas de crenças<sup>39</sup> Chauí (2008, p. 13) e por isso mesmo quase não se questiona o que é ser jovem.

As respostas nos levam a pensar que existe um modelo dado (pronto/ definido) do que é ser jovem, e tudo que varia em relação a esse modelo se torna “dissonante do modelo consonante de juventude” Santos, (2013, p.93). Imaginários juvenis historicamente construídos, que há décadas vem tendo na mídia um dos seus principais aliados. Por isso, não podemos subestimar o papel dela na construção do que viria a ser jovem como aludem Filho e Lemos (2008),

Não se pode subestimar a importância histórica das velhas e novas mídias nos processos de configuração de modelos ideais de subjetividade juvenil e de seus contrapontos negativos (a instauração da lei produz, necessariamente, os fora-da-lei...), desde a virada do século XX, quando a linha entre *juventude e maturidade* se tornou mais refinada e vigiada e democraticamente aplicada dentro dos países industrializados.” (FILHO, João Freire e LEMOS, João Francisco, 2008, p. 13)

Logo, perguntar o que é ser jovem não me parece uma dúvida simples e banal, uma vez que ao indagarmos o que é ser jovem também se inquiri; como é ser jovem? Porque alguns são jovens e outros não? O que distingue a juventude de outras gerações? Quando surgem? Quem inventou? Em que período histórico? Por que a afirmação “Juventudes”? Por que, agora, juventude de favela? Considero que estas perguntas podem nos ajudar a entender o que é ser jovem e porque há juventudes que se tornam dissonantes. Mas se forem simplistas, são de uma simplicidade que pode nos levar ao entendimento do cenário de hoje.

Cabe ressaltar que jovem e juventude não são termos (categorias) sinônimos. Onde o termo jovem refere-se sempre ao sujeito e juventude ao tempo do sujeito. E perante a tantas indagações, podemos dizer que se observou no tempo histórico, que mesmo não havendo uma data precisa para o surgimento da juventude, ela é constituída por um grupo etário que vai do final da infância ao ingresso na vida adulta. Esse período

---

<sup>38</sup> Essas foram algumas das respostas de um conjunto de jovens do Curso-Pré Vestibular da Maré, quando apliquei o questionário teste. A questão era aberta, logo, eles escreveram o que entendiam por ser jovem. A pergunta era: O que era ser jovem para você?

<sup>39</sup> Marilena Chauí em seu livro Convite à filosofia nos faz uma breve explicação do que é crença, “(...) são coisas e idéias em que acreditamos sem questionar, que aceitamos porque são óbvias, evidentes. (...)” (CHAUI, 2008, p.13)

é acentuado por alterações fisiológicas, biológicas, psicológicas, por mudanças de ordem natural. Todavia, a juventude não é apenas um período de alterações, ela se constitui, também, como uma fase de planejamento, construção do futuro e da identidade Novaes (2010). O que não deixa de ser uma fase de transição, onde o sujeito se “desloca” da infância, passando pela adolescência e juventude chegando à vida adulta, significando que está pronto para caminhar sozinho. Mas como se chega a essa “formulação”?

Nas sociedades primitivas não havia a concepção de juventude tal como reconhecemos hoje, mas as sociedades organizaram um processo de transição, como alude Feixa (1998):

Cada sociedad organiza la transición de la infancia a la vida adulta, aunque las formas y contenidos de esta transición son enormemente variables. Aunque este proceso tiene una base biológica, **lo importante es la percepción social de estos cambios y sus repercusiones para la comunidad:** no en todos los sitios significa lo mismo que a las muchachas les crezcan los pechos y a los muchachos el bigote. También los contenidos que se atribuyen a la juventud dependen de los valores asociados a este grupo de edad y de los ritos que marcan sus límites. Ello explica que no todas las sociedades reconozcan un estadio nítidamente diferenciado entre la dependencia infantil y la autonomía adulta. (FEIXA, 1998, pg. 18 Grifo nosso)

Essas formas de transição variaram muito nas sociedades primitivas<sup>40</sup>, mas de forma geral o estar “pronto” era entendido como sujeitos capazes de manter e cuidar da sua família. No caso dos homens, esses tinham que demonstrar a sua capacidade de caçar animais grandes, ter filhos e defender sua família de supostos inimigos. Já as mulheres tinham o papel ter filhos e cuidando deles e da “casa”. Para exemplificar, trazemos o caso dos Pigmeus Bambuti<sup>41</sup>,

En el caso de los muchachos, los cambios de la pubertad no son tan evidentes ni instantáneos. Deben demostrar su virilidad por otras vías. Ello lo consiguen de dos maneras. Por una parte, han de acostarse con una de las muchachas recluida en la cabaña del *elima*, para lo cual han de conseguir burlar la guardia permanente establecida por el grupo de muchachas y que les permitan acostarse con una de ellas. De hecho, el *elima* facilita que los varones y las jóvenes lleguen a conocerse íntimamente y tales amistades desembocan a menudo en el matrimonio. Por otra parte, el muchacho ha de matar un animal auténtico. No un animal pequeño, como podría hacerlo un niño, sino uno de los antílopes más grandes, o incluso un búfalo, lo cual

---

<sup>40</sup> Nas sociedades primitivas, a composição social era de grupos pequenos de indivíduos e de característica e nômades, ou seja, sem um ponto fixo.

<sup>41</sup> Os Pigmeus BaMbuti era uma sociedade de caçadores nômades que habitavam na selva de Ituri na República Dominicana do Congo para saber mais ver Colin Turnbull (1960) (FEIXA, 1998,p.21. Apud. ColinnTurnbull,1960)

demostrará no sólo que es capaz de alimentar a su propia familia, sino también de ayudar en la alimentación de los miembros más viejos del grupo. (FEIXA, 1998, p. 22)

De fato, são processos de “iniciação” para o ingresso na vida adulta variados, onde a produção dos mitos contados “oculta” toda a violência que ocorria e a densa hierarquização dentro dos grupos, pois é só depois deste processo descrito acima que podiam os “jovens” participar da vida dos adultos e aprender sobre a “cultura” da tribo.

Nas sociedades antigas, o processo de iniciação será outro, nem sempre menos violento, mas emerge o que Feixa (1998, p. 32) chamou de aprendiz, o sujeito que por meio do trabalho aprende com o adulto a ser adulto. Esse período se configura num momento em que as crianças entre sete e nove anos de idade saem da casa de suas famílias e vão morar com outra família, onde tomam “lições” por meio do trabalho. Vale lembrar que estamos falando de uma sociedade onde não existia o que mais tarde iríamos chamar de escola, deste modo “La transmisión cultural, en una sociedad sin escuelas, se dan en primer lugar en el trabajo en común” (Idem, 1998, p. 34). Na medida em que a relação entre homem e espaço vai se dando, e este passa fixar-se num ponto, ele passa a dominar uma variabilidade de técnicas que o permitirá, dentre outras coisas, a ter excedentes agrícolas.

O domínio do homem sobre a natureza vai oportunizar, mesmo que de forma simples e rudimentar a divisão do trabalho, ficando bem mais clara a hierarquização das relações etárias e de gênero, logo o modelo de aprendizado descrito acima sofrerá alterações e oportunizará, por exemplo, a criação da Infância e da Família<sup>42</sup> (ARIÈS, 2006, p. 25), mas também as primeiras e rasas pinceladas de juventude.

O que tenho percebido até aqui é; mesmo que não tenha existido a noção de juventude, o que envolve hoje, basicamente, em reconhecer que um indivíduo vai passar por um processo de transição que o leve à chegada à vida adulta, não podemos dizer que as sociedades primitivas ou do Antigo Regime - que se localizam num tempo histórico entre Idade Média (476 a. C à 1453) - não tenham feito e organizado processos de transição para chegada até ela. Ou seja, se essas sociedades o faziam por meio de ritos, ou mais tarde com a saída de seus filhos de casa para viverem com outras famílias, o que elas apontam é o reconhecimento que eles não são adultos, mas que podem vir a ser, mas que tal precisa passar por aprendizados que os oportunizará as condições de

---

<sup>42</sup> Para saber mais sobre ver Philippe Ariès, “A história social da criança e da família”.2.ed.-Rio de Janeiro:LTC,2006.

tornarem-se adultos, capazes proverem a sua própria sustentabilidade.

Entre o final do século XV e início do XVI, a juventude sai do “anonimato” e torna-se uma idade modelo, onde os corpos são fortes e atléticos, construindo uma imagem do jovem guerreiro. Entretanto, não cabia à juventude apenas a manutenção do físico e da força. Os jovens, nesse período, a Antiguidade, filosofavam e debatiam em praça pública com seus mestres, outros labutavam na agricultura. A juventude é tida como a idade de ouro, seja para defender a “cidade” como no caso dos jovens que iam para *éfebria*<sup>43</sup> aprender a arte da guerra e tomavam aprendizados sobre sexo, tendo relações sexuais com os homens mais velhos. Ou mais tarde com o surgimento da *paideia*<sup>44</sup> aonde alguns jovens iam para dedicar seu tempo estudando, com intuito que estes pudessem vir a produzir o novo, um novo que levasse as sociedades, neste caso ocidentais, ao progresso. As sociedades da Idade Moderna (1453 a 1789) dão alguns sinais para nós: o primeiro da distinção de grupos etários dentro de uma dinâmica social (crianças, adolescentes e adultos); e o segundo, das distinções econômicas e sociais juvenis, isto é: os jovens pobres (plebeus e escravos) e os burgueses. E na medida em que se abre espaço para a juventude, ou seja, que um grupo etário precisará de tempo livre para dedicar-se à tarefa educativa, também abre-se espaço para se distinguir qual será a juventude que terá este tempo. Por outro lado abre-se espaço para controlar e reprimir.

Ideológicamente, las leyes que sancionan este cambio se presentan como una forma de protección de los jóvenes, cuando de hecho están recortando su independencia. En este sentido, aumentan las formas de control familiar, escolar, moral y penal sobre los jóvenes, quienes no aceptan pasivamente esta situación. Su rebelión se pondría de manifiesto en las bacanales, que eran, según Clara Gallini (1970: 33), «un conglomerado voluntario e involuntario de diversas corrientes de protesta social», uniendo a jóvenes, mujeres y otros grupos marginados. La represión violenta de las mismas, bajo el pretexto de eliminar las orgías y la acusación de introducir cultos extranjeros, no sería otra cosa que la respuesta política de los grupos dominantes, amenazados en sus privilegios. (Feixa, 1998, p. 30)

É somente na transição da sociedade feudalista para a capitalista, com a

---

<sup>43</sup> A efébia era um tipo de “escola” militar ateniense que surge do modelo espartano para onde iam os jovens para ter uma formação cívica militar, o que significava aprender a ter um corpo resistente e ter controle sobre ele. Para saber mais ver Carles Feixa De jóvenes, Bandas e Tribus.

<sup>44</sup> A paideia é tida como o “resultado” de mudança da efébia, ou seja, com as mudanças que foram ocorrendo nesta sociedade, a efébia foi perdendo seu caráter militar, e dando espaço a um modelo onde os jovens, em especial da elite, iam para educar-se. O que significa a demanda de um tempo livre dado ao jovem para que possa aprender a expor suas opiniões de forma lógica, mas também aprender sua cultura e a “produzir” novas idéias. Ou seja, um investimento na juventude para que ela possa ser a mola mestra que trará progresso das sociedades ocidentais.

mudança no modelo de produção, o surgimento da máquina a vapor e a organização do mundo do trabalho imposta pela sociedade capitalista, que as famílias passam a se sentir responsáveis pela educação de seus filhos. Todavia, o desejo de “responsabilidade” já vinha sendo demandado desde o final do século XVII, sob o argumento de que “*Desejava-se apenas proteger os estudantes da tentação da vida leiga, uma vida que muitos clérigos também levavam, desejava proteger sua moralidade.*” (ARIÈS, 2006, p. 111).

Se as famílias esboçam o desejo de proteger seus filhos da vida mundana, a igreja e os poderes civis e militares também questionavam o modelo de educação aprendiz, por considerá-lo subversivo (idem, 2006, p. 33). Mas não caberá apenas às instituições - igreja e família - questionar a saída destes da casa de seus pais, mas também aos jovens. É nesse sentido que as instituições, família, escola, exército, vão desenhando e definindo seus papéis. A *escola* vai assumir o papel de “educar”, cabendo a ela iniciar e disciplinar os jovens, deixando-os longe dos adultos. O *Exército*, também será uma instituição “educadora”, porém vai ensinar aos jovens o manuseio das armas para defenderem sua pátria, mesmo que a contragosto de suas famílias, em especial pobres que dependiam de sua mão-de-obra. E é desse período a velha frase utilizada até hoje que o Exército é uma instituição “*para hacerse hombre*”, (Idem, 1998, p38).

A nova organização do trabalho permitiu aos jovens mais independências (constituir suas famílias) em relação aos adultos, “independência” encontrada a partir da crise do modelo de acesso a terra ou nas novas oportunidades de trabalho que vão surgir nas cidades. Essa forma de organização do trabalho não eliminou a mão de obra infantil, pelo contrário, aumentou no primeiro instante, mas a partir dos avanços tecnológicos ela vai sendo descartada e substituída por mão de obra mais qualificada. É nesse momento que a educação secundária vai se universalizar, mas cabe destacar que o ensino não era feito de forma horizontal, ou seja, aos pobres cabia uma educação para o trabalho, e aos jovens burgueses uma educação onde esses pudessem ser “cultos” e assumir os papéis políticos.

É verdade que o período de industrialização na Europa e a nova organização do mundo, em especial do trabalho, trazem avanços importantes para a sociedade, tais como; a existência da infância e da adolescência, e com isso a ideia de que os jovens precisam de uma educação para inseri-los no mundo dos adultos. Mas é verdade que essa mesma sociedade não disponibiliza para todos, de maneira igual, o acesso aos instrumentos para essa “preparação”. As crianças, adolescentes e jovens pobres tinham,

e até hoje têm, mesmo que em proporção menor, que trabalhar para ajudar no sustento da casa.

As formas de acesso desigual a terra e à distribuição da produção da riqueza também começam a ser questionadas, e ousado dizer que são esses os dispositivos que fazem com que o movimento não seja pacífico. A não aceitação do modelo econômico e as formas de distinção entre a juventude burguesa e a juventude pobre faz surgir “movimentos” de revolta, e o uso do termo delinquente surge para enquadrar a juventude pobre. Teorias que se juntam à ideia que foi se formando quanto à adolescência como uma fase de inconstância e crise dadas pelo processo de maturação e transformação que acontece no corpo.

[...] Esta ambivalencia se manifestaba en dos modelos opuestos que definían la imagen cultural de la juventud dominante en la época: la del conformista y la del delincuente. Se trataba, según Gillis, de dos reacciones de signo opuesto que el descubrimiento de la adolescencia estaba originando: conformismo entre los muchachos burgueses, delincuencia entre los proletarios. Mientras para los primeros la juventud representaba un periodo de moratoria social marcado por el aprendizaje escolar y el ocio creativo, para los segundos representaba a menudo su expulsión del mundo laboral y el ocio forzoso. En ambos casos supuso una pérdida de autonomía, que no siempre fue aceptada pasivamente. [...] (FEIXA, 1998, p. 39-40)

A igreja tem um papel importante, pois foi à primeira instituição a perceber a capacidade mobilizadora dos jovens que voltavam das frentes de batalhas dos períodos pós-guerras. Observação feita a partir da ambiguidade de opiniões que tomavam os jovens, pois enquanto alguns deles tinham o sentimento que a guerra roubava sua juventude, outros achavam que a volta da guerra lhes havia dado autonomia perante seus pais e a sociedade.

Até aqui, tenho apontado que, no decorrer dos séculos, observou-se como a juventude vem tomando o sentido de sinônimo da expressão de sujeitos que estão passando por uma fase de transição, entendido como uma espécie de “treinamento” para tornar-se adulto, precisando de um tempo para “aprender a ser adulto”. Se nas sociedades medievais a transição é “delegada” ao grupo e o processo se dá por meio de seus rituais, nas sociedades modernas essa transição vai sendo feita pelas instituições que surgem, como a família, a escola, o exército e a igreja, que disputam, no tempo e no espaço, a juventude.

A categoria trabalho também tem um papel fundamental, e se observarmos bem, notará que, entendida pela capacidade do homem de “transformar matérias naturais em produtos” (NETTO, 2007, p. 31) esta categoria é a “mãe” da categoria juventude. É

como se o trabalho estivesse presente, e esteve, em toda fase de gestação da categoria juventude, até o seu nascimento. Em todas as sociedades estudadas até aqui, mesmo que de forma breve, observa-se que é quando o homem demonstra a capacidade de tirar da natureza o seu sustento e de seu grupo, ou de sua família, que os jovens passavam a ser considerados “adultos”.

A sociedade moderna consegue fazer da Juventude um símbolo, aspiração que já vinha sendo apontada e as colocava como vanguarda do futuro, cabendo a ela o papel de progresso do país. Pode-se dizer que ser jovem virou uma atitude desejada, pois se identifica nas características intrínsecas a esses sujeitos, o corpo jovem, um *ethos* para a sociedade. Não por acaso, no período pós-industrialização<sup>45</sup>, a juventude entra em cena como uma espécie de combustível para movimentar a máquina da sociedade. Isto é, para estarem nas guerras ou como sujeitos atuantes dos processos revolucionários e ideológicos, progressistas ou conservadores dos Estados. Os jovens viram uma espécie de mão de obra para as colunas sustentadoras dos países que seguem rumo à construção ou consolidação do desenvolvimento econômico e político. E se for verdade que as sociedades capitalistas descobriram na mercadoria algo elementar de sua sociedade, entendendo por mercadoria:

[...] um objeto externo, uma coisa que por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se direta ou indiretamente, como meio de substância, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção. ” (MARX, 1883, p. 57)

Podemos dizer que esta mesma sociedade fez da juventude não apenas um símbolo, mas uma mercadoria como tudo mais na sociedade capitalista. E como tal, pode ser usada de diferentes maneiras seja como reserva vital, (mão de obra dos países ou promessa do desenvolvimento), como moratória social (que vai passar um tempo se preparando para entrar no mercado de trabalho), ou ainda como mercadoria simbólica que pode ser comprada através de acessórios, vestimentas ou cirurgias plásticas. E quem as compra, se apropria desses elementos a fim de transmitir a idéia, de que naquele corpo tem uma pessoa jovem, isto é; um corpo saudável, que pode ser útil ao mundo do trabalho, que tem atitudes e formas de pensar condizentes com o tempo em que está

---

<sup>45</sup> O que quero dizer é que se nas sociedades modernas, onde parece surgir a juventude, o seu lugar era de coadjuvante na sociedade, mas no período de pós-industrialização, em especial depois da experiência das guerras, ela assume um papel de protagonista, ou seja, a juventude entra em destaque como chave para a conquista do progresso. Mas não só por isso, se observa na juventude uma energia que pode produzir o novo, o progresso, e manter a modernidade.



inserida.

Ou seja, o que temos assistido, de forma geral, são seres humanos que não estão mais no tempo da juventude tentando driblar o envelhecimento do corpo, e para isso utilizam com estratégia as mercadorias destinadas aos jovens. Com isso o sujeito diz para sociedade que seu corpo está disponível para o mercado de trabalho, para ser consumido e para consumir também<sup>46</sup>. Não por acaso, permanecer jovem tem sido o desejo da maioria dos sujeitos sociais na contemporaneidade, que tem na velhice (o futuro) o receio de não ser mais útil, de ser esquecido. Como diz José Machado Pais em seu artigo “*A esperança em gerações de futuro sombrio*”, analisando as manifestações de jovens na Europa em 2012, mas que pode ser estendida até certo ponto ao caso brasileiro, o que ocorre é “um descompasso entre expectativa e recompensa. (...) uma clara frustração com o desemprego e a precariedade laboral.” (PAIS, 2012, p. 268). É o temor de sobrar, pois não se vislumbra no presente – onde o cenário é de desestruturação dos direitos sociais conquistados – as condições que podem levar a um futuro tranqüilo.

Quando se diz que juventude é uma mercadoria, podemos aferir que essa tem valores de uso e de trocas diferentes, ou seja, não se deseja ter (comprar) ou ser qualquer juventude, mas aquela que tem um prestígio social e que pode ser facilmente consumida, inclusive em períodos de crise. E os valores vão sendo empregados de acordo com o gênero, a classe, a condição econômica, o território a que pertence, a orientação sexual, as escolhas ideológicas, o grau de escolaridade, os tipos de trajetórias escolares, as experiências de trabalho. Sabemos em especial que, no caso brasileiro, por mais que discordemos, uma jovem mulher negra não tem o mesmo valor de troca que uma mulher branca<sup>47</sup>. O corpo de um jovem negro das favelas ou periferias ou do campo, não tem o mesmo valor troca e de uso que o corpo de um jovem branco morador das áreas privilegiadas da cidade.

Desta forma, percebo juventude como fruto de um processo organizacional

---

<sup>46</sup> A exposição acima pode levar a compreensão de uma atitude preconceituosa, que defende que as pessoas ao envelhecer tenham que parar de viver a vida. Mas não é isso. Primeiro acho que as pessoas fazem do seu corpo e de sua existência o que elas bem desejarem. Segundo que cada um se apropria do que quer e como quiser. Só estamos apresentando como as pessoas que ultrapassam a faixa etária da juventude (15 a 29 anos) se apropriam dos signos e dos instrumentos da juventude e o que elas estão tentando dizer ao fazer isso.

<sup>47</sup> Cabe lembrar que não estamos concordando com essas distinções que desqualificam os sujeitos, sejam elas de classe, de gênero ou de raça. Usamos tais exemplos, para tornar a nossa ideia mais compreensível ao leitor.

histórico, social, cultural e político. E a partir do momento em que as sociedades vão se estruturando economicamente, com formas de produção e divisão do trabalho, que se revelam também as formas de organização política, cultural e de existir que vão surgindo para a juventude, cujas variações etárias mudaram tanto no curso da história. E conforme essa estruturação e organização das sociedades foram acontecendo, as instituições, como a igreja, família e a escola também foram disputando o que era ser jovem e quem era este jovem, chegando a um modelo de juventude que foi imposto aos sujeitos.

Hoje se faz necessário compreender que a raça, o gênero, as formas de inserção no mundo do trabalho, os processos de escolarização, a relação e apropriação com a cultura e o território nos trazem uma rica e fantástica variedade de expressões juvenis (JUVENTUDES). Entretanto, a pluralidade acentua as desigualdades, em especial em sociedades como a nossa, que historicamente produzem formas de exclusão que resultam em condições juvenis não lineares e colocando em xeque a conquista da humanidade para a juventude, isto é: um período em que o jovem está se preparando, experimentando, apreendendo e produzindo aprendizados.

Diante deste cenário histórico, compartilho aqui algumas indagações: Se as instituições como a família, escola, igreja, exército e o trabalho foram tão importantes para o “nascimento” da juventude, por que há tantos confrontos das juventudes com essas instituições nos últimos anos? Qual o papel delas hoje? Como elas contribuem para as expectativas dos jovens, neste caso, os jovens da favela? Os jovens das favelas cariocas têm tido direito ao que chamamos de moratória?

Entende-se que a categoria juventude é, antes de tudo, constituída por sujeitos sociais<sup>48</sup>; (NETTO, 2007, p. 41) ela pensa, age, articula, se comunica, ou seja, o jovem não é um ser à parte, um alienígena perante todas as outras faixas etárias. Todavia, ele tem características que o diferenciam dos outros grupos etários que o antecedem ou que estão à sua frente, sendo mais expressivas (ou visíveis) neste período, as mudanças fisiológicas, biológicas e psicológicas.

[...] Na linguagem sociológica, ser jovem significa, sobretudo ser um homem *marginal*, em muitos aspectos estranho ao grupo. [...] essa posição de estranho é o fator mais importante que a efervescência biológica para explicar a mutabilidade e receptividade, e tende a coincidir com as atitudes de

---

<sup>48</sup> Para José Paulo Netto o que diferencia o ser humanos de todos os outros animais é a sua capacidade de: “[...] 1.realizar atividades teologicamente orientada;2. objective-se material e idealmente;3.comunicar-se e expressar-se pela linguagem articulada; 4. tratar suas atividades e a si mesmo de modo reflexivo, consciente e autoconsciente; 5. escolher entre atividades concretas; 6.universaliza-se; 7.socializar-se;” (NETTO, 2007,p.41)

alienígenas de outros grupos e indivíduos que, por outras razões, vivem à margem da sociedade, como as classes oprimidas, os intelectuais, os poetas, os artistas. (MANHEIM, 1967, pg. 75).

O jovem é o sujeito que tem como característica o ato de estranhar os grupos que pode vir a pertencer, e as formas como a sociedade vive e se organiza, pois ele estava “fora” dela, à margem. Isso significa dizer que o convívio social mais “grupal e comunitário” que toma expressão até a entrada na juventude, é o núcleo familiar. E, embora as famílias tragam as marcas da sociedade (as contradições) em alguns casos, essas são vividas de forma atenuada.

Ele é o novo que chega às instituições e aos grupos, e como novo integrante, estranha as práticas sociais estabelecidas e institucionalizadas pelos grupos que as compõem. É nesse processo de estranhamento que os jovens reelaboram o convívio social, a cultura, como aludem Carrano e Dayrell (2014, p. 104): “Eles se apropriam do social e reelaboram práticas, valores, normas, visões de mundo, a partir de uma representação dos seus interesses e de suas necessidades; interpretam e dão sentido ao seu mundo.” À fim de clarear esta reflexão, trago aqui os desdobramentos desse estranhamento na escola.

Parto da premissa de que a escola é um direito histórico conquistado e adquirido pela sociedade, da mesma forma que reconheço que ela ainda não abranja a todos. E que dentre tantas funções, uma delas, é possibilitar o direito a aprender a decifrar códigos alfabéticos e numéricos, a juntar e ler palavras, para que assim possam os educados acessar determinados conhecimentos e apropriarem-se dele, de forma que contribuam para sua atuação como sujeitos sociais. Para isso, o conhecimento deveria ocorrer de forma horizontal e sem distinções, mas não é o que vem ocorrendo.

De forma geral, assistimos os alunos experimentarem uma escola desigual, pois essa, mesmo que de maneira inconsciente, acaba (re)produzindo os dilemas (problemas), e contradições da sociedade na qual está inserida. No caso dos jovens, como apontam Dayrell (2007), Peregrino (2010), Carrano e Dayrell (2014) e Weller (2014), essas questões tornam-se ainda mais visíveis no segundo ciclo do ensino fundamental (do 6º ao 9º), e intensificam-se no ensino médio, onde as turmas não apenas são organizadas em séries longitudinais, mas também são estratificadas e organizadas por níveis de desempenho, constituindo conjuntos homogêneos de acordo com o seu rendimento, pois como bem mostrou Peregrino (2010), dentro da escola os alunos assumem posição.

A questão que se coloca aqui é: o que produz essas divisões no interior da

escola? Se partirmos do pressuposto de que as turmas, mais do que simples grupamentos de alunos, configuram verdadeiras **posições** estabelecidas no interior da instituição escolar, as formas de identificar as turmas são modos de classificá-las. Essa classificação, ao obedecer a critérios “consensuais” dentro do campo escolar, dos mais simples e diretos - como faixa etária, rendimento escolar- , ou dos aparentemente mais complexos - como qualidade de uso da língua portuguesa e da escrita- , nada mais fazem do que “justificar” socialmente, formas de distinção e de hierarquização que se instalam no interior dos espaços escolares, travestindo de fenômenos naturais, desigualdades produzidas em parte dentro da própria escola. Se pensarmos desta forma, estaremos tratando as turmas escolares como aquilo que Bourdieu nomeia de “lugar”. (PEREGRINO, 2010, p. 108)

Karl Manheim (1967) alertou que Juventude e sociedade eram termos recíprocos, logo estudar juventude é estudar a sociedade. Para o autor, essa perspectiva analítica pode ajudar na compreensão de como a sociedade assimila e emprega essa reserva vital. Por isso, ao darmos o exemplo da escola, aludimos que a escola não é onde tudo começa, mas também não é onde tudo termina. No entanto, a escola pública brasileira é o reflexo da sociedade em que está inserida. E se a escola seleciona, hierarquiza e distingue posições, podemos dizer que essa sociedade hierarquiza a juventude também, quando cria um modelo a ser seguido, colocando para “fora” quem não se enquadra, traduzindo-se em um complexo mecanismo de distinção de acesso à educação, já que estamos falando da escola, mas também de distinções de acesso a direitos no interior da sociedade, contribuindo para que as juventudes se façam de formas desiguais. E se nas escolas públicas estaduais e municipais essa organização ocorre de forma não declarada e silenciosa, nas escolas federais como no caso da Escola Pedro II, até pouco tempo<sup>49</sup>, a distinção é assumida e declarada, pois caso os alunos repetissem a mesma série mais de uma vez, eram convidados a se retirar, ou seja, os diferentes parecem não caber nessa escola.

Diante da complexa realidade brasileira, interessa saber quais e como constroem os jovens da Maré seus projetos de vida, do mesmo modo, compreender como se fazem as juventudes nessa favela. Debulhando a questão, estamos interessados, dentre outras questões, em investigar quais são e como se fazem as condições juvenis na Maré. Isto é;

---

<sup>49</sup> No dia 24 de abril de 2015 o reitor do Colégio Pedro II, reconsidera o processo expulsão e jubramento do colégio, por considerá-lo, dentre outras coisas, desperdício de dinheiro público. Para saber mais ver Portaria N.º1343, de 24 de abril de 2015.

se a juventude só pode surgir quando a escola surgiu com o aparecimento da *paideia* (educação) e depois com aquilo que viríamos chamar de escola com nos informou Feixa (1998), será que a escola faz juventude na Maré? Como se dão as trajetórias escolares dos jovens da Maré? Mas antes é preciso compreender como essa reserva vital é empregada no Brasil. Uma vez que a historiografia da juventude alude juventude como uma condição criada a partir do momento em que essa teve condições de fazer esta distinção.

## **2.2.<sup>1</sup> Juventude no Brasil: um processo histórico de luta pelo direito de viver as Juventudes**

Até aqui, fiz um mergulho para entender como a juventude nasce, e agora, iremos adentrar o nosso território, mas não iremos tão longe, até porque este não é o objetivo deste trabalho. Sendo assim começaremos nos “anos dourados” para entender qual o lugar que a sociedade brasileira deu a juventude.

Os anos 1950 no Brasil, ou os anos dourados, vão classificar a juventude como os “rebeldes sem causa”, sendo a rebeldia em um dado momento resultado das mudanças (fisiológicas, biológicas, psicológicas) que acontecem no corpo e na mente dos sujeitos. Mas por outro lado, quando essa rebeldia se estende aos membros das classes mais favorecidas e ultrapassam os perímetros dados pela sociedade a essa classe, a delinquência juvenil, que era, até então, exclusividade da juventude pobre e marginalizada, passa a se aplicar a toda à juventude, contudo, com pesos muito diferentes para as distintas classes sociais.

Nos anos 50, quando os atos de “delinquência juvenil” extravasam os limites dos setores “socialmente anômalos” (os marginalizados, os imigrantes nas grandes metrópoles, as “classes perigosas”— como foram objeto de atenção na passagem do século por criminologistas como Pestalozzi) e se tornam comuns entre jovens de setores operários integrados e de classe média, a juventude aparece ela mesma como uma categoria social potencialmente delinquente, por sua própria condição etária. (ABRAMO, 1997, p. 29)

O delinquente para uma determinada classe simbolizaria as dificuldades da juventude em associar-se ao mundo dos adultos. Contudo, a “rebeldia” dos jovens se estende aos anos 1960 e 1970, levando a acreditar que a rebeldia é um conjunto de questionamentos que a juventude estava fazendo, sobre a organização da sociedade em que estava inserida, tais como: o modelo desenvolvimentista dos anos 1950, as desigualdades de gênero, raça e classe, a exploração no mundo do trabalho, o tecnicismo e o autoritarismo dos anos 1960 e 1970. Se couber classificar, o que nos

parece perigoso deveria ganhar a juventude o rótulo de juventude questionadora.

Nos anos 1980 eles vão ser tidos como uma geração apática, individualista, consumista ou que usa drogas e para contrapor essa generalização, destacamos aqui algumas datas<sup>50</sup>, tais como; em **1985** é anunciado pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) o “Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz”. O evento, que ocorre no ano fim da Ditadura Militar, revela a preocupação de alguns organismos internacionais com o quadro de vulnerabilidade social que se encontravam os jovens. Num cenário onde as mortes por causas externas (52,9%) são a ponta do problema (Wailselfisz, 1998, p. 24).

Nesse sentido, a ONU indicava que os Estados Nações democráticos, incentivassem e abrissem espaço político, para que assim a juventude pudesse participar e construir as pautas, e propor programas e políticas públicas de seus interesses. Eles acreditavam ser primordial a presença dos jovens para o enfrentamento dos dilemas do país, o que se traduzia em convocar a juventude para identificar as causas dos problemas e propor alternativas.

No Brasil, em **1986** o Estado de São Paulo, institui o primeiro Conselho Estadual de Juventude. Em seguida, em **1987, em Minas Gerais, o Segundo Conselho Estadual de Juventude**. Em **1988** a juventude faz pressão para que fosse instituída a Constituição Brasileira, dentre as demandas apresentadas estavam às eleições diretas para todos os cargos políticos, e também, que uma parcela dos partidos políticos saísse da ilegalidade. Ainda neste ano, diversas juventudes se uniram para construir uma campanha intitulada “**Campanha se liga 16**”, que reuniu um milhão de assinaturas e tinha como objetivo garantir o direito ao voto a partir dos 16 anos, uma vez que esse só era permitido aos jovens maiores de 18 anos. Embora não tenha sido legitimado o direito ao voto a partir dos 16 anos a juventude ganha peso na disputa eleitoral<sup>51</sup>.

Estigmatizar os jovens como rebeldes é ignorá-los completamente como seres que pensam e refletem sobre a história, política e cultural do seu tempo. A “rebeldia” não é uma condição natural deste sujeito nem tão pouco aparece de forma aleatória e infundada. Isto é; mesmo que tenhamos jovens com condições sociais favoráveis, isso não significa que este não tenham demandas, pois antes de ser jovem é humano, logo

---

<sup>50</sup> - As datas aqui apresentada são fruto dos estudos do livro “As reflexões sobre a Política Nacional de Juventude: 2003-2010”. Março de 2011.

<sup>51</sup> Para maiores informações sobre o assunto acessar arquivos do Jornal o Globo, em <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/na-constituente-de-88-jovens-de-16-anos-conquistam-direito-de-votar-no-brasil-12938949#ixzz3YXzQkK9H>>

interage no e com o mundo, apresenta questões complexas, sejam elas individuais ou coletivas. Referir-se à juventude como agente rebelde e “sem causa”, é desqualificar a sua existência e atestar que esta não tem condições de atuar no mundo. Logo, o impasse desse período histórico não é uma questão de adaptação ao mundo dos adultos, ou apenas uma recusa dos jovens ao modelo de sociedade, mas uma demanda por participação na vida pública.

No entanto, não podemos ser redundantes e cair na armadilha que criticamos, pois, também é possível que se tenha nesse cenário, jovens que não tenham tido ou expressado o desejo de participar da vida política do seu país. Como nos disse Mannheim (1967, p. 75) “*A juventude não é progressista e nem conservadora por índole, porém é uma potencialidade pronta para qualquer nova oportunidade*”. Sendo assim, reelaborar a pergunta se faz necessário: Por que não foram todos os jovens, nesse período histórico, para as ruas lutar pelos direitos de participar da vida pública? Quais foram os motivos que fizeram com que nesse período apenas uma parte da juventude estivesse “estática<sup>52</sup>” mostrando-se despolitizada, em quanto à outra parte reconhece uma oportunidade de mudança e a faz?

Em pesquisa saber fazer perguntas é tão mais importante quanto encontrar as respostas. Nesse sentido, reelaboramos, mais uma vez, a pergunta, mas antes vale lembrar que na história desse país nunca estiveram todas as pessoas na rua ao mesmo tempo. Mas uma parte significativa da população, e dos jovens. Revelando-nos, em alguns momentos, um desejo coletivo de mudança, e dependendo do período histórico elas foram progressistas ou conservadoras. Sendo assim, seria a pergunta: Quem não esteve nas ruas, organizado pelos partidos ou pelos movimentos sociais, estava aonde? Fazendo o que? Por quê? Estariam os jovens dos anos 1980 reinventando uma nova forma de participar da vida política e pública? Diante dos fatos nos parece que essa juventude já estava reelaborando formas de fazer política e de participar da vida pública, embora a forma dominante tenham sido as apontadas. Ana Karina Brener (2011), em sua tese de doutorado, “*Militância de jovens em Partidos: Um estudo de caso universitário.*” pode nos ajudar a entender o que aconteceu, pois mesmo que seu estudo

---

<sup>52</sup> Temos preocupação com a rotulação estática e despolitização referente à juventude. Classificá-los assim é destituir a condição inerente a todo sujeito social, ou seja, a sua condição política. Não acreditamos que os sujeitos sociais estejam estáticos a um movimento, acreditamos que alguns jovens, assim como outras faixas etárias são fruto das contradições do capitalismo. Isto é, acreditamos que são muito mais fruto da Subordinação Intelectual e Dominação Ideológica, Gramsci (1981) onde interiorizam a ideologia dominante, o que não lhes permite ter uma visão de mundo homogênea e coerente, pois estão impregnadas de censo comum, do que dizer que são estáticos e apáticos ao que acontece no mundo.

tenha se dedicado a juventude de três décadas depois, as questões apresentadas se assemelham.

As gerações dos pais dos jovens de hoje formou sua experiência política num contexto social em que “os marcadores ideológicos”, a separação entre direita e esquerda e as grandes referências da relação de formas políticas em âmbito internacional estava claramente estabelecida” (MUXEL, 2008:34). Para os jovens de hoje, estes marcadores não são mais assim claros. Domina, portanto, uma *experimentação*, na medida em que sua socialização política se processa mais pela *experimentação da política* do que pela transmissão dos modos de fazer política da geração anterior para atual, uma vez que estas formas já não dão respostas adequadas a nova conjuntura política (MUXEL, 2008). (BREER, 2011, p. 40).

Ou seja, mesmo que os marcadores - direita e esquerda -, estivessem bem definidos nos anos 1980, cabe ressaltar que a juventude está sempre reinventando uma forma de apropriar-se do mundo, pois isso é constitutivo dela como já apontamos anteriormente. Logo, não é porque uma parte dela não vai às ruas, que possamos rotular que todo esse restante seja despolitizado. Visto que, se as formas hegemônicas de participação foram os partidos ou os movimentos estudantis, outra parte da juventude vai se apropriando e reinventando outras formas de participação como foi o caso da juventude católica, inserida seja na Pastoral da Juventude, seja em grupos culturais. Mas também há os jovens que não estão em grupos nenhum, mas se mobilizam para participar em momentos estratégicos como foi o caso já citado, da “Campanha se liga 16”.

Nos anos 1990 a percepção acerca da juventude muda. Agora, nem apáticos e nem ativistas, a juventude será estigmatizada como violenta ou como problema social. Isto é, afirma-se a juventude de forma negativa como é o caso das juventudes pobres, que passa a ser identificada de maneira mais intensa enquanto grupo perigoso<sup>53</sup>, causador de problemas. E é neste exato período, mesmo que tardiamente, mais especificamente no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1994), que irá o Brasil experimentar o Neoliberalismo ou o que Martins (2009, p. 140) chamou de “o Neoliberalismo de Terceira Via”,

Trata-se de um conjunto de diretrizes que mantém os princípios centrais do pensamento hayekiano, formalizados no Consenso de Washington, mas introduz atualizações importantes e inovadoras, envolvendo o redimensionamento do papel do aparelho do Estado, sobretudo em relação às políticas sociais, à arquitetura da sociedade civil, além dos parâmetros da sociabilidade. (Idem, 2009, p. 140)

---

<sup>53</sup> Saber mais ver Jovens Pobres: O mito da periculosidade em Cecília M.BCoimbra e Maria Livia do Nascimento no livro Jovens em tempo real (orgs) Paulo Cesar Pontes Fraga e Jorge Atílio Silva Iulianelli.2003.



Que se resume basicamente em; mais para o capital e menos para o social. Nesse arranjo político as empresas privadas acabam ficando responsáveis em ordenar os programas sociais do governo e através das fundações arrecadam fundos do Estado para executá-los. Em contrapartida as empresas ficam isentas de impostos, podendo transferir a verba para as suas fundações ou Organizações não Governamentais (ONG's)<sup>54</sup>. No novo cenário político, chama atenção, o discurso de que a pobreza, por natureza, produz marginalidade. Pobreza e marginalidade tornaram-se termos sinônimos e o desdobramento desse pensamento acaba por desqualificar a juventude, em especial, pobre, pois é

“[...] nessa formulação, como encarnação de impossibilidades, eles nunca podem ser vistos, e ouvidos e entendidos, como sujeitos que apresentam suas próprias questões, para além dos medos e esperanças dos outros. Permanecem, assim, na verdade, semi-invisíveis, apesar da sempre crescente visibilidade que juventude tem alcançado na nossa sociedade, principalmente no interior dos meios de comunicação. (ABRAMO, 1997, p. 29)

Apesar da desqualificação da juventude como sujeito político, o tema da juventude adentra a pauta pública em 1995. Ocorrendo nesse período o primeiro Encontro Nacional de Técnicos em Juventude, realizado pela Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES), no Rio de Janeiro, com a participação de especialistas e jovens de vários municípios brasileiros. Estes vão debater assuntos relacionados à juventude e apontam para a necessidade de uma Política Nacional de Juventude. Como “resultado” dessas e de outras “pressões”, em 1997, foi criado no Governo Federal a Assessoria específica de juventude vinculada ao Gabinete do Ministro da Educação.

Embora vitoriosa, parece que a participação dos jovens se faz invisível, pois os programas do governo destinados a eles têm o mote da “reintegração” da juventude à sociedade, entendendo por reintegração ocupar o tempo livre dos jovens e inseri-lo ao mundo do trabalho. Vale ressaltar que os programas e ações realizados nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso não têm uma concepção de juventude clara. Em geral os programas estavam mais voltados para a criança e ao adolescente, do que para os jovens em si. Segundo Sposito e Carrano (2003) dos **trinta** programas e das três

---

<sup>54</sup> Para saber mais ver André da Silva Martins, “A direita para o Social: A educação da sociabilidade no Brasil Contemporâneo. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

ações sociais não-governamentais<sup>55</sup> de abrangência nacional os focos se destinavam:

“[...] a) o foco dirige-se explicitamente a adolescente e/jovens (18 programas e projetos); b) o foco difuso entre criança e adolescente ou jovem (10 programas); e c) foco dirige-se a população jovem apenas de modo incidental (cinco programas). (Idem, 2003, pg. 23)

Em geral os jovens, em especial das classes populares, eram tidos como um depositário do esforço bondoso, resultado de uma aliança entre governo, empresas e sociedade civil, ou seja, as políticas e programas destinados a esse público assumem um caráter assistencialista<sup>56</sup>. Isso porque neste país, a “(...) *recusa a incorporação de parcela significativa dos grupos populares passa, fundamentalmente, pela recusa de reconhecimento desses grupos como parte integrante da sociedade do país.*” (PEREGRINO, 2010:81 Apud. Francisco de Oliveira, 1997. ).

A pobreza, como aponta Peregrino, não é enfrentada de fato como um problema ético-político a vir ser resolvido, mas com uma marca de inferioridade. Conforme acentuou Milton Santos em seu livro *Pobreza urbana* “(...) *a pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política, acima de tudo. Estamos lidando com um problema social.* ” (SANTOS, 1978, p.18). Sendo necessário para o enfrentamento da pobreza e dos problemas sociais que afetam a juventude brasileira múltiplas ações, mas antes ou concomitante a elas se faz necessário a superação de preconceitos históricos, em relação aos pobres em especial aqueles que acusam os pobres como potenciais criminosos, como é o caso do racismo, por exemplo.

Essa “afirmação” da juventude pela negação já vinha sendo anunciada, mas se fortalece e parece encontrar seus argumentos a partir de estudos que denunciavam o crescente quadro de mortalidade e violência juvenil. As pesquisas da época como a organizada pelo coordenador de desenvolvimento social da UNESCO, Jacobo Waiselfisz (1998), “Mapa da Violência contra os jovens no Brasil”, irá revelar que “*Se a taxa global de mortalidade da população de 633 em 100. 000 habitantes em 1980 foi para 580 em 1996, a taxa específica dos jovens cresceu significativamente, passando de*

---

<sup>55</sup> São Programas induzidos pelo Comunidade Solidária, ao qual estava a frete a esposa do Presidente, dona Rute Cardoso, e são eles: Programa de Capacitação Solidária, Programa Rede Jovem e Programa Alfabetização Solidária.

<sup>56</sup> As políticas assistencialistas são aquelas que ao invés de se configurar como uma política pública prevista nas legislações tal como a saúde, a educação, a previdência social entre outras, se configura na forma de oferta de um serviço por meio de uma doação, favor, boa vontade ou interesse de alguém se contrapondo a lógica do direito.

128 para 140 no mesmo período. ” (Idem, 1998, p. 23). Além de denunciar as mortes, o autor denuncia e chama atenção para as causas da mortalidade, pois elas não eram as mesmas das décadas anteriores, ou seja, as mortes dos jovens estavam sendo causadas por fatores externos, como os homicídios. Num universo onde se englobava: morte por acidente de transporte, morte por manifestação da violência física ou por suicídios.

O autor, no mesmo documento, compara as taxas de mortalidades do Brasil com outros 37 países<sup>57</sup> na década de 1990<sup>58</sup>, e dentre os 38 países analisados, o Brasil ocupa a 13ª posição no ranqueamento. O que quer dizer que a cada 100 mil jovens, 23 eram mortos por acidente de carro, e quando somadas todas as faixas etárias o país ocupava o 6º lugar, demonstrando que não é apenas um problema da juventude, mas uma questão que atravessa toda a sociedade, no entanto, que afetava aos jovens, em especial, pobres.

A pesquisa também levantou as mortes de jovens por homicídios e outras violências, e nesse caso o Brasil ganha a “medalha de bronze”, ou seja, o 3º lugar, perdendo apenas para a Colômbia e Venezuela. Mas os dados das mortes por homicídios e outras violências no conjunto da população, também não eram bons. Por esses critérios, o país ocupava o 4º lugar.

A mortalidade juvenil no Brasil é fruto de um complexo de ações ou não ações que o governo deveria enfrentar, mas supomos que as causas dessas mortes também tenham como raízes o não reconhecimento do outro como seu par, ou seja, o não reconhecimento que o outro é diferente. É como se o diferente não pudesse acessar os direitos que a ele é garantido por lei, nos apresentando ainda um quadro muito mais grave, pois a juventude que morre no Brasil possui classe social, cor e raça. É como se a juventude pobre, negra moradora de favelas, espaços populares e periferias não tivesse direito a ter direitos.

Fazendo a revisão a fim de compreender qual o lugar que a sociedade destina a juventude, e buscando entender qual a representação da juventude no imaginário social, chegamos à década de 1990 preocupados, pois se observou que se transfere para a juventude um problema que é da sociedade (as desigualdades sociais, a violência, etc), do qual ela é muito mais vítima, do que algoz.

E isso pode se confirmar diante dos dados alarmantes sobre mortalidade juvenil, pois dentro de um quadro de mortes por causas externas, os homicídios são apontados

---

<sup>57</sup> Para saber quais os países ver pesquisa WASELFSZ, Jacobo. *Mapa da Violência contra os jovens no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamind, 1998.

<sup>58</sup> Segundo Jacobo Waiselfisz, os dados são de 1995 porque foram os dados que tiveram acesso. Para saber mais ver a pesquisa na íntegra.

como as causas mais relevantes. Não por acaso a ONU já decretara 1985 como o ano da juventude, e desde então a juventude entra na pauta de eventos internacionais e nacionais, organizados á fim de mobilizar sociedade e governo para resolução do problema. Mas este não é apenas um problema do Brasil, mas dos países da América Latina e de alguns países da Europa.

Internamente eles sobressaltavam as pressões (que já vinham acontecendo há algumas décadas atrás) por parte dos movimentos sociais e juvenis organizados tais como: a) como o movimento estudantil pelo direito à educação superior pública de qualidade; b) os movimentos de educação básica com as bandeiras de universalização do ensino médio de qualidade, ou da educação básica de qualidade; c) os movimentos étnicos raciais por políticas de ações afirmativas e o fim do genocídio da população negra; d) os movimentos rurais pelo direito à terra; e) os movimentos feministas pela igualdade de acesso ao espaço público. De forma geral, resguardando as peculiaridades das bandeiras de cada movimento, o que eles demandavam era o direito a serem incorporados como protagonistas de sua própria história.

Observa-se até aqui, que uma parte da sociedade e dos grupos que vem ocupando os governos, diversas tentativas de invisibilizar a participação política da juventude, mas sabemos também que essa característica é constitutiva da sociedade capitalista. Pois quando se invisibiliza a juventude, não só se tornam invisíveis os sujeitos que a compõe, mas, principalmente, as tornam-se invisíveis ás questões que eles colocam em pauta, como a pobreza, a desigualdade de acessos a bens culturais, o racismo, o machismo, a distribuição de renda e etc.

No entanto, a história política do Brasil nos mostra o quanto eles foram ativos e importantes para o “fim” dos movimentos de rupturas autoritárias e na construção do Estado-democrático. Mas não podemos correr o risco de confundir a entrada da juventude na agenda pública nos anos 1990, com a inserção destes na formulação de políticas públicas a partir de 2003. Como nos disse Regina Novais em seu artigo *“Juventude e Sociedade: jogos do espelho sentimentos percepções e demandas por direitos e políticas públicas”*, “a juventude é como um espelho retrovisor da sociedade.” (NOVAES, 2010, p. 02). Ou seja, mais do que olhar os indicadores sociais de agora, vejamos os grupos que disputam a política, que ordenam a economia, que produzem subjetividade, vejamos os preconceitos não desfeitos, e os camuflados, vejamos os desenhos das políticas públicas, vejamos a forma como os governos respondem as críticas feitas a eles. Vejamos também, como os grupos que reivindicam direitos

disputam as políticas, pois já sabemos que tanto a posição em que é colocado o retrovisor, quanto o tamanho deste, podem vir a alterar o ângulo de visão.

Um pouco mais adiante, em 2002, quando Luiz Inácio Lula da Silva é eleito, com o slogan a “esperança vencerá o medo”, os movimentos organizados e os sujeitos não-organizados se mobilizam para vencer o medo, e saem vitoriosos. A questão é que, não foram só os grupos subalternizados que aderiram ao slogan, mas os organismos internacionais, as empresas, a classe média e a burguesia. E assim que as malas foram abertas as disputas se tornaram mais acirradas, logo, Juventude não era apenas uma palavra, mas representava ela, um campo de disputa e interesses políticos (Bourdieu,1983). É desse período a expressão “jovens como sujeitos de direitos” o que significa “interpretar a juventude como uma condição social e os jovens como sujeitos de direitos” (Guia de Políticas Públicas de Juventude, 2006, p. 04).

Admite-se e se reconhece, que as desigualdades sociais atravessam o universo juvenil dos pobres e que por isso os jovens não experimentam a juventude da mesma forma, logo, se tem(existe) um quadro social de desiguais formais de acesso à educação, à cultura, ao lazer, ao mundo do trabalho, à mobilidade urbana e etc.

O jovem como sujeito de direitos, reverte-se numa tentativa de apreender o jovem como sujeito do presente, e não como um “vir a ser”, reconhecendo o quadro social em que está inserido. Sendo assim, o avanço desta perspectiva, no caso do Brasil está em tratar, pensar e reconhecer o jovem como sujeito político, que tem e deve ter cada vez mais o direito de participar da vida política e pública. É pensar o jovem como protagonista dos problemas que os afligem, mas que esses também possam apresentar as soluções para os problemas criando mecanismos de monitoramento das ações que vão ser desenvolvidas. Nessa nova roupagem, vem ocorrendo - pelo menos a nível Federal mas não só- uma série de iniciativas conjuntas com os jovens, ou para os jovens e destacaremos algumas delas.

A primeira delas, no âmbito acadêmico, onde em **2002 e 2003** fora criado em parceria com a UNESCO, o primeiro **Observatório de Juventude do Brasil**, respectivamente na Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Católica de Brasília. Tendo como um dos seus objetivos, realizar pesquisas que possam orientar a implementação de políticas para população jovem, criando estudos onde se supere a idéia do jovem como um “vir a ser”, mas que o compreenda como sujeito de direito, o jovem do presente.

Entre os anos que vai de **2003 a 2005** foram criados vários **fóruns e**

**movimentos juvenis** dentre eles se destaca a Rede Juventude pelo Meio-Ambiente (REJUMA), o Diálogo Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis, articulado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), a Rede Nacional de Organizações, Movimentos e Grupos de Juventude (RENAJU), a Rede Sou de Atitude e o Fórum Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis (Fonajuves). Em **2004 surge o Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Juventude em Fortaleza/CE**, por meio da convocação e articulação do Evento de Juventude FUTURE - Feira de Rumos e Atitudes, tendo o Fórum como objetivo central, articulação de políticas públicas de juventude das unidades federativas brasileiras (não é mais simples escrever estados?) no plano nacional.

No âmbito do governo, ainda em 2004 foi criado o **Grupo Interministerial** coordenado pela Secretária Geral da Presidência da República, composto por 19 ministérios, esse grupo de trabalho teve como objetivo levantar os principais programas federais destinados à juventude. Além disso, tiveram que realizar um diagnóstico da situação dos jovens brasileiros. Um dos resultados do trabalho foi a definição da Política Nacional de Juventude, cuja implementação seria coordenada pela Secretaria Nacional de Juventude a (SNJ) e a Secretaria-Geral da Presidência da República.

Em 2005, a **Câmara dos Deputados Federais criou a Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude (CEJUVENT)**. A comissão realizou, um processo experimental de audiências Públicas de Conferências Estaduais de Juventude, onde foram ouvidos jovens dos movimentos sociais juvenis, intelectuais, organizações não governamentais que trabalham com jovens; etc. Os encontros pareciam uma espécie de Conferência Nacional de Juventude. A Conferência A experiência teve várias conquistas, entre elas: a) a formulação da Emenda Constitucional 65, que insere a juventude como público prioritário na Constituição; b) a necessidade de um Plano Nacional da Juventude, que estabelecesse metas a serem cumpridas num prazo de dez anos; c) a indicação de um Estatuto da Juventude, onde esse pudesse reafirmar os direitos dos jovens.

Em 2005 foi criada a **Secretaria Nacional de Juventude** que tem representatividade federal e é responsável pela promoção e integração de todas as ações, dentro do Governo Nacional tendo como foco o público juvenil. Ela também se tornou a principal referência governamental no que diz respeito à juventude, tanto na interlocução com a sociedade civil organizada – movimentos sociais, ONGs, grupos juvenis em geral -, como no trabalho conjunto entre os ministérios e secretarias, visando

à criação de mais programas e ações. Ainda neste ano é criado o **Conselho Nacional de Juventude (Conjuve)**, composto por membros do poder público e da sociedade civil, onde esta, ocupa dois terços dos membros do Conselho e participa por meio de entidades, movimentos e redes juvenis.

Além dos jovens, integram o conselho: especialistas em juventude, os Ministérios que desenvolvem programas e ações voltados para a juventude, representantes do Fórum de Gestores Estaduais e da Frente Parlamentar de Políticas Públicas de Juventude e das entidades municipalistas. O objetivo é não só constituir um espaço de diálogo entre a sociedade civil, o governo e a juventude brasileira, mas fazer do conselho uma órgão consultivo que tem como tarefa assessorar a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) na formulação de diretrizes da ação governamental e promover estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil. Todo o esforço se traduz em assegurar que a Política Nacional de Juventude do Governo Federal seja orientada pelo reconhecimento dos direitos desse segmento, e da ampliação da participação deste grupo.

Todo esse esforço vem se materializando em programas e ações para este público. Um deles é a aprovação da PL 4.530/04, (Plano Nacional de Juventude) que tem por objetivo orientar as políticas federais de juventude e pressionar os Estados para que estes criem um plano de ação para juventude, respeitando as suas peculiaridades e demandas, mas também forçar a abertura para participação desses na construção dos seus planos.

Em **2007** o Brasil sedia a 1ª Reunião Especializada da Juventude do Mercosul no Rio de Janeiro. E em **2008 três grandes ações realiza a primeira** Conferência Nacional de Juventude e faz o primeiro Pacto pela Juventude e sedia a 4ª sessão da Reunião Especializada da Juventude do Mercosul no Brasil. Em **2009 é sede do 2º** Encontro de Parlamentares Ibero-Americanos de Juventude, e em **2010** o Brasil assume presidência da Reunião Especializada da Juventude do Mercosul (REJ).

Dos anos 2000 a 2010 a juventude ganha destaque não só pela sua histórica participação, mas também pelas iniciativas realizadas com ela e para ela, traduzindo-se na entrada da juventude no “acento” (na agenda) da Presidência da República. Mas, quais são os avanços e limites desta entrada da juventude na agenda pública? Que representação social vem sendo criada sobre a juventude depois de tais iniciativas?

De forma geral é inegável que a presença da juventude como ator político na construção e monitoramento das políticas e programas públicos é importante, pois

dentre a sua relevância está o fato de poderem responder e inferir em tais iniciativas, marcando as necessidades de cada forma de ser jovem deste país, trazendo para dentro deste cenários os códigos da juventude.

Entretanto há limites e estão são muitos, um deles se refere ao alcance de sua participação, pois, apesar da juventude, por meio de suas entidades, movimentos e conselhos estarem dentro do cenário político, isso não significa que a sua agenda será totalmente contemplada. Ou seja, nem tudo o que as juventudes reivindicam entra na agenda política, ou nos termos de Rua (1988) torna-se um problema político, isto é, não preocupa as autoridades do Estado. Outra questão refere-se as iniciativas (programas e políticas públicas) até aqui criadas, pois nem sempre eles atendem a todos os 51,3 milhões de jovens deste país, eles atendem a uma parcela. Cabe atentar-se que a presença das juventudes nestes espaços não exclui as disputas políticas, pois há jovens de todos os movimentos, grupos e partidos políticos dentro deste cenário, que disputam as ações do Estado da mesma forma que fazem as outras faixas etárias.

Quanto às contradições, essas são expressivas. E se aqui pegarmos alguns objetivos e prioridades estabelecidas no Plano Nacional de Juventude, como exercício, veremos, por exemplo, que a prioridades: 1) que diz: *“erradicar o analfabetismo da população juvenil, nos próximos três anos, participando o Brasil da década das Nações Unidas para alfabetização (2003-2012)”* (Plano Nacional de Juventude, 2006,p.6) e compararmos com os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2012, onde esta apontou que em 2012 a taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais, de 2002 a 2012 caiu apenas *“ 3,2% (...) reduzindo a proporção de pessoas que não sabiam ler nem escrever de 11,9%, em 2002, para 8,7% 2012”* (PNAD,2013, p.128).

Ou se trouxermos ainda a meta número 2), do referido plano, que projetava elevar à presença da juventude nas universidades de 13% para 50%, veremos que em 2012 apenas 15,1% da população de 18 a 24 anos estava na universidade (PNAD, 2013, p.132). Da mesma forma, as políticas de ampliação de vagas nas universidades, vêm colocando em questão seu funcionando, pois ao aumentar o número de alunos não se disponibilizou financiamento proporcional o que significa colocar em questão a qualidade do ensino que será oferecido. Ou seja, as políticas de ampliação de vagas nas Universidades públicas, parecem seguir a mesma lógica das políticas de ampliação e expansão do Ensino Fundamental e médio, fazendo *“mais com menos”*.

Por fim, pegando o Estatuto da Juventude Lei 12.852/13 mais precisamente na



Seção IX. Art.31 que diz: “*o jovem tem direito ao território e à mobilidade, incluindo a promoção de políticas públicas de moradia, circulação e equipamentos públicos no campo e na cidade.*” (Título I, Capítulo II, Seção IX, Art. 31) e observando o território de nossa pesquisa. Notaremos que a Maré não disponibiliza para seus jovens todos os equipamentos, e os que oferecem estão comprometidos pela sua qualidade. Mas não são apenas os direitos aos equipamentos que estão afetados, mas a circulação e mobilidade dos jovens, uma vez que a presença hostil dos diversos grupos criminosos armados que atuam no território e da polícia, vem impelindo os jovens de circular em suas comunidades.

Essas não são as únicas contradições dos últimos dez anos, existem outras, tão complexas quanto a da participação dos diversos grupos juvenis no “acento” do governo. Ou da concretização de qualidade das propostas das metas desenhadas, sendo uma delas, algo que vimos observando ao estarmos presentes em reuniões com esses grupos. E referem-se justamente ao papel que lhes foi designado, que é de avaliar e monitorar as políticas e ações. Pois uma vez se institucionalizando nas secretarias como representantes da juventude, esses grupos juvenis acabam introjetando os discursos e parecem esquecer quais os papéis que deveriam cumprir dentro do governo. Mostrando com isso as suas dificuldades de continuarem sendo críticos nos seus atos, ou perante as atitudes das instituições que representam, comprometendo a capacidade de restabelecer estratégias que viabilizem junto a essas instituições e ao Estado os direitos sociais da juventude. E esta atitude coloca em questão o que está desenhado no Plano e no Estatuto que é fazer com que os programas e as políticas públicas, se tornem políticas de Estado e não de governo. Portanto, a concepção que existe sobre Juventudes ainda carece de sustentação.

Tentando compreender como as políticas desenhadas para as juventudes vêm impactando no imaginário historicamente criado sobre ela, e em especial sobre a juventude pobre, lembramos que a desconstrução do imaginário negativo é fruto de um longo processo histórico que tem no mínimo 40 anos, onde tem como marco inicial (da desconstrução) o Estatuto da Criança e do adolescente nos anos 1990. Podemos dizer que esse impacto ainda é muito sutil, pois as mortes por causas externas da juventude negra são o anúncio de que nem todas as instituições e nem a sociedade formaliza o jovem negro como sujeito de direito.

### **2.3- Juventude de favela: A Maré como um perfil**

A população jovem da Maré corresponde a 28,6% de sua população total, o que representa em números absolutos 37.131 jovens, distribuídos em 15 comunidades, tendo algumas comunidades mais jovens que outras. Em Parque União, Nova Holanda e Rubens Vaz, por exemplo, a população jovem corresponde a 30% da população total da comunidade.

**Tabela 02 - Total população da Maré X população de jovens por comunidades**

<b>Total população da Maré X população de jovens por comunidades da favela da Maré</b>					
<b>Comunidades</b>	<b>Total de Residentes Todas as idades</b>	<b>Total de Jovens 15 a 17 anos</b>	<b>Total de Jovens 18 a 19 anos</b>	<b>Total de Jovens de 20 a 24 Anos</b>	<b>Total de Jovens de 25 a 29 Anos</b>
Baixa do Sapateiro	7758	378	284	719	782
Conjunto Bento Ribeiro Dantas	3580	210	142	274	286
Conjunto Esperança	5530	243	161	557	589
Conjunto Pinheiro	4117	194	129	392	413
Morro do Timbau	6359	312	199	543	616
Nova Holanda	15459	<b>849</b>	<b>563</b>	1533	<b>1454</b>
Nova Maré	3174	234	141	311	257
Parque Maré	12331	654	430	1159	1140
Parque União	19671	<b>902</b>	<b>697</b>	2014	<b>2247</b>
Praia de Ramos	3073	199	108	255	276
Roquete Pinto	7488	470	247	665	719
Rubens Vaz	5165	227	194	556	572
Salsa e Merengue	7258	468	299	683	602
Vila do João	13310	<b>629</b>	<b>457</b>	1490	<b>1662</b>
Vila dos Pinheiros	15497	<b>787</b>	<b>577</b>	1463	<b>1516</b>
<b>Total de residentes</b>	<b>129.770</b>	<b>6.756</b>	<b>4.628</b>	<b>12.614</b>	<b>13.131</b>
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010					

A tabela acima apresenta uma divisão por faixas etárias, onde é possível verificar a distribuição territorial dos segmentos juvenis - de 15 a 17 anos (jovem-adolescente), 18 a 24 anos (jovem-jovem) e 25 a 29 anos (jovem adulto) - por comunidades, mostrando que na Maré o maior número de jovens encontra-se nas faixas etárias de 18 a 24 anos com 17.269 jovem-jovem. Segundo os dados do Censo IBGE 2010, na Maré existem 41.750 domicílios e ao levantar quem eram os responsáveis<sup>59</sup> por esses domicílios, segundo o sexo, descobrimos que a predominância é masculina ou seja, 23.216 são homens enquanto 18.534 são mulheres. E ao perguntarmos aos dados quanto aos jovens (15 a 29 anos) seriam responsáveis pelo domicílio, descobrimos que a juventude é responsável por 20% dos domicílios, ou seja, 8.806 mil domicílios estão sobre a responsabilidade dos jovens, sendo a distribuição por gênero de 4.972 mil homens e 3.834 mil mulheres, cabe ressaltar que de acordo com a comunidade a responsabilidade pela casa varia, vejam a tabela.

**Tabela 03 - Responsáveis por domicílio Total em todas as idades X total de 15 a 29 anos e total de Homens e Mulheres de 15 a 29 anos residentes por comunidades**

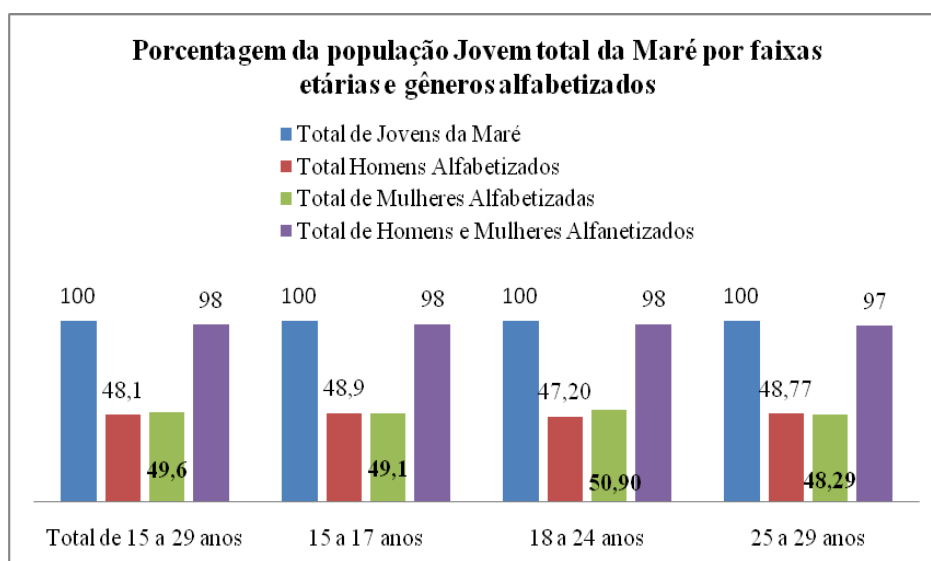
<b>Responsáveis por domicílio Total em todas as idades X total de 15 a 29 anos e total de Homens e Mulheres de 15 a 29 anos residentes por comunidades.</b>				
<b>Bairro Maré</b>				
<b>Comunidades</b>	<b>Total de domicílios, todos os sexos e idades.</b>	<b>Total de responsáveis pelo domicílio ambos os sexo (15 a 29 anos).</b>	<b>Total, homens (15 a 29 anos).</b>	<b>Total, mulheres (15 a 29 anos).</b>
Baixa do Sapateiro	2591	521	<b>311</b>	210
Conjunto Bento Ribeiro Dantas	953	102	<b>55</b>	47
Conjunto Esperança	1870	379	<b>240</b>	139
Conjunto Pinheiros	1338	205	<b>105</b>	100
Morro do Timbau	2109	353	175	<b>178</b>
Nova Holanda	4729	930	<b>522</b>	408
Nova Maré	850	231	92	<b>139</b>
Parque Maré	4003	734	<b>448</b>	286

<sup>59</sup> Para o IBGE a pessoa responsável pelo domicílio é: "(...) - para a pessoa (homem ou mulher), de 10 anos ou mais de idade, reconhecida pelos moradores como responsável pela unidade domiciliar." (Base de informações do Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo por setor censitário, 2011, p.24)

Parque União	6623	1547	<b>928</b>	619
Praia de Ramos	932	169	72	<b>97</b>
Roquete Pinto	2382	479	229	<b>250</b>
Rubens Vaz	1713	351	<b>242</b>	109
Salsa e Merengue	2130	478	<b>253</b>	225
Vila do João	4550	1261	<b>688</b>	573
Vila dos Pinheiros	4977	1066	<b>612</b>	454
<b>Total geral</b>	<b>41750</b>	<b>8806</b>	<b>4972</b>	<b>3834</b>
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010				

Ainda trabalhando os dados do Censo IBGE 2010, apuramos que 97,8% da população jovem da Maré é alfabetizada, e em números estamos falando de 36.322 jovens. O gráfico abaixo aponta que o grupo mais alfabetizado está entre as faixas etárias de 15 à 17 anos e 18 à 24 anos, ambas com 98% de alfabetizados, enquanto a faixa de 25 a 29 anos chegava a 97%, até porque a média da população do município do Rio de Janeiro na faixa etária jovem-adulto de 98,7%. E é por isso que gráfico chamam a nossa atenção, pois esperavamos que a população jovem de 15 a 17 chegasse a no mínimo a 99% de alfabetizados uma vez que as políticas públicas de expansão da escolarização básica já tem mais de 20 anos.

### Gráfico 01- Distribuição da população jovem por faixa etária e gênero alfabetizada na Maré



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

Ainda explorando o perfil da população jovem da Maré adentrando na renda, foi

possível perceber que as desigualdades sócio espaciais ganham visibilidade. Ou seja, é a renda que denuncia e “demascara” as desigualdades que no cotidiano não apreendemos, pois a Maré, como já falado aqui, traz no território a materialização de conquistas sociais, ou seja, equipamentos públicos como: escolas, postos de saúde; etc.

No entanto, mais que equipamentos a população carece de equipamentos de qualidade, que possam vir a garantir melhores condições de vida. A título de exemplo, mais de 90% dos equipamentos educativos não atingem a nota desejada pelo IDEB, que é 6. A maioria das escolas, tem uma nota entre 3 e 4,5, exceto a Escola Municipal Nova Holanda que atinge a nota 5,9. E essa má escolarização se reflete na renda, pois com escolarização baixa, acabam acessando os piores postos de trabalho, e com isso possuem as piores renda.

O estudo de Santos (2013) renda da população jovem da Maré e de outros bairros e favelas do Rio de Janeiro de acordo com as faixas etárias, mostra que os grupos juvenis de favela tem a pior renda quando comparados com outros bairros.

**Tabela 04 - Valor (em reais) do rendimento nominal médio mensal das pessoas com rendimento de 10 anos ou mais de idade e das pessoas de 15 a 29 anos de idade, segundo faixas etárias selecionadas**

<b>Valor (em reais) do rendimento nominal médio mensal das pessoas com 10 anos ou mais de idade, e das pessoas de 15 a 29 anos de idade</b>					
<b>Ano 2010</b>					
<b>Município e bairros</b>	<b>Total (pessoas com 10 anos ou mais)</b>	<b>15 a 17 anos</b>	<b>18 ou 19 anos</b>	<b>20 a 24 anos</b>	<b>25 a 29 anos</b>
<b>Rio de Janeiro – RJ</b>	1.997,55	502,08	652,92	898,29	1.389,64
<b>Flamengo</b>	4.665,53	884,6	1.001,06	1.754,70	3.139,82
<b>Gávea</b>	5.313,13	1.227,71	931,45	1.461,58	2.944,01
<b>Vidigal</b>	995,93	447,69	658,99	727,29	836,37
<b>Manguinhos</b>	699,31	435,91	537,78	622,71	664,24
<b>Bonsucesso</b>	1.435,43	502,57	652,04	900,96	1.257,83
<b>Ramos</b>	1.335,68	490,48	719	903,5	1.167,26
<b>Rocinha</b>	747,42	495,14	607,24	678,78	742,63
<b>Complexo do Alemão</b>	721,54	455,56	563,14	662,09	722,37
<b>Maré</b>	757,18	428,11	566,81	673,79	741,25

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

Nota: valor do salário mínimo vigente em 2010 = R\$ 510,00

No caso da juventude, os dados apontam que as juventudes da favela sempre tem um rendimento menor, embora tudo indique que os jovens pobres já estejam inseridos no mundo do trabalho, como é o caso dos jovens a partir de 18 anos de idade que normalmente conciliam trabalho e escola(...) *Isto é: a mesada dos jovens de classe média e classe alta são bem maiores que os salários obtidos pelos jovens pobres através do trabalho.* Isso vai se acirrar, na faixa etária em que jovens pobres ou não estariam inseridos no mundo do trabalho, como é o caso das faixas etárias de 25 a 29 anos, pois enquanto a população jovem da Maré ganha R\$741,25, os jovens do Flamengo ganham R\$3.139,82 e da Gávea R\$ 2.944,01. (SANTOS,2013,p.101 grifo nosso).

Sem discorda de Santos (2013), pois a tabela mostra que as juventudes das favelas têm uma renda bem menor que os jovens de outros bairros, em especial da Zona Sul. Acreditamos que essa “diferenciação” entre as rendas dos jovens até a faixa dos 25 aos 29 anos também pode indicar as dificuldades atuais de ingresso no mundo do trabalho. Uma vez que as discrepâncias se sobressaem exatamente na faixa etárias em que os jovens deveriam estar inseridos no mercado de trabalho.

Já apontamos aqui que a juventude tem traços em comum, onde a faixa etária é um dos demarcadores de mais consenso entre os estudiosos. Do mesmo modo a apontamos como uma categoria social, nos termos de Groppo (2000);

“[...] A juventude como categoria social não apenas passou por várias metamorfoses na história da modernidade. Também é uma representação e uma situação social simbolizada e vivida com muita diversidade na realidade cotidiana, devido à sua combinação com outras situações sociais. [...]” (GROPPO,2000,p.15)

O que significa dizer que a juventude no Brasil se faz através de arranjos como o gênero, raça, condição social, sexualidade, trajetória escolar, política, cultural e territorial. Ou seja, não existe apenas juventude, mas **juventudes** Abramo (1994). Esses arranjos expressam contradições, pois se de um lado anuncia que cada o jovem vive sua juventude de uma forma, por outro ela também expressa as dificuldades dos jovens brasileiros em vivenciarem sua juventude.

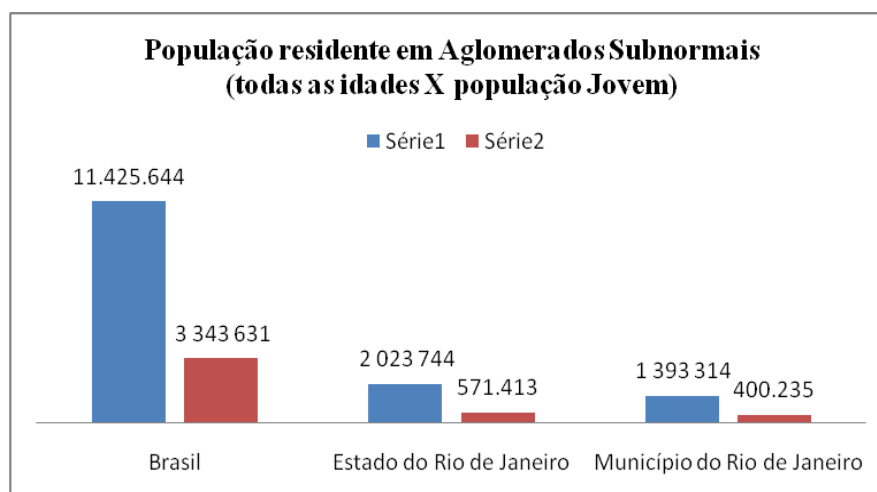
O Censo 2010 aponta que 11.425.644<sup>60</sup> de habitantes vivem em Aglomerados Subnormais<sup>61</sup>, conhecidos como favelas ou comunidades, no caso do Rio de Janeiro,

<sup>60</sup> -De acordo com essa publicação dos 11.425.644 de brasileiros espalhados pelo país e 6% estavam em aglomerados Subnormais, onde a concentração ocorre na região sudeste, formada pelos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santos e Minas Gerais.

<sup>61</sup> - Por Aglomerados Subnormais o IBGE entende: “É um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos,casas, etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais,

Periferia em São Paulo ou Vilas no Sul. Destes, 3.343.631 são jovens de 15 a 29 anos (29%). No município do Rio de Janeiro eles representam 2.023.744 milhões de habitantes, onde a juventude de favela representa 28,2%<sup>62</sup>.

**Gráfico 02 - População residente em aglomerados Subnormais: População de todas as idades X população jovem**



Fonte: Censo IBGE 2010 aglomerados subnormais

Mas eles não chamam a atenção pela sua densidade. Estes são normalmente apontados como os responsáveis pela violência que ocorre no país, como se toda a violência existente nas cidades tivesse como responsáveis esses territórios, e não a forma desigual de acesso à renda, educação, saúde, trabalho, cultura, moradia, mobilidade e transporte. E na história que já apresentamos concluímos, as favelas se constituem como um território de luta e resistência, onde esses grupos lutaram e ainda lutam pelo direito a permanecer no território, e conseqüentemente por melhorias para ele.

---

ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e/ou densa.” (Censo Demográfico 2010 Aglomerados Subnormais,2010,p.18)

<sup>62</sup> - Estes dados foram tirados do Censo IBGE 2010, mais especificamente da Tabela 1 - População residente em domicílios particulares ocupados, por grupos de idade e sexo, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação, os municípios, o tipo do setor e a situação do domicílio - 2010

Diante disso sentimos a necessidade de (re) desenhar uma categoria que estamos chamando de *Juventude favelada*, que é constituída por jovens que moram no Rio de Janeiro, em territórios denominados de favela. A expressão não é nova, mas até aonde percebemos ela não foi trabalhada como uma categoria que compõe as Juventudes, muito menos apanhada como uma categoria que vem expressando as vivências dos jovens moradores desses territórios. Nosso objetivo com isso é tentar refinar a complexidade do universo juvenil a fim de que se possa pensar em políticas e programas que atendam as necessidades desse grupo, garantindo-lhes o direito de viverem sua juventude, pois mesmo que os jovens de favela vivam a sua juventude de forma muito desigual quando comparado a juventudes de outros territórios como exemplo, os jovens da Zona Sul do Rio de Janeiro ou aos jovens de classe média e alta eles são jovens (sujeitos) e criam arranjos para viver a sua juventude, reinventando as formas de ser jovem.

E embora o termo juventude favelada confira aos jovens moradores de favela uma depreciação e desqualificação ao sujeito, colocando a juventude da favela como um símbolo de menor valor de troca, que traz implicações em escala micro (individual), como efeitos de uma trajetória escolar e profissionais truncadas etc, ele também tem reverberações de escala macro (coletiva) como, por exemplo; as políticas e programas de cunho assistencialista e clientelista, que levam em muitos casos a subalternização e os preconceitos de levam a coerção. Como nos lembra Novaes (2010),

No Brasil, e pelo mundo afora, **existem hoje jovens que são vistos com preconceito por morarem em áreas pobres classificadas como violentas.** Com diversos nomes, topografias e histórias, as periferias são - via de regra - marcadas pela presença das armas de fogo. São elas que sustentam tanto a tirania do narcotráfico quanto a truculência policial. A resposta à pergunta “onde você mora?” pode ser decisiva na trajetória de vida de um jovem. **A “discriminação por endereço” restringe o acesso à educação, ao trabalho e ao lazer dos jovens que vivem nas favelas e comunidades caracterizadas pela precária presença (ou ausência) do poder público.** (Novaes,2010,p.2. Grifo nosso)

Por isso, sentimos a necessidade de abordá-lo em outra perspectiva, conferindo ao termo/categoria uma politização que indica o jovem favelado como mais um ator social na disputa política pelos direitos sociais historicamente reivindicados pelos moradores de favela, e, paralelamente, como sujeitos que propõem o rompimento dos preconceitos/estereótipos sobre as favelas e as formas de serem jovens moradores desses locais.

Eles vêm ocupando não só os espaços onde se disputam as políticas, mas também os imaginários sobre sua juventude. Apresentam-se como jovens moradores de



favela e nessa apresentação colocam as suas questões, seus dilemas do cotidiano como a violência e a dificuldade de suas trajetórias educacionais, enfatizando que os jovens de favela também são jovens, porém experimentam a sua juventude de forma desigual devido às condições socioeconômicas, políticas e culturais que lhe são impostas. Tudo isso carregado de uma apropriação do território onde este “(...) *existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado*(...) Haesbeart (2004,p.25). Ou seja,

Para os “hegemonizados” o território adquire muitas vezes tamanha força que combina com intensidades iguais funcionalidade (“recurso”) e identidade (“símbolo”). Assim, para eles, literalmente, retomando Bonnemaïson e Cambrèzy (1996), “perder seu território é desaparecer”. O território, neste caso, **“não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser”**. É interessante como estas dimensões aparecem geminadas, sem nenhuma lógica a priori para indicar a preponderância de uma sobre a outra: muitas vezes, por exemplo, é entre aqueles que estão mais destituídos de seus recursos materiais que aparecem formas as mais radicais de apego às identidades territoriais. (Haesbeart, 2004,p.06)

O território aparece, na identidade deles, como uma característica forte, que transforma-se, em uma bandeira de luta que reenvia ao jovem morador de favela como um sujeito de direitos e como sujeito políticos que falam de um lugar.

Alguns desses jovens estão ancorados nas organizações não governamentais (ONG’s) de seus territórios, seja por afinidade com os objetivos das instituições ou como estratégia de reprodução da vida material. Pois diferente de boa parte dos jovens da classe média esses jovens tem que se inserir no mercado de trabalho muito cedo, seja para ajudar as suas famílias ou para sustentar-se. Mas o fato é que por meio dessa inserção eles aproveitam a abertura que as ONG’s têm na arena política, para abordar as temáticas que atravessam a juventude.

No caso da Maré esse exemplo é corriqueiro, como é o caso da Companhia de Tetro Cia Marginal (formada por jovens atores da favela da Maré), que vai pautar o direito a arte e a cultura trazendo para dentro do teatro, espetáculos que denunciam a violência cometida pelo Estado, como foi o caso da peça “O entransito” que fala das remoções que aconteceram no Rio de Janeiro. Mas, este grupo também apresenta em cada espetáculo o favelado como um sujeito político e protagonista da mudança como foi o caso da peça “Qual é a nossa cara” que fala dos personagens históricos de Nova Holanda e resgata a construção de um diálogo político pela construção da paz.

Nessa mesma linha vimos os alunos da Escola de Comunicação Crítica do Observatório de Favelas construir uma campanha chamada “Jovem Negro Vivo”,

onde foram para as ruas denunciar as mortes dos jovens negros moradores de favelas, com o intuito de chamar a atenção do poder público para questão e assim o envolver em estratégias que revertam o quadro. Vimos também o “Grupo Conexão G”, apontar a violência cometida com a população LGBT de favelas, e inserir-se nos espaços políticos dentro da favela para a construção da passeata Gay na Maré. Mas suas ações não se restringem apenas ao local, eles também, por meio de sua diretoria, têm se inserido na Secretaria Nacional de Juventude para pautar as desigualdades e violências, mas também propor ações.

Mas essa não é a única forma de participação política. Os grupos e coletivos independentes, criados pelos jovens são os modos que utilizam para pressionar o Estado, no geral eles são jovens que passaram por cursos oferecidos pelas ONG’s, fizeram e/ou fazem parte das equipes de trabalho. Esses entendem e deixando marcado nos seus discursos que as pautas das ONG’s ou instituições apresentam limites de disputas políticas, uma vez que muitas dessas são financiadas pelo próprio Estado. Como é o caso da Roça, formado por alguns jovens da Maré, onde alguns se identificam com a corrente anarquista e vem desenvolvendo saraus, encontros ou Cine-Clube de debates. Ou o grupo “Jovem Negro Vivo” formado recentemente em parceria com a Anistia Internacional e tem como objetivo desnaturalizar os preconceitos referentes a população negra e chamar a atenção para o genocídio dessa população.

O exemplo desses jovens está na Cidade, basta procurá-los nas favelas, ou nos espaços políticos onde tem alguma abertura para a juventude que iremos encontrá-los. Eles se colocam como atores políticos pela disputa de equipamentos e serviços públicos para seus territórios, se intitulando capazes de propor soluções a curto, médio e longo prazo para suas favelas e seus moradores. Mas não se esgotam aí, eles querem também, desenhar os programas que serão destinados para essa população. Poderíamos dizer que esses vêm se constituindo jovens no sentido *Marginal* de Mannheim (1967), onde este aponta que a juventude não é progressista por si mesmo, mas que com as devidas formação e aberturas da sociedade desenvolvem a capacidade de criar estranhamento perante as estruturas já estabelecidas.

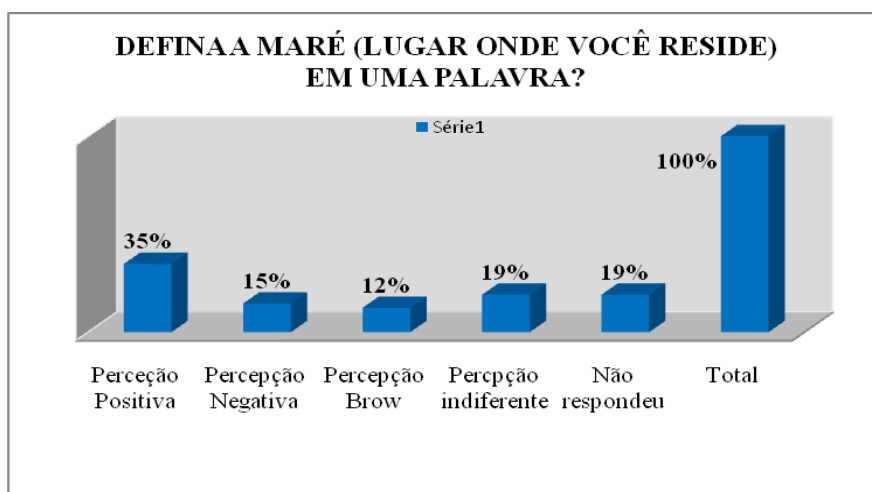
Então, falar de juventude favelada é apontar que existem formas diferenciadas de juventude no território da favela onde estes sujeitos, apesar de sofrerem a conciliação entre desigualdades e preconceitos históricos em relação ao lugar de moradia, acenam como jovens moradores de favela, como sujeitos políticos, que ao se apropriarem do território e da história deles vem estranhando e colocando em questão essas formas

desiguais da sociedade e a naturalização dos preconceitos.

Toda via, a favela é um espaço muito heterogêneo, sendo assim a identidade favelada no sentido de apropriação da história e de resignificação política do território não é atribuída a totalidade desse grupo etário. Muitos jovens compartilham da percepção de que a favela é o espaço da ausência, da carência, propício a marginalidade.

Em nossa pesquisa pedimos aos jovens para que eles definissem o local de moradia, tendo como um dos objetivos a captura da percepção deles em relação ao território em que moram. Com o intuito de levantar se a “definição” apresentada por eles são aquelas difundidas pelos grandes meios de comunicação. Percebemos que diferente da pesquisa feita por Souza e Barboza (2005:24) onde um conjunto de pessoas de classe social, educacional, política e religiosa diferente tiveram uma visão homogênea da favela, onde “(...) Ela é sempre definida pelo que não teria: um lugar sem infra-estrutura urbana- sem água, luz, esgoto, coleta de lixo - sem arruamento, sem ordem, sem lei, sem moral e globalmente miserável.” (idem, 2005,pg.48). E do conjunto de respostas que tivemos dos 72 alunos elas se mostram heterogêneas, como veremos no gráfico abaixo:

**Gráfico 03 - Defina a Maré (lugar onde você reside em uma palavra**



Fonte: Pesquisa juventude do Ensino Médio na Favela da Maré

A maioria dos jovens traz uma “Percepção Positiva” em relação à Favela, onde os adjetivos utilizados foram: esperança, familiar, felicidade, maravilhoso, muito legal, oportunidades, paz, perfeito, segurança, união, vida e Amar é Maré. Outro grupo trouxe uma “Percepção Negativa” utilizava palavras tais como; abandono, perigoso, tragédia, vivemos sem lei. Outros traziam uma “Percepção indiferente” onde os adjetivos

utilizados eram: Bom, legal e Nenhuma palavra. E outras que chamamos de “*Percepção Brow*”, porque nos pareceram mais “descoladas” expressando a Maré como um lugar: agitado/movimentado, aventura, barulhento, convivência e roda-gigante.

Como nos lembra Casal, Masjoan e Planas (1988) o território tem um efeito nos processos de transição para vida adulta:

La transición de la pubertad a la sociedad de adultos tiene una dimensión cronológica y territorial: se realiza en un tiempo definido (aproximadamente entre 10 y 15 años de duración) y territorio concreto. La sociología de la juventud balizantes generalmente ha perdido no sólo la dimensión cronológica como ya se ha indicado sino también la territorial: ha sido poco sensible a la desigualdad territorial construyendo una sociología genérica sobre actitudes y comportamientos diferenciales respecto al mundo adulto.(Casal, Masjoan y Planas, 1988,p.98)

Levar em conta o território é apontar que ele interfere nos processos de transição e faz juventudes, logo, com territórios distintos (pouco equipados ou com equipamentos de má qualidade) e estigmatizados teremos conseqüentemente juventudes distintas que se desenvolve com poucos ou frágeis suportes, revertendo-se em baixa escolaridade, ou com certificações de má qualidade, que se transformam em acessos precários aos postos de trabalho, como baixos salários e com dificuldades de inserção nele.

Mas, nosso objetivo aqui é, também, apontar que existem modos de apropriação que criam identidade, “apegos” Haesbeart (2004), territoriais que fazem juventudes. Onde os jovens se colocam como sujeitos de direitos, sujeitos sociais e políticos que pensam e agem no mundo e querem intervir nele, a fim de mudar as dinâmicas distributivas (individuais e coletivas) de educação, renda, cultura, lazer e trabalho. Ou seja, o jovem favelado quer fazer política, e está fazendo, criando inclusive outras formas de abordar assuntos difíceis, como é o caso do tema da violência. Sendo assim, ao pensar na garantia dos direitos sociais, tem que se levar em conta a heterogeneidade do que são as favelas e seus jovens.

### **3. OS PROJETOS DE VIDA DOS JOVENS QUE ESTÃO NO FINAL DO ENSINO MÉDIO**

#### **3.1 - Projeto de Vida: Das prospecções à realização**

Uma das categorias chaves deste trabalho é Projeto de Vida. Esta vem sendo utilizada em especial, pelos intelectuais que estudam juventude com o intuito de levantar e compreender quais são os objetivos ou perspectivas dos jovens em relação ao seu futuro. E também, para apurar como as instituições: família, escola, igreja e outros grupos de pares se relacionam com os projetos desenhados por eles.

Entendemos que os Projetos de Vida, são desenhados por todo o sujeito independente de sua condição social, ou seja, os projetos são sonhos, prospecções que estes fazem a curto, médio e longo prazo e podem estar ligados à vida individual - escolarização, trabalho, família, religião- e/ou à vida coletiva, - melhora de seu bairro, do país, o fim da violência e etc. Com isso, partimos do pressuposto que todo mundo sonha, e todo mundo, normalmente, projeta a vida.

Nesse sentido Weller (2015) diz que os projetos de vida dos jovens é algo que ele pretende realizar, e que é significativo para ele também, e segundo a autora:

“[...] baseado em Schutz o *projetos* indica uma conduta organizada para atingir finalidades específicas, que, por sua vez, está relacionado ao “campo de possibilidades” que uma pessoa ou grupo dispõem para colocá-lo em prática. Nessa perspectiva, podemos argumentar que a conduta organizada é adquirida no processo de socialização primária e secundária. [...]. A escola enquanto instância de socialização secundária desempenha juntamente com a família, um importante papel na elaboração dos projetos. (Weller,2014,pg.139).

Isto é, se os projetos são condutas (ações) organizadas para atingir determinados

fins, o que requer uma série de habilidades. Estas vão sendo desenvolvidas desde a infância até a fase adulta, e a família e a escola tornam-se importantes atores, segundo a autora, visto que são nelas que a criança, o adolescente e o jovem desenvolvem suas potencialidades. Como por exemplo é o caso da escola, pois é destinada a ela a tarefa de desenvolver as competências motoras e da fala, o raciocínio, passar-lhes os conteúdos, o desenvolvimento emocional, a sociabilidade, o respeito à diferença e etc. Mas nem todas as funções acima citadas se restringem à escola. À família também cabe a conjugação do desenvolvimento emocional e a sociabilidade; etc.

E para que possamos entender como isso dialoga com Projetos de Vida, trazemos aqui o quadro que Weller (2014) expôs em seu artigo, onde estão detalhadas as habilidades que deveriam ser trabalhadas em cada fase da vida, de forma que eles contribuam nos projetos de vida dos jovens.

**Quadro 01 - Expectativa de desenvolvimento em diferentes fases da vida e os status de transição (Weller, 2014,p.138)**

<b>EXPECTATIVA DO DESENVOLVIMENTO DA INFÂNCIA</b>			
Desenvolvimento Emocional	Desenvolvimento da inteligência	Desenvolvimento de habilidades motoras e da fala	Desenvolvimento de Competências sociais Básicas
↓		↓	
Desempenho autônomo		Estabelecimentos de contatos sociais de forma independente	
<b>EXPECTATIVA DE DESENVOLVIMENTO DA JUVENTUDE</b>			
Competências Sociais e Intelectuais	Desenvolvimento do papel de gênero e capacidade de relacionamento	Competências relacionadas à utilização do mercado	Desenvolvimento de um sistema de valores e normas
↓	↓	↓	↓
Papel profissional	Papel Conjugal e familiar	Papel cultural como consumidor	Papel como cidadão político
<b>EXPECTATIVA DO DESENVOLVIMENTO DA FASE ADULTA</b>			
Autonomia financeira	Construção da família e educação dos filhos	Participação no campo da cultura	Participação política
Fonte: WELLER, 2014,p.138, Apud adaptado pelo autor a partir de HURRELMANN,1994,p.47			

O quadro aponta as habilidades e as competências que deveriam ser

desenvolvidas em cada ciclo da vida, e de forma breve nos permite entender que a ausência de determinadas habilidades pode vir afetar o desenvolvimento do ser social e conseqüentemente os projetos.

Entretanto, estas são expectativas que devem estar em diálogo com o contexto social de cada Juventude, e é nesse sentido que a autora alerta-nos que os processos de transição para vida adulta dos jovens não são lineares e consequentemente não dependem apenas dos sujeitos. “(...) Por exemplo, a autonomia financeira também depende da oferta do mercado de trabalho (...) (Idem, 2014,p.139).

Porém, não negligencia que o desenvolvimento das habilidades citadas em cada fase da vida é importante para a contribuição de um sujeito autônomo. Se pegarmos o caso da escola pública brasileira, notaremos que normalmente não são trabalhadas de forma satisfatória algumas habilidades, como a autonomia, por exemplo. A escola, ao tratar os alunos como meros receptores de conteúdos, negam a eles a oportunidade de desenvolverem o pensamento crítico-reflexivo. E isso tem reverberações na construção de sujeitos autônomos, críticos e participativos.

E se aqui pegarmos o caso da Maré, para exemplificar a questão anunciada, perceberemos que a educação neste território, parece estar longe de contribuir com os requisitos colocados no quadro acima, ou seja, com o desenvolvimento psicomotor e intelectual dos alunos. A fim de verificar a questão colocada por Weller (2015) levantarmos os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica<sup>63</sup> (IDEB) criado em 2007 para examinar o fluxo escolar e o desempenho nas avaliações dos estados e municípios do país que são mensurados bianualmente. Cabe ressaltar que ao Ministério da Educação ao criar o IDEB a nota nacional era igual a 3,8, sendo a meta para a primeira fase do ensino fundamental para 2021 é de 6,0. Toda via reconhecendo as peculiaridades de cada estado e município estabeleceu metas, esperadas, para cada ano e conseqüentemente para cada escola.

Em 2013 a nota esperada era de 5,2 e apenas 69,6% dos municípios do país

---

<sup>63</sup> Segundo o site no INEP o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado em 2007 para medir o fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. “ Ele nasceu como condutor de política pública pela melhoria da qualidade da educação, tanto no âmbito nacional, como nos estados, municípios e escolas. Sua composição possibilita não apenas o diagnóstico atualizado da situação educacional em todas essas esferas, mas também a projeção de metas individuais intermediárias rumo ao incremento da qualidade do ensino. As metas são exatamente isso: o caminho traçado de evolução individual dos índices, para que o Brasil atinja o patamar educacional que têm hoje a média dos países da OCDE. Em termos numéricos, isso significa evoluir da média nacional 3,8, registrada em 2005, para um Ideb igual a **6,0**, na primeira fase do ensino fundamental.” (Fonte: [WWW.inep.gov.br](http://WWW.inep.gov.br))

alcançaram a meta<sup>64</sup>. No caso do Rio de Janeiro a projeção para 2013 da rede estadual que ofertam a primeira fase do ensino fundamental (1º ao 5º ano) foi de 5,1 e o IDEB alcançado foi de 5,4. Já a rede municipal a meta era de 5,3 e a nota alcançada também foi de 5,3. Mas o IDEB ainda faz uma distinção para as escolas da rede pública, sendo assim a media esperada na rede pública 5,4 e em 2013 ela chegou a 5,3. E ao observar o IDEB das escolas da Maré, constatamos que ele está aquém de possibilitar aos alunos tais desenvolvimentos.

**Tabela 05 - Equipamentos públicos educativo da Maré do 1º ao 5º e sua nota no IDEB**

Equipamentos públicos educativo da Maré do 1º ao 5º e sua nota no IDEB									
Nº	Escolas	Comunidades	Modalidades de Ensino	Rede	IDEB 2005	IDEB 2007	IDEB 2009	IDEB 2011	IDEB 2013
1	E.Municipal Professor Josué de Castro	Vila Do João	Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano	M	3,5	4,0	4,3	4,8	-
2	E.Municipal Teotonio Vilela	Conjunto Esperança	Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano	M	3,5	-	4,2	4,5	4,5
3	E. Municipal Bahia	Morro do Timbau	Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano	M	3,2	4,3	4,3	5,3	3,3
4	E.Municipal IV Centenário	Morro do Timbau	Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano	M	4,6	5,2	4,6	<b>6,0</b>	4,5
5	E.Municipal Tenente General Napion	Roquete Pinto	Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano	M	4,0	4,1	4,7	4,9	4,0
6	E. Municipal Armando de Salles Oliveira	Praia de Ramos	Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano	M	4,1	4,5	4,8	-	4,9
7	E.Municipal Nova Holanda	Nova Holanda	Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano	M	<b>4,9</b>	<b>3,9</b>	<b>5,4</b>	<b>5,6</b>	<b>5,9</b>
8	E.Municipal Professor Paulo Freire	Vila do Pinheiro	Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano	M	3,8	5,2	5,0	5,1	4,3
9	E.Municipal Escritor Bartolomeu Campos de Queirós	Morro do Timbau	Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano	M	-	-	-	-	<b>4,3</b>
10	E.Municipal Escritor Lêdo Ivo	Morro do Timbau	Não encontrado	Não encontrado	-	-	-	-	-
11	Ciep Ministro Gustavo Capanema	Vila do Pinheiro	Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano	M	3,8	4,0	4,4	4,6	4,3
12	Ciep Operário Vicente Mariano	Morro do Timbau	Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano	M	4,5	4,3	5,1	4,8	-

<sup>64</sup> Saber mais ver site do INEP.



13	Ciep Hélio Smidt	Rubens Vaz	Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano	M	3,2	4,1	4,3	4,4	4,6
14	Ciep Presidente Samora Machel	Parque Maré	Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano	M	3,3	3,6	4,5	4,0	-
16	Ciep Leonel de Moura Brizola	Praia de Ramos	Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano	M	4,0	4,2	5,2	5,4	4,8

Fonte: Secretária Municipal de Educação do Rio de Janeiro e MEC/ INEP

Notas: ND - Número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados.

ND\* - Solicitação de não divulgação conforme Portaria Inep nº 410 de 03 de novembro de 2011 ou Portaria Inep nº 304 de 24 de junho de 2013.

ND\*\* - Não divulgado por solicitação da Secretaria/Escola por situações adversas no momento da aplicação da Prova Brasil 2013.

Obs: M é igual a rede municipal e E quer dizer rede estadual

Se usarmos como parâmetros à meta nacional que é de 5,2 notará que as escolas da primeira fase do ensino fundamental (1º ao 5º ano) possuem um IDEB baixo, onde algumas escolas nem possuem a nota, e apenas uma escola chegou ao 5,9. Dando continuidade a análise levantamos IDEB das escolas que ficam fora do território da Maré, mas são escolas onde as crianças e jovens freqüentam. Percebemos que o Ciep. Yuri Gagarin tinha em 2013 o IDEB igual a 5,6 e na Escola Municipal Dilermando Cruz ele era de 5,8.

No caso da segunda fase do ensino fundamental (6º ao 9º ano) o quadro piora ainda mais.

#### **Tabela 06 - Equipamentos públicos educativo da Maré do 6º ao 9º e sua nota no IDEB**

<b>Equipamentos públicos educativo da Maré do 6º ao 9º e sua nota no IDEB</b>									
Nº	Escolas	Comunidades	Modalidades de Ensino	Rede	IDEB 2005 (N x P)	IDEB 2007 (N x P)	IDEB 2009 (N x P)	IDEB 2011 (N x P)	IDEB 2013 (N x P)
1	E.Municipal Professor Josué de Castro	Vila Do João	Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano	M	3,1	3,6	3,4	3,0	-
2	E.Municipal Teotônio Vilela	Conjunto Esperança	Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano	M	2,9	-	3,6	3,9	2,9
3	E.Municipal Bahia	Morro do Timbau	Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano	M	2,3	3,4	2,9	3,9	3,6

4	E. Municipal Tenente General Napion	Roquete Pinto	Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano	E	2,4	-	1,5	-	-
5	E. Municipal Tenente General Napion	Roquete Pinto	Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano	M	2,7	3,9	2,9	3,6	2,9
Fonte: Secretária Municipal de Educação do Rio de Janeiro disponível em:( <a href="http://webapp.sme.rio.rj.gov.br">http://webapp.sme.rio.rj.gov.br</a> )									
Fonte: MEC/Inep									
Notas: ND - Número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados. ND* - Solicitação de não divulgação conforme Portaria Inep nº 410 de 03 de novembro de 2011 ou Portaria Inep nº 304 de 24 de junho de 2013.									
Obs: M é igual a rede municipal e E quer dizer rede estadual									

Antes é preciso explicar que a meta do IDEB das escolas das séries finais é diferente, sendo a do estado do Rio de Janeiro de 3,7 e do município 4,4. A tabela acima mostra que só a Escola Municipal Bahia tinha em 2013 o IDEB de 3,6, enquanto as outras escolas não chegavam a três. Além disso, destaca a irregularidade dos IDEB nas escolas, onde algumas como a Escola Municipal Tenente General Napion que vira escola do Estado a noite começa com o IDEB 2,4 e cai em 2009 para 1,5 e em 2013 não apresenta nota. E mais uma vez comparando as escolas da Maré com as escolas do entorno ao seu território, observamos, mais uma vez, que as escolas de fora ao território tinham um IDEB maior, como é o caso da Escola Municipal Dilermando Cruz com 3,9 e Escola Municipal Pedro Lessa com 4,8. E na Maré, em 2013 apenas uma escola se aproximou.

As escolas ao passarem por um processo de expansão vão se revelando as desigualdades do sistema que estão inserido, porém são as escolas dos mais pobres que são mais afetadas, pois como nos lembra Peregrino (2009)

Em síntese, percebe-se a criação de uma espécie de “sistema precário de escolarização” que atravessa tanto o Ensino Fundamental quanto o Médio. Este “sistema” é marcado por processos de escolarização de baixa infraestrutura e insuficiente formação acadêmica que a escola consegue oferecer e na socialização que possibilita. Uma das peculiaridades deste processo é que os jovens, em especial os jovens pobres, vem sendo os mais atingidos por ele.(PEREGRINO,2009,p.11)

Aqui, queremos chamar atenção para um fato, dizer que as escolas do Ensino Fundamental são espaços educativos que possuem uma nota baixa, não é a mesma coisa que dizer que os alunos sejam sujeitos que apresentam um nível intelectualmente baixo

por natureza. Estamos dizendo que a Educação na Maré, da forma que vem se desenvolvendo, desperdiça o potencial intelectual que tem. E no caso das favelas se agravam-se dado ao imaginário social que os profissionais da educação têm de seus alunos, onde acabam por estigmatizar seu público por conta do endereço. Como alude Farage (2012):

“[...] A inserção nas escolas públicas da Maré, inicialmente como assistente social e posteriormente como coordenadora do Programa Criança na Maré, possibilitou identificar as percepções dos professores sobre os alunos e sobre o território. Algumas hipóteses começaram a fazer sentido, em especial no que se refere a falta de perspectiva de continuidade de estudos, reforçada pela escola junto aos alunos. Parte dos professores, em 8 das 16 escolas públicas da Maré, em seu cotidiano reforçava o imaginário e o senso comum construído sobre a favela. Reafirmavam que os seus moradores não tinham condições de ocupar outro lugar na vida e na sociedade que não seja o de subalternidade. Nesse sentido, o incentivo à continuidade dos estudos não estava posto no discurso e na prática da maior parte dos docentes das escolas públicas do interior da Maré. O discurso e a prática de alguns professores reforçavam a idéia de que a universidade não é algo acessível para alunos de espaços populares. Por esse motivo, elas não incentivavam e não criavam a perspectiva do ensino superior junto às famílias, já que isso, seria *“mais uma ilusão em suas vidas”*, como declarou certa vez uma diretora de escola.” (FARAGE,2012,p.17 e 18)

Sendo assim, é preciso cuidado ao analisar os jovens de favela, pois se de um lado temos instituições e grupos que rotulam os jovens por causa de seus endereços restringindo as ofertas de serviços e direitos, por outro lado temos, uma juventude favelada criando rotas e adentrando o cenário político disputando e demandando políticas públicas para seus territórios, que, inclusive venha reverter esse quadro. Aqui, não adentraremos no debate sobre os efeitos de uma escola de baixa qualidade no desenvolvimento psicomotores nos alunos, dada a complexidade que exige o tema, entretanto, trouxemos a fim de expor a complexidade da questão. Pois como coloca a própria Weller (2014)

“[...] é preciso certo cuidado na análise do que são esses propósitos ou projetos vitais, para não correremos o risco de atribuir falta de sentido às biografias de jovens que não apresentam envolvimento em questões sociais ou coletivas consideradas *“mais nobres”* ou de maior alcance. Os jovens brasileiros vivem situações bastantes diversas”(WELLER, 2014,p.140)

Leão, Dayrell e Reis (2011) ao estudar os Projetos de vida do Ensino Médio, conferem à categoria projeto algo menos sistemático, entendendo que:

“[...] o projeto de vida seria uma ação do indivíduo de escolher um, entre os futuros possíveis, transformando os desejos e as fantasias que lhe dão substância em objetivos passíveis de ser perseguidos, representando, assim, uma orientação, um rumo de vida. Nesse sentido, o projeto não deve ser entendido como resultado de um cálculo matemático, estrategicamente

elaborado, ou de um processo linear, como esta presente no senso comum. (LEÃO, DAYRELL E REIS,2011,p.1071)

Para os autores os projetos estariam mais no campo da subjetividade, ou seja, para eles os sujeitos, neste caso os jovens, não fazem uma planilha de seus sonhos com etapas, metas e prazos nem tão pouco como um cálculo. Eles sonham e dentro os sonhos a realização relaciona-se diretamente com as condições econômicas e sociais a que os jovens estão expostos. Remetendo os projetos a um *plano de ação* que o indivíduo se propõem realizar num determinado limite de tempo, (idem,2011:1071) que pode ser em um curto, médio ou longo prazo.

Gilberto Velho (1994) estudou os projetos e os campos de possibilidades para entender as mudanças que vem acontecendo na sociedade que ele denominou como “sociedade complexa”<sup>65</sup>. Mas também estudou para entender as trajetórias e biografias dos sujeitos. Sendo assim, entendeu que;

“O projeto é a antecipação no futuro dessa trajetória e biografia, na medida em que busca, através do estabelecimento de objetivos e fins, a organização dos meios através dos quais esses poderão ser atingidos. [...] O projeto e a memória associam-se e articulam-se ao dar significados à vida e às ações dos indivíduos, em outros termos, à própria identidade.” (VELHO, 1994, p. 101).

Para o autor os projetos não nascem do nada, eles articulam: passado, presente e futuro (memória) e ao campo de possibilidade.

“[...] Os indivíduos modernos nascem e vivem dentro de culturas e tradições particulares, com seus antepassados de todas as épocas e áreas geográficas. Mas de um modo inédito, estão expostos, são afetados e vivenciam sistemas de valores diferenciados e heterogêneos. Existe uma mobilidade material e simbólica sem precedentes em sua escola e extensão.” (Idem, idib,p.39)

E sem ignorar as diferenças econômicas, sociais, culturais provocadas pelo mundo capitalista o campo de possibilidade também é compreendido como a oportunidade/ alternativa que os sujeitos têm ou não no processo histórico. Nesse sentido Luca, Oliveira Chiesa (2014:08) ao estudarem Gilberto Velho aludem que o campo de possibilidade é um “rol de alternativas” que se coloca na vida dos sujeitos a partir da rede de relações que o sujeito tem e faz em função dos seus projetos.

Nesse sentido, os projetos como prospecções sobre o futuro são motivações e ferramenta de ampliação de seu campo de possibilidade, ou seja, se um indivíduo que

---

<sup>65</sup> - Para Gilberto Velho a sociedade complexa se “definia” pela “coexistência de diferentes estilos de vida e visões de mundo” numa mesma sociedade. Para saber mais ver, Projetos de metamorfose: Antropologia de uma sociedade complexa.

veio de uma escola com IDEB baixo, ao projetar-se entrando na universidade, pode vir à procurar um curso preparatório e este oportunizar as condições que lhe carencem para o ingresso na universidade. Mas o sujeito também pode deparar-se com demandas até então não colocadas, como por exemplo, compreender que o sistema escolar de sua comunidade está submetido a um sistema maior, pois o curso preparatório além de oferecer as condições básicas para ingressar na universidade, também abordou a estrutura da sociedade.

Sem discordar dos autores, compreendemos os Projetos de Vida como “devaneios”, sonhos e prospecções que os sujeitos sociais, independentes de sua idade e classe social, fazem em relação ao seu futuro estando ligados à educação, profissão, inserção no mundo do trabalho, composição familiar e a sua inserção política e social no mundo. Porém, o arco de elaboração (tipos de projetos), e a execução dos projetos de vidas estão diretamente associados ao campo de possibilidades que o indivíduo esteve e está exposto ao longo da sua trajetória. Por isso, Velho apontava

“Campo de possibilidades trata do que é dado com as alternativas construídas do processo sócio-histórico e com o potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura. (...)” (VELHO, 2003, p.28).

Lukács (1972) não estudou projetos de vida, mas ao estudar as bases ontológicas do ser social, e, ela pode nos ajudar a entender a questão, pois se os projetos existem, e eles dependem de base material e relações sociais para acontecer, podemos dizer que:

“[...] Todo ato social, portanto, surge de uma decisão de alternativas acerca de posições teleológicas futuras. A necessidade social só se pode afirmar por meio da pressão que exerce sobre os indivíduos (frequentemente de maneira anônima), a fim de que as decisões deles tenham uma determinada orientação. Marx delineia corretamente essa condição, dizendo que os homens são impelidos pelas circunstâncias a agir de determinado modo “sob pena de se arruinarem”. (LUKÁCS, 1972,p.07)

Delimitamos assim, por entender que os projetos podem mudar ao longo da vida, em função do campo de possibilidade (condição socioeconômica), visto que um jovem de origem popular que sonha em ser médico, ao se deparar com as dificuldades para ingressar e manter-se numa faculdade, de medicina pode vir a mudar de Projeto, escolhendo uma carreira que permitir entrar na universidade e assim concluí-la. Ou pode insistir, afetando o tempo delimitado ou imaginado por ele. Nesse sentido os prazos são flexíveis, impostos externamente ou internamente, pois o jovem pode imaginar-se saindo do ensino médio e entrando na universidade, e não passar no vestibular tendo assim que alterar o prazo. Ou pode ter que adiar a entrada na

universidade por que as condições econômicas anteciparam a entrada no mundo do trabalho.

Eles também são fruto das relações sociais entre os sujeitos, isto é, um jovem pode desenhar seu projeto de vida a partir de uma relação de proximidade com um professor da escola, com um colega de curso, ou porque tem alguém na família que entrou para universidade ou mesmo porque se sente envolvido numa causa política. Entretanto, não podemos ignorar que entre o sonho e a materialização dele, existe um percurso, onde para determinados jovens, em especial das classes populares e favelas, entre o sonho e a materialização, há uma abismo.

### **3.2 O campo da pesquisa e seus aprendizados**

Esta pesquisa tem como campo a Favela da Maré, tendo como objeto, os jovens que se encontram na última série do Ensino Médio (3ºano), que estudam naquela que foi a primeira<sup>66</sup> escola da Maré a oferecer, dentro do território, o Ensino Médio nos três turnos. Onde o objetivo geral foi levantar: **“Quais são e a partir de que suportes são construídos os projetos de vida dos jovens do Complexo de Favelas da Maré que se encontram na última etapa do ensino médio?”**. E para apurar a(s) questão levantadas aplicamos um questionário nas turmas do último ano do Ensino Médio. Neste caso, estamos falando de quatro turmas, duas no período da manhã e duas no período da noite.

Ao todo foram aplicados 89 questionários, sendo 45 no período da manhã e 44 no período da noite. Salientamos que este trabalho não é uma pesquisa quantitativa, nem tão pouco um estudo de caso, enquadrando-se no perfil de uma pesquisa qualitativa. Onde a “preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, (...)” (Goldenberg, 2004, p.14).

Como já falamos no início deste trabalho a pesquisa tinha como objetivo pesquisar, também, os projetos de vida dos jovens que se preparavam para entrada na

---

<sup>66</sup> A escola onde estão localizados os jovens aqui estudados foi à primeira escola a oferecer o Ensino Médio no território da Maré nos períodos da manhã e tarde. Pois até a sua construção o que se tinha dentro da favela eram escolas (e há ainda hoje), do Ensino Fundamental, onde duas delas no período da noite ofertavam o Ensino Médio, como é o caso das Escolas Municipal Bahia e Tenente General Napion que até hoje oferecem esta modalidade.

universidade, e esses jovens se encontravam no Curso Pré-Vestibular da Redes da Maré (CPV-REDES DA MARÉ). E apesar de não estarem submetidos a Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC), que demorou a autorizar o início do campo na escola, não foi possível aplicar o questionário nos alunos do CPV-REDES DA MARÉ. Uma vez que, como metodologia de campo resolveu-se aplicar os questionários nos dois grupos ao mesmo tempo. Sendo assim, quando retornamos no pré-vestibular já não havia um quantitativo de alunos considerável, pois boa parte deles já tinha prestado o vestibular.

Apesar disso, o contato inicial com eles fora fundamental para o aprimoramento do questionário, pois enquanto a SEEDUC não nos permitia entrar na escola, aplicamos em meados de 2014 no CPV-REDES DA MARÉ um questionário exploratório. E ao analisar as respostas do primeiro questionário exploratório, percebemos que havia algumas lacunas sobre a trajetória escolar dos alunos, o que envolve basicamente em levantar quando entraram na escola pela primeira vez, se havia alguma repetência em suas trajetórias e se os jovens faziam algum tipo de curso para além da escola. Além disso, as questões sobre projetos de vida e os suportes precisaram ser reelaboradas, de modo que a partir das respostas dadas por eles pudéssemos compreender quais são os projetos “as condutas organizadas para atingir determinado fim” (VELHO,1994, p.41).

Para chegar ao questionário definitivo recorremos a outros questionários e pesquisas, como por exemplo, o questionário de Amostra Domicílio do Censo IBGE 2010, a pesquisa Agenda Juventude Brasil 2013 SNJ, e ao questionário Jovem Fora de Série coordenado pela Professora Mônica Peregrino. Diante desse material foi possível observar como se faz pesquisa com as Juventudes, notando que as perguntas são feitas aos jovens são elaboradas para que eles possam obter simpatia em responder ao questionário. Além disso, elas serviram de base para entender como se configura a juventude no Brasil e no Rio de Janeiro.

Portanto, os dados referentes a esta pesquisa são fruto de 89 questionários aplicados junto aos jovens que se encontram na última etapa do Ensino Médio. Ele possui um total de 84 perguntas<sup>67</sup>, sendo algumas abertas e outras fechadas. Ele foi dividido em quatro blocos, onde o primeiro trata do **Perfil do Entrevistado** e tinha como meta levantar quem eram os jovens que estavam na escola de modo que as perguntas estão organizadas em; perfil socioeconômico, composição familiar, religião, relação com o mundo do trabalho dos jovens.

---

<sup>67</sup> - O questionário da pesquisa encontra-se em anexo.

No segundo bloco trabalhamos a **Trajetória Escolar do Entrevistado** com objetivo de apanhar a relação dele com a escola, tentando compreender se haviam repetido de serie ou não; quais eram os motivos dessa repetência, em que escola haviam estudado na primeira fase do Ensino Fundamental, se abandonaram e etc. Já a parte três **Juventude e Relação com o Território** desejamos compreender a relação dos jovens com o território a fim de perceber como se dão as territorialidades na perspectiva de Haesbeart, (2004), ou seja, há apropriação do território por parte dos jovens? E se ele é fonte de recursos, ou seja, o território viabilizam suportes para construção de seus projetos? O território é um campo de possibilidade aberto ou restrito? E por fim o bloco **Juventude e Projetos de Vida**, para aferir quais eram esses projetos e quem ajudava a construir.

A escola em questão está localizada ao final de uma das comunidades da Maré, chamada Parque União. Essa comunidade surge em 1961, e foi ocupada por moradores e em seguida “apropriada” por Magno Torres, um advogado ligado ao Partido Comunista do Brasil (PCB) que já vinha atuando na comunidade próxima (Rubens Vaz). Este, ao demarcar os terrenos começou a vendê-los para os moradores, justificando que o dinheiro era para custear seus honorários e trazer melhorias para a comunidade. Segundo Teodosio (2006) e Vaz (1994), esse advogado teve uma atuação significativa para consolidação da comunidade visto que além de ajudar na organização da ocupação do espaço, atuou como advogado dos moradores, impedindo que as autoridades derrubassem os barracos, pois todas as vezes que os militares ou os policiais adentravam a comunidade com o intuito de derrubar as casas de alvenaria ou os barracos, ele exigia das autoridades os documento legais, e esses nunca os tinham.

Entretanto, Magno não fora apenas um “protetor” dos moradores, ele estabeleceu regras locais que vão desde a proibição de casas de jogos e prostituição, á construção de novos barracos, pois para “suspender” algum barraco era preciso antes a sua autorização<sup>68</sup>. E devido a problemas políticos acabou deixando a comunidade.

No início da década de 1980 os militares conseguiram expelir um mandato para a desocupação do terreno. Para impedir tal ato, foram enviadas cartas ao então presidente João Figueiredo, que depois de muita resistência, por parte dos moradores, descartou a possibilidade de expulsá-los. E até o final da década de 1990 era possível ver no final da comunidade alguns barracos, que aos poucos foram acabando e dando

---

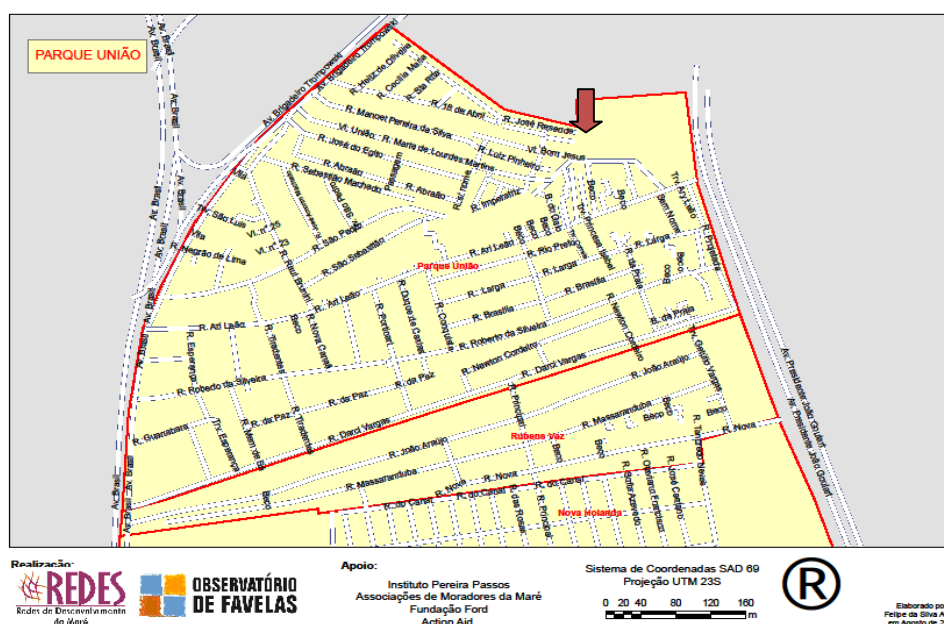
<sup>68</sup> Para saber mais ver, Santos 2013, Teodosio 2006 e Vaz 1994.



lugar a casas de alvenaria. Hoje é uma das comunidades mais populosas da Maré, com 16.411 moradores ocupando 5.757 domicílios, segundo os dados do Censo IBGE 2010. Além disso, é a segunda comunidade com a melhor renda da Maré, perdendo apenas para o Morro do Timbau e possui 90 % das ruas asfaltadas. Sua população é basicamente composta de trabalhadores oriundos do nordeste, que vieram para trabalhar na construção da Avenida Brasil.

É no meio dessa história que está localizada a nossa escola, e como veremos no mapa, trata-se de um lugar de difícil acesso, pois ela não está na entrada da comunidade, está ao final, localizada numa área distante de qualquer via de acesso, dificultando a saída e circulação de alunos e professores, nos momentos em que ocorre tiroteio na favela. Do mesmo modo, dificulta a entrada de professores na favela, quando o clima parece hostil. Trata-se de uma escola que surge em 1994.

**Figura 02 - Mapa da comunidade do Parque União na Maré**



*Fonte: Arquivos da Redes de Desenvolvimento da Maré*

Da questão que mais me chamou a atenção na “Arte de fazer Pesquisa” - parafrazeando Mirain Goldenberg - num território que me é tão próximo, destaca-se a necessidade que o pesquisador tem de estar sempre reconstruindo a sua relação com o campo e com o objeto. Pois ficou claro que mesmo sendo moradora da Maré há 32 anos, era preciso (re) aprender a olhar a Maré e os jovens como uma pesquisadora, ou seja, ter estranhamento perante a forma como cada peça da pesquisa se move. Do mesmo modo, estranhar e compreender como elas se conectam. Foi preciso aprender

que a escola, assim como outras instituições do território, faz de início uma malha com pontos tão finos, que se você não souber anunciar seus objetivos você não entra nesses espaços, pois mais que uma aprovação, de certo modo, é preciso que as instituições sintam-se pertencentes a esse projeto, pois são elas que nos ligam, neste caso, ao nosso objeto, os jovens.

Como estratégia de pesquisa sempre que adentrava na sala de aula contava minha trajetória aos alunos. Dizia que havia estudado naquela escola, que tinha ido para a universidade, me formado e como meu objetivo era me tornar professora universitária, precisava trilhar alguns caminhos, e aquele era um desses. Explicava o que era o mestrado, e o que tinha que fazer para entrar. Explicava sobre meu projeto dando ênfase ao olhar, com que significativa parte da sociedade olha a favela, e ia fazendo isso como se estivesse dando uma aula sobre favela e juventude. Abria espaço para interação, onde eles debatiam, de forma bem breve, sobre as visões colocadas. E por fim, apelava, pois dizia a eles que não tinha como lhes dar algo em troca, mas sem a participação deles eu não concluiria aquela etapa, então, dos alunos que estavam em sala apenas dois não quiseram responder ao questionário.

### **3.3. O perfil do grupo estudado: As juventudes da escola de Ensino Médio da Maré**

Costuma-se dividir a juventude em grupos etários<sup>69</sup> demarcando que existem diferenças, vivências e necessidades específicas em cada tempo da juventude. No Brasil, os grupos forma se organizando da seguinte forma: as faixas etárias de 15 a 17 anos (jovem-adolescente) destacando-se o processo de transição do fim da infância para entrada na adolescência, as faixas etárias de 18 a 24 anos (jovem-jovem) chamam a atenção pelas mudanças na personalidade, comportamento. E as de 25 a 29 anos (jovem adulto) costumam enfatizar a relação destes sujeitos com as instituições.

Dizer que existem divisões e demarcações em cada etapa da vida, não significa dizer que eles se excluam, ou seja, se um jovem estiver na faixa de 18 a 24 passando por mudanças na personalidade, não quer dizer que e ao chegar aos 25 anos elas não ocorram, pois a vida não são módulos estanques, que ao concluir um etapa você passe

---

<sup>69</sup> Normalmente algumas instituições reconhecem como jovem as pessoas que estão na faixa etária de 15 a 24 anos, como o IBGE. Toda via, a juventude brasileira é tida como os sujeitos que estão na faixa etária de 15 a 29 anos.

automaticamente para outro. Ainda mais em sociedade desiguais como as nossas, onde os sujeitos, pelas condições de vida acabam “pulando de fase”.

Desta forma o grupo aqui estudado, é composto por 17% jovem-adolescente e 83% de jovem-jovem, ou seja, é um público que está passando pelas mudanças na personalidade, revendo e questionando valores.

**Tabela 07 – A tabela de idade dos alunos estudados: 16 a 22 anos**

Tabela de Idade dos alunos estudados: 16 a 22 anos		
Idade	Frequencia	Porcentagem (%)
16 ANOS	1	1%
17 ANOS	14	16%
<b>18 ANOS</b>	<b>41</b>	<b>46%</b>
19 ANOS	15	16%
20 ANOS	10	11%
21 ANOS	5	6%
22 ANOS	3	4%
Total	89	100%

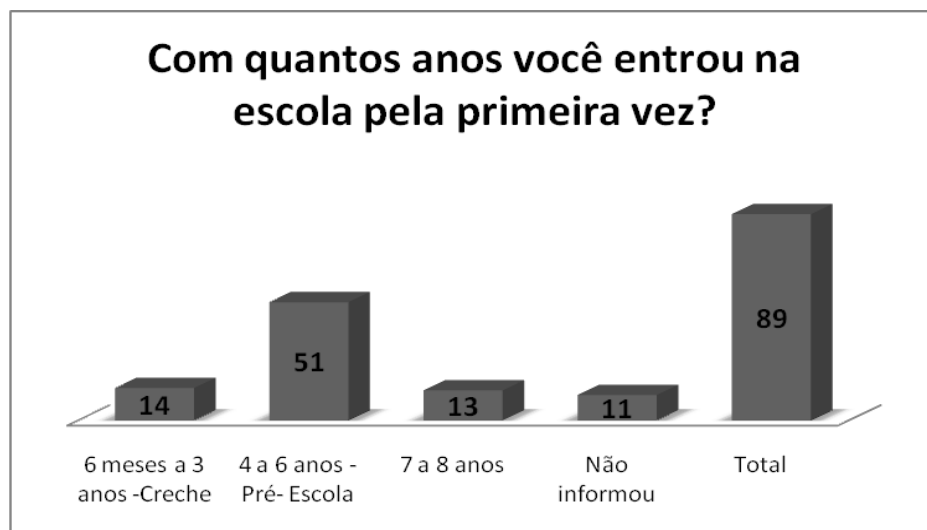
*Fonte: Pesquisa juventude do Ensino Médio na Favela da Maré*

Cabe destacar que 46% dos jovens aqui pesquisados têm 18 anos de idade, o que quer dizer que eles estão saindo da adolescência e entrando para juventude. *“O jovem não é um pré-adulto. Pensar assim é destituí-lo de sua identidade no presente em função da imagem que projetamos para ele no futuro.”*(DAYRELL E CARRANO,2014,p.106).Então não é por acaso, que existe um choque entre a juventude e a escola, pois muitas das vezes, a escola sem compreender que existem Juventudes com vivências e experiências distintas, e que os grupos juvenis não formam um grupo coeso, não compreende o jovem que tem no aluno.

Quando recorremos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei nº 9394 de 20/12/1996 a fim de identificar a idade indicada para conclusão do Ensino Médio, 17 anos, observamos que apenas **17% iriam concluir à educação básica na idade “esperada”**, ficando de fora 83% dos alunos. Entretanto já apontamos que os alunos de

18 anos são maioria aqui (46%), então se somarmos os dois maiores conjuntos que é formado pelos jovens de 17 anos (16%) e os de 19 anos (16%) passamos a ter 78% dos jovens dentro da faixa ou ligeiramente acima da faixa etária esperada para conclusão do Ensino Médio. E levando em conta que muitos alunos aqui estudados completam 18 anos no meio do ano, o quadro idade-série se inverte. E para isso recorreremos à pergunta feita no questionário: “Com quantos anos você entrou na escola pela primeira vez? E a resposta que obtivemos foi que dos 89 jovens, 14 deles haviam freqüentado creches e 51 pré-escola. Ou seja, de 89 jovens 65 (73%) tiveram educação pré-escolar.

#### **Gráfico 04 - Idade que entrou na escola pela primeira vez?**



*Fonte: Pesquisa juventude do Ensino Médio na Favela da Maré*

Além disso, notamos que 84% nunca haviam repetido o ensino fundamental. Sendo possível chegar à conclusão que 56 dos alunos (63%) estavam concluindo na idade esperada, enquanto 37% estavam fora.

Ou seja, se a Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, declara a obrigatoriedade da entrada na escola ao seis anos de idade, podemos dizer que 73% dos alunos entraram na idade certa, enquanto 27% só entraram na escola a partir dos sete anos de idade. Cabe ressaltar que dos que entraram na escola com sete anos de idade, o que soma um total de oito alunos. Destes, seis eram homens e duas eram mulheres. Sendo quatro estudantes da noite, e quatro do período da manhã. Dos cinco restantes que entram na escola aos oito anos de idade, dois eram homens e três eram mulheres, sendo quatro estudantes do turno da noite. Podendo assim concluir que a entrada tardia na escola do

grupo aqui estudado é composta majoritariamente de homens, e que a maioria deles estudam á noite.

Segundo as pesquisas do Censo Demográfico 2010 no que se refere á educação e deslocamento, é possível apurar que entre as pessoas de 7 a 17 anos no país, havia um declínio muito sutil na evasão escolar. Aqui, ao verificar o sexo dos jovens notou-se que os alunos concluintes são majoritariamente do sexo feminino 53%, e que 47% são do sexo masculino. Dialogando este dados com a pesquisa mencionada acima é possível ver que são os homens que compõem o grupo que menos frequenta a escola.

**Tabela 08 - Percentual de pessoas que não frequentavam escola na população de 7 a 14 anos e de 15 a 17 anos de idade, segundo o sexo e a situação do domicílio- Brasil- 2000/2010**

<b>Tabela 15 - Percentual de pessoas que não frequentavam escola na população de 7 a 14 anos e de 15 a 17 anos de idade, segundo o sexo e a situação do domicílio - Brasil - 2000/2010</b>				
Sexo e situação do domicílio	Percentual de pessoas que não frequentavam escola (%)			
	Na população de 7 a 14 anos de idade		Na população de 15 a 17 anos de idade	
	2000	2010	2000	2010
<b>Total</b>	5,5	3,1	22,6	16,7
<b>Sexo</b>				
Homens	5,8	3,3	22,6	16,8
Mulheres	5,1	2,9	22,5	16,6
<b>Situação do domicílio</b>				
Urbana	4,0	2,8	19,6	15,6
Rural	10,6	4,6	34,0	21,7

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.  
Nota: Dados de 2000 e 2010 harmonizados.

Apesar das mulheres serem a maioria na escola, é sabido que não ocupam a mesma condições que os homens, já que ao perguntarmos se eles tinham filhos, dos 89 que responderam a questão, apenas nove tinham filhos, o que representa 10% do universo pesquisado. Desses, **dois eram homens** (uma pardo e um negro, ambos solteiros) e **sete são mulheres**, 3 negras (uma solteira, uma casada, e uma em união estável) e 4 são pardas (três solteiras e uma em união estável).

É perceptível que a população do Rio de Janeiro seja majoritariamente parda e negra, no entanto, os dados do Censo IBGE 2010 confrontam o que percebemos no

cotidiano. Como podemos observar no quadro abaixo.

**Tabela 09 -Percentual da população residente, segundo a cor ou raça Município do Rio de Janeiro e bairros selecionados Ano 2010**

Percentual da população residente, segundo a cor ou raça						
Município do Rio de Janeiro e bairros selecionados						
Ano 2010						
Município do Rio de Janeiro e bairros selecionados	Total	Branca	Parda	Preta	Amarela	Indígena
Rio de Janeiro – RJ	100,0%	51,2%	36,5%	11,5%	0,7%	0,1%
Rio de Janeiro – RJ- Jovem de 15 a 29 anos	100,00%	47,1%	<b>39,4%</b>	<b>12,5%</b>	0,9%	0,1%
Flamengo - Rio de Janeiro – RJ	100,00%	81,7%	13,5%	3,5%	1,1%	0,2%
Flamengo- Jovem de 15 a 29 anos	100,00%	79,7%	<b>15,3%</b>	<b>3,5%</b>	1,2%	0,2%
Gávea - Rio de Janeiro – RJ	100,00%	84,5%	11,8%	3,3%	0,3%	0,0%
Gávea- Jovem de 15 a 29 anos	100,00%	81,7%	<b>14,4%</b>	<b>3,7%</b>	0,2%	0,1%
Vidigal - Rio de Janeiro – RJ	100,00%	40%	45,3%	13,7%	0,9%	0,1%
Vidigal - Jovem de 15 a 29 anos	100,00%	37%	<b>47%</b>	<b>15%</b>	1%	0%
Manguinhos - Rio de Janeiro – RJ	100,00%	34%	48%	16%	1%	0%
Manguinhos - Jovem de 15 a 29 anos	100,00%	33%	<b>50%</b>	<b>16%</b>	1%	0%
Bonsucesso - Rio de Janeiro – RJ	100,00%	59%	31%	9%	1%	0%
Bonsucesso- Jovem de 15 a 29 anos	100,00%	55%	<b>34%</b>	<b>9%</b>	2%	0%
Ramos	100,00%	54%	37%	9%	1%	0%
Ramos -Jovem de 15 a 29 anos	100,00%	50,4%	<b>39,7%</b>	<b>9,1%</b>	0,7%	0,1%
Rocinha - Rio de Janeiro – RJ	100,00%	39,5%	49,3%	10,3%	0,8%	0,1%
Rocinha -Jovem de 15 a 29 anos	100,00%	38,8%	<b>49,7%</b>	<b>10,4%</b>	1,0%	0,1%
Complexo do Alemão	100,00%	33,3%	48,6%	17,3%	0,8%	0,1%
Complexo do Alemão- Jovem de 15 a 29 anos	100,00%	31,8%	<b>49,6%</b>	<b>17,6%</b>	1,0%	0,1%
Maré	100,00%	37,6%	49,7%	11,7%	0,9%	0,1%
Maré- Jovem de 15 a 29 anos	100,00%	36,4%	<b>50,7%</b>	<b>11,7%</b>	<b>1,2%</b>	0,1%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

A tabela diz que a população do município do Rio de Janeiro é majoritariamente branca com quase 52% da população, enquanto a população que conseiredamos negra (negros e pardo) é de 48%. Mas essa não é a conformação dos diversos territórios da cidade. Fazendo uma comparação entre as Zona Sul (Flamengo e Gávea) e a Zona Norte (Bonsucesso e Ramos) nota-se que a média da cidade continua, porém os bairros

da Zona Norte aqui selecionados tem uma proporção de Negros maior que a de branco, pois se nos territórios da Zona Sul os negros representam a minoria como no Flamengo (17%) e na Gávea (15,1%) da sua população declarada negra. Nos bairros da Zona Norte como Bonsucesso tinhamos 40 % e em Ramos 46% de Negros.

Em relação os bairros e favelas a proporção inverte-se, pois enquanto nos Bairros da Zona Sul e Norte a população é majoritariamente branca, nas favelas como mostra a tabela acima, as favelas não mais negras com 59% no Vidigal, 64% em Manguinhos, 66% do Complexo do Alemão e na Maré 61,4%. Ou seja, afirmar que a população do Rio de Janeiro seja branca não é um equívoco se os dados dizem isso, mas não podemos afirmar que em todos os territórios da cidade do Rio de Janeiro, a população seja branca, pois os dados não nos dizem isso. Ele diz que no espaço da cidade existem vários quilombos nela, e que a disparidade de raça revela a desigualdade na oferta de serviços e direitos, pois as áreas da Zona Sul estão as pessoas com melhores rendas e com melhores ofertas de serviço.

**Além disso**, quando separamos todas as idades, sobretudo a juventude, observa-se que a juventude mesmo que de forma incipiente tende a se declarar mais preta e parda (negra) que as outras idades. E embora os bairros da Zona Sul e da Zona Norte aqui selecionados sejam composto de brancos, chama a atenção a auto-declaração da juventude, pois eles tendem, a se auto-declarar mais pretos e pardos. Essa informação não foi exclusiva aqui, este tem sido um dado recorrente nas pesquisas feitas<sup>70</sup> com os jovens, em especial quando são eles que respondem o questionário.

E foi o que observamos no questionário aqui aplicado, onde **66,5% dos alunos se declararam negros e pardos e 29% brancos**. Aqui não pretendemos explorar a questão, dada a complexidade que exige o tema, nosso objetivo é mostrar quem habita as favelas e conseqüentemente a escola. Entretanto os dados trazem indagações do tipo: Por que os jovens pardos e negros vem se identificando e se autodeclarando negros? E segundo o Censo Ibge 2010,

Nos últimos dez anos, a população teve sua estrutura modificada em termos de cor ou raça. Destaca-se uma **menor proporção** de pessoas que se declaram brancas e **uma maior proporção das pessoas que se declaram como pretas ou pardas**. Esse conjunto passou de 44,7% da população, em

---

<sup>70</sup> Os dados da pesquisa Agenda Juventude Brasil 2013: pesquisa nacional sobre o perfil da e opinião dos jovens brasileiros, realizado pela Secretária Nacional de Juventude. Aponta que de seis a cada dez entrevistados jovens, declararam-se pretos ou pardos o que representava 60% dos entrevistados, quanto 34% declararam-se brancos e outros 6% eram amarelos e indígenas. Segundo eles “há uma tendência, nessa geração, de maior identidade racial entre os jovens negros, acompanhado o aumento da visibilidade da questão racial no país e das políticas de afirmação racial.”(Brasília:SNJ,2014,pg.17)

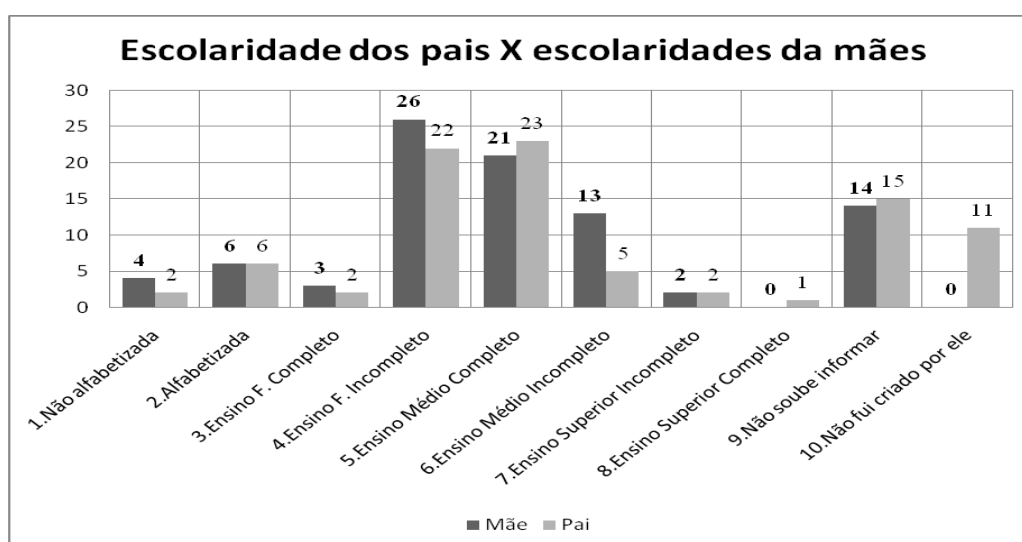
2000, para 50,7%, em 2010(...). Entre as hipóteses para explicar tal dinâmica, pode-se destacar uma ressignificação da identidade afrodescendente. Os grupos de amarelos e indígenas corresponderam a menos de 1%. (Censo Demográfico 2010 Educação e deslocamento resultado da amostra,2010,p.124)

Mas isso não significa dizer que a desigualdade racial tenha desaparecido, pois a mesma pesquisa mostra que o grupo mais afetado em termos educacionais, com 10 anos ou mais de idade sem acesso á educação, ou com ensino fundamental incompleto são compostas de negros e pardos, pois enquanto em 2010, 42,8% dos brancos não tinham instrução e nem havia concluído o ensino fundamental no país, na população declarada negra esse número chegava a 56,8% e nos pardos 57,3%.

### 3.3.1 - Escolaridade dos pais: Um efeito quase cascata na escolarização dos filhos

A escolaridade dos pais está concentrada no Ensino Fundamental, entretanto as mães são maioria número na primeira fase do Ensino Fundamental(1ºao 5º anos). Já no Ensino Médio completo os pais tem mais escolaridade, mas mesmo assim elas cotinuum sendo dominantes, visto que no Ensni Médio incompleto os pais são menos escolarizados que elas. No Ensino Superior temos um empate entre pais e mães no que refere ao nível superior incompleto, entretanto no nível superior completo, não há mães.

**Gráfico 05 - Escolaridade do pai x escolaridade da mãe dos jovens estudados**



Fonte: Pesquisa juventude do Ensino Médio na Favela da Maré



Mas estes números ainda são tímidos, visto que 58% dos jovens tem uma escolaridade igual ou superior a da mãe, e no caso dos pais estes representam 54%. E quando perguntado se alguém da família possuía nível superior, dos 89 alunos, 60 disseram que não, quatro não responderam e apenas 25 disseram ter alguém na família com nível superior. A fim de compreendermos melhor como essa informação se distribui de acordo com a idade, cruzamos as idade com a relação de parentesco e obtivemos a seguinte tabela:

**Tabela 10 – Percentuais de quem da família possui Nível superior de acordo com o grau de parentesco e a idade dos alunos**

Quem da família possui Nível superior de acordo com o grau de parentesco e a idade dos alunos											
			Idade						Total		
			16 ANOS	17 ANOS	18 ANOS	19 ANOS	20 ANOS	21 ANOS		22 ANOS	
Quem (possui nível superior)- categorizado	Mãe	Contagem	0	0	1	0	0	0	0	1	
		% do Total	0,0%	0,0%	1,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,1%	
	Pai	Contagem	0	0	1	0	0	0	0	1	
		% do Total	0,0%	0,0%	1,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,1%	
	Irmãos	Contagem	0	0	4	2	1	0	1	8	
		% do Total	0,0%	0,0%	4,5%	2,2%	1,1%	0,0%	1,1%	9,0%	
	Primos	Contagem	0	3	1	0	1	0	0	5	
		% do Total	0,0%	3,4%	1,1%	0,0%	1,1%	0,0%	0,0%	5,6%	
	Tios	Contagem	0	1	5	3	1	0	0	10	
		% do Total	0,0%	1,1%	5,6%	3,4%	1,1%	0,0%	0,0%	11,2%	
	Não se aplica	Contagem	1	9	29	10	7	5	1	62	
		% do Total	1,1%	10,1%	32,6%	11,2%	7,9%	5,6%	1,1%	69,7%	
	NR	Contagem	0	1	0	0	0	0	1	2	
		% do Total	0,0%	1,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,1%	2,2%	
	Total		Contagem	1	14	41	15	10	5	3	89
			% do Total	1,1%	15,7%	46,1%	16,9%	11,2%	5,6%	3,4%	100,0%

A tabela mostra que dos 25 que disseram ter alguém na família com nível superior, 56% estava na mesma geração deles (irmão e primos) e 44% numa geração acima (pais e tios). E numa composição familiar apresentada por eles, nem os tios e nem os primos, que são maioria aqui, residiam com eles na mesma casa. O que não quer dizer que estes não convivam com eles.

### 3.3.2 - Inserção no mundo do trabalho: A desigualdade entre os sexos e o trabalho como ferramenta de autonomia para juventude

Com gerações de pais de escolaridade baixa, o acesso ao mundo do trabalho pelos jovens se torna quase uma consequência, pois ao perguntarmos: Atualmente você trabalha?

**Tabela 11 – A relação dos jovens com o mundo do trabalho de acordo com o sexo**

<b>Atualmente você trabalha?</b>			
<b>Respostas dos jovens em relação ao mundo do trabalho</b>	<b>Total de homens e Mulheres</b>	<b>Total de Homem</b>	<b>Total de Mulheres</b>
Não, só estudo e não procuro emprego	8	5	3
<b>Não, mas estou procurando emprego</b>	<b>30</b>	<b>9</b>	<b>21</b>
<b>Sim, tenho trabalho fixo</b>	<b>30</b>	<b>15</b>	<b>15</b>
Sim, faço bicos/biscates	9	6	3
Sim, ajudo nos afazeres domésticos	1	1	0
Não se aplica (Nunca trabalhou)	10	5	5
Não respondeu	1	1	0
<b>Total</b>	<b>89</b>	<b>42</b>	<b>47</b>

As respostas dos jovens mostraram que dos 89 pesquisados, 30 tem trabalho fixo (15 são homens, e 15 são mulheres) e nove faziam trabalhos temporários, o famoso “bicos”, (seis são homens e três mulheres). Ou seja, a inserção no mundo do trabalho é experimentada por ambos os sexos, apesar de apenas oito dos alunos não

procurarem emprego e só estudar (cinco homens e 3 mulheres). E, se considerarmos que quem faz bico é quem procura emprego, encontram-se desempregados perceberemos que do total dos pesquisados 44% encontram-se nessa situação. Mas aqui, o que nos chama atenção, também, é a relação do sexo com o mundo do trabalho, pois elas (mulheres) eram a maioria dos desempregados o que dá um total de 24 mulheres e de 15 homens nessa situação. E como já falamos, apenas 9 (10%) do total de alunos tinham filhos. Sendo assim ao relacionar com a situação no mundo do trabalho, veremos que:

**Tabela 12 - Situação dos jovens no mundo do trabalho levando em consideração os fatores: sexo e paternidade/maternidade**

<b>Situação no mundo do trabalho levando em consideração os, fatores: sexo e paternidade/maternidade</b>		
<b>Atualmente você trabalha?</b>	<b>Homem</b>	<b>Mulher</b>
Não, mas estou procurando emprego	0	2
Sim, tenho trabalho fixo	1	3
Sim, faço bicos/biscates	1	2
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>9</b>

*Fonte: Pesquisa juventude do Ensino Médio na Favela da Maré*

Aqui ao inserimos o fator maternidade/maternidade, vimos que são elas, também, quem mais procuram emprego. Do mesmo modo que são elas que tem mais trabalho fixo. O grupo aqui pesquisado possui uma relação desigual ao mundo do trabalho, enquanto uma igualdade em relação a quem tinha trabalho fixo, ou seja, dos 30 que disseram ter trabalho fixo a metade era homem e a outra metade era mulher. Nas outras situações não, como mostrou a tabela. Mas um dado nos chama a atenção, pois dos 8 que não procuravam emprego e só estudavam os homens eram maioria e em compensação eram as mulheres que mais procuravam emprego, onde o fato paternidade tornava a relação mais desigual.

No geral, se identifica que a juventude brasileira é trabalhadora, o que quer dizer que significativa parte da juventude já experimentou o mundo do trabalho, como

aconteceu em nossa pesquisa. E os dados do Censo 2010<sup>71</sup> comprovam isso, pois 53% dos jovens do país de 15 a 29 anos trabalham, enquanto 21% procuram emprego e 36% apenas estudavam. E aqui, comprovamos esse perfil, onde 73% dos jovens já tinham realizado alguma atividade remunerada, onde a inserção no mundo do trabalho é mais precária no gênero feminino. Vale salientar que 38,8% destes que já tinham exercido alguma atividade remunerada começaram a trabalhar entre 10 a 15 anos de idade, ou seja, não tinham idade para trabalhar. Enquanto 58,5% tinham entre 16 e 18 anos e 7,7% tinham mais de 18 anos. Isto mostra que temos uma juventude trabalhadora na escola, que inicia suas atividades laborativas precocemente, tendo que assim conciliar mundo do trabalho com o mundo da escola.

E isso se comprova internamente, ou seja, quando pegamos a pesquisa sobre os Empreendimentos da Maré<sup>72</sup>, realizada pela Redes da Maré e pelo Observatório de Favelas, observamos que dos 2.953 empreendimentos comerciais, 243 empregavam pessoas com menos de 14 anos até os 17anos, o que significa dizer que dentre os 243, 22 tinham menos de 14 anos de 14 anos e 212 tinha entre 14 e 17 anos” (Censo de Empreendimentos,2014,p.59). Ao analisarmos as pesquisas, percebemos, o que não nos é novidade, que a relação da juventude pobre é marcada pelo trabalho.

### **3.3.3 – Com renda ou sem renda, o destino é o mundo do trabalho**

A pesquisa nacional com a juventude brasileira da SNJ (2013:23) mostrou que apenas 11% dos jovens tinham uma renda percapta de R\$ 1.018,00 ao mês. Ou outros jovens se dividiam em 49% deles nos extratos médios, isto é; ganhavam em torno de R\$ 500,00 a 550,00 por mês e 29% com uma renda percapta de R\$290,00 ao mês ocupando assim os extratos mais baixos<sup>73</sup>. Os dados produzidos pela SNJ nos levam a conclusão, que embora a juventude do país venha ser trabalhadora elas ainda possuem

---

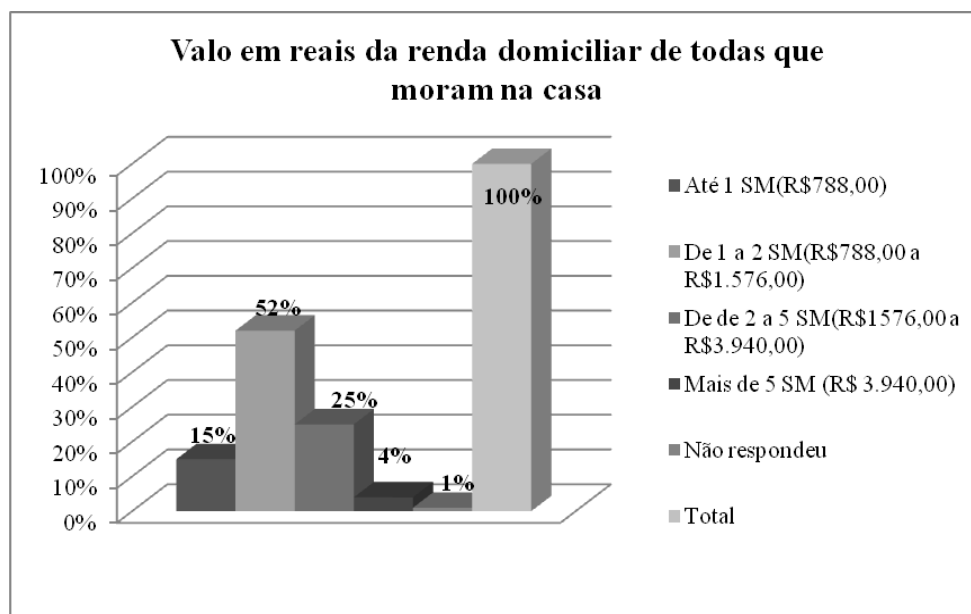
<sup>71</sup> -Para saber mais sobre esses dados ver pesquisa: Agenda Juventude no Brasil: pesquisa nacional sobre o perfil e a opinião dos jovens brasileiros/ Secretaria Nacional de Juventude. – Brasília: SNJ,2014

<sup>72</sup> -Para saber mais sobre os empreendimentos comerciais da Maré, veja; Censo de Empreendimento Maré, disponível no site:WWW.redesdamare.org.br

<sup>73</sup> - A pesquisa não mencionou qual era o perfil dos outros 11%, mas a título de informação 16% eram considerados vulneráveis e 2% o que eles denominaram como alto e alto, ou seja, os mais ricos. Para saber mais ver extratos econômicos da pesquisa: Agenda Juventude no Brasil: pesquisa nacional sobre o perfil e a opinião dos jovens brasileiros/ Secretaria Nacional de Juventude. – Brasília: SNJ,2014

uma renda percapita muito baixa. E em nossa pesquisa não foi diferente, apesar de não termos levantando a renda percapita do jovens, aos indagarmos sobre a renda da família com a pergunta: somando todas as rendas do domicílio, incluindo a sua, de quanto foi aproximadamente a renda familiar da sua casa no mês passado? A resposta foi:

#### Gráfico 06 - Renda domiciliar de todos que moram na casa



Fonte: Pesquisa juventude do Ensino Médio na Favela da Maré

Mais da metade dos jovens (52%) tem uma renda de uma a dois salário mínimos. Cabe ressaltar que a composição familiar dos jovens de nossa pesquisa era de no mínimo três pessoas, pai, mãe e irmãos, o que demonstra o quanto boa parte das famílias vivem com uma renda baixa. Mas se juntarmos os percentuais de quem declarou ganhar até um salários mínimos com os percentuais de quem declarou ganhar até salários mínimos veremos que mais da metade ( 77% ) dos jovens de nossa pesquisa tem uma renda familiar de até dois salários mínimos.

Isso nos leva a conclusão de que se a renda da juventude brasileira é baixa, a da juventude moradora de favela é ainda mais, pois já vimos neste trabalho que essa juventude chega a ganhar até três vezes menos que os jovens que moram na Zona Sul do Rio de Janeiro. Diante disso, cruzamos a renda de acordo com cada a situação deles em relação ao mundo do trabalho.

**Tabela 13 - A proporção da relação dos jovens com o mundo do Trabalho de acordo com a renda declarada**

<b>A proporção da relação dos jovens com o mundo do Trabalho de acordo com a renda declarada</b>					
<b>Relação com o Trabalho</b>	<b>Até 1 SM(R\$788,00)</b>	<b>De 1 a 2 SM(R\$788,00 a R\$1.576,00)</b>	<b>De 2 a 5 SM(R\$1576,00 a R\$3.940,00)</b>	<b>Mais de 5 SM (R\$ 3.940,00)</b>	<b>Não respondeu</b>
Não, só estudo e não procuro emprego	7,7	4,3	16	25	0
Não, mas estou procurando emprego	46,2	32,6	32	25	0
Sim, tenho trabalho fixo	7,7	39,1	36	50	0
Sim, faço bicos/biscates	7,7	17,4	0	0	0
Sim, ajudo nos afazeres domésticos	0,0	2,2	0	0	0
Não respondeu	0,0	0,0	4	0	0
Nunca trabalhou	30,8	4,3	12	0	100
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

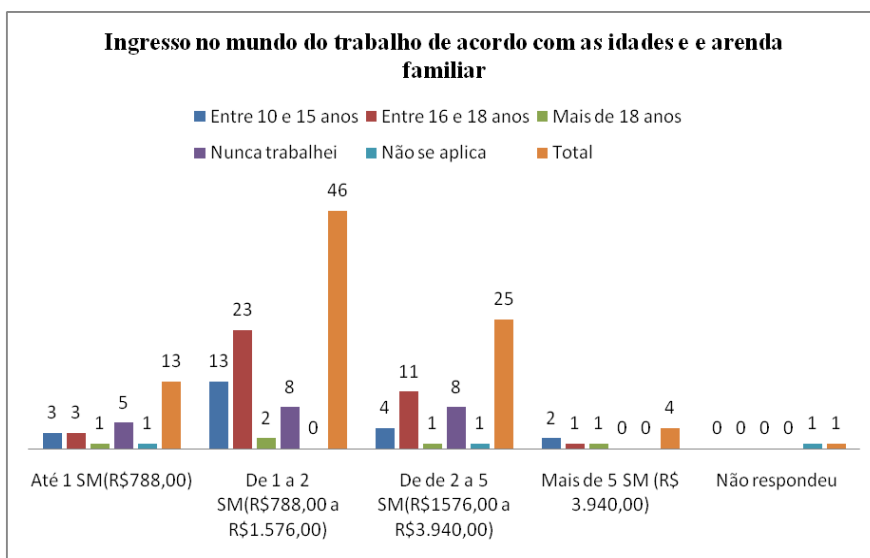
*Fonte: Pesquisa juventude do Ensino Médio na Favela da Maré*

Cabe lembrar que estes jovens estão concluindo o Ensino Médio, logo o que normalmente surge de opção para esses é o ingresso no mundo do trabalho ou a continuidade nos estudos, ou os dois. Nesse sentido 50% dos jovens que ganham mais de 5 salários mínimos tinham emprego fixo, a outra metade, 25% só estudava e não procurava emprego e 25% não trabalhava mas procurava emprego. Mostrando os dados que apesar de ter uma renda um pouco melhor, não é ela que garante a exclusividade nos estudos. Por outro lado, quem possui uma renda mais baixa não era a maioria no grupo que ganhava até um salário mínimo, os alunos que só estudavam correspondem a 7,7% do grupo a maioria (46,2) não trabalhava, mas procuravam emprego.

Santos (2013) ao estudar a renda per cápita das pessoas por domicílios da favela estudada, observou que dos 41.750 domicílios existentes, 13.436 viviam com ½ salário mínimo e 15.521 vivem com 1 a 2 salários mínimos, e que no geral as famílias são compostas de 2 a 3 pessoas, com exceção das localidades do Parque Maré, Roquete

Pinto, Conjunto Bento Ribeiro Dantas e Nova Maré, onde a média é de 4 pessoas por domicílios. Ainda trabalhando os dados para entender a dinâmica de entrada no mundo do trabalho, ao inserir as faixas etárias os gráfico foi:

**Gráfico 07 – Distribuição das idade de ingresso no mundo do trabalho de acordo com a renda familiar**



Fonte: Pesquisa juventude do Ensino Médio na Favela da Maré

Chama a atenção no gráfico que as faixas etárias mais jovens (10 a 15 anos) ocupam todas as rendas, mas ela não é predominante na renda de até um salário mínimo, ela é predominante na renda de até dois. Do mesmo modo que ela aparece nas famílias que ganham mais de 5 salários. Os jovens que nunca trabalharam também aparece também aparece na renda de até 1 salário mínimo. Podemos assim dizer, que existe uma composição muito heterogênea na escola quando nos referimos a renda e entrada no mundo do trabalho e que os alunos que conseguem chegar concluir a educação Básica tem uma renda que varia de uma a dois salários mínimos.

Ainda sobre o perfil desses jovens, vale ressaltar a relação com o território. Percebemos que 85,4% deles nasceram no município do Rio de Janeiro e 5,6% na região do Nordeste do país e 2,2% nos outros estados do sudeste. E interessávamos saber também em que comunidade da Maré estes jovens moravam.

**Tabela 14 - Em que comunidade da Favela da Maré você mora atualmente**

Em que comunidade da Favela da Maré você mora atualmente?		
Comunidade	Quantidade	Porcentagem (%)
Baixa do Sapateiro	3	3%
Parque Maré	1	1%
Nova Holanda	48	54%
Parque Rubens Vaz	6	7%
Parque União	25	28%
Praia de Ramos	1	1%
Não moro só estudo	2	2%
Não respondeu	3	3%
Total	89	100%

*Fonte: Pesquisa juventude do Ensino Médio na Favela da Maré*

Parte significativa (89%) dos jovens morava em comunidades próximas a escola, como é o caso dos que declararam morar em Nova Holanda, Rubens Vaz e Parque União, o que nos leva a supor que a proximidade com a escola interfere na conclusão do Ensino Médio, pois se pegarmos a trajetória em relação ao mundo do trabalho onde parte significativa está trabalhando ou procurando emprego.

Entretanto, não podemos deixar de abordar a ausência de jovens de outra comunidade na escola, estão sem desconsiderar a fácil mobilidade dos alunos acreditamos que não seja essa a marca da “ausência” de alunos de outra comunidade na escola. Mas sim, o fato da Maré ser uma favela que “abriga” em seu território os diversos grupos criminosos armados<sup>74</sup>, como o Comando Vermelho (CV), Terceiro Comando (TC) e a Milícia.

E essa presença das facções incide diretamente na vida escolar dos alunos da escola estudada, mas também na vida dos outros alunos de toda a favela. Seja pelos

---

<sup>74</sup> - A distribuição dos grupos criminosos armados na Maré está configurada da seguinte forma: Comando Vermelho que atuam no Parque União, Rubens Vaz e Nova Holanda; o Terceiro Comando localizado em Conjunto Esperança, Vila do João, Vila do Pinheiro, Conjunto Pinheiro, Conjunto Bento Ribeiro Dantas, Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro e Nova Maré. E por fim as Milícia que estão localizadas na Praia de Ramos e Roquete Pinto. Para saber mais sobre a atuação deste na favela, ver o livro, *O Contexto das Práticas Policiais nas Favelas da Maré: a busca de novos caminhos a partir de seus protagonistas*. Eliana Sousa.



tiroteios que acontecem entre as facções por disputa de pontos de drogas, ou dos traficantes com a polícia, essas práticas vem colocando em questão a presença desses alunos na escola, e o direito desses alunos de estudar, pois na maioria das vezes em que ocorre o tiroteio, as escolas são fechadas. Da mesma maneira, os alunos que são de comunidades rivais acabam tendo que ir estudar em outra escola fora do seu território, por medo de serem vítimas das disputas pelo controle das comunidades. Então, morar perto da escola em uma comunidade “não hostil” faz diferença.

Até aqui percebemos que existe uma heterogeneidade, no que se refere aos jovens da escola pública do Ensino Médio, em especial da favela, onde se percebe que embora a condição social desses jovens não seja de todo favorável, eles ainda formam o grupo com condições sociais um pouco melhores e que suas trajetórias escolares não são marcadas por evasões e nem repetências. Mas se notarmos que se tratava de uma turma do último ano do Ensino Médio, e que o questionário fora aplicado na última semana do ano letivo, teremos uma pista de quem consegue concluir a etapa do Ensino Básico na favela da Maré.

### **3.4 - Os projetos dos jovens do Ensino Médio de uma favela carioca**

A fim de levantar quais são os Projetos de Vida dos jovens da Maré que se encontram na última etapa do Ensino Médio, entendendo que eles são projeções em relação ao futuro, perguntamos a eles: “**Diga em poucas palavras o que você gostaria de estar fazendo daqui a 10 anos?**”. Optamos por essa pergunta, a fim de criar com eles uma proximidade, onde eles pudessem perceber que estávamos interessados em suas trajetórias. E dos 89, apenas cinco não responderam.

Como se tratava de uma questão aberta, em cada resposta havia uma quantidade expressiva de atividades do que gostariam de estar fazendo no futuro, sejam elas relacionadas à educação, profissionalização e entrada no mundo do trabalho, constituição familiar, moradia, lazer, consumo, e em relação à sociedade de modo geral. Sendo assim, categorizamos as respostas em educação, trabalho, família, e as projeções para além das realizações relacionadas à vida individual deles mesmos.

Ao analisar o conjunto de respostas em relação à projeção da constituição familiar criamos algumas categorias, sendo ela, “**Família**”, onde se compreendeu aqueles que projetavam estar em família e dar uma vida melhor para ela, porém não expressavam se era a família de origem ou a família que viriam a construir. E como as

respostas não foram claras, e a família apareceu, achamos válido categorizá-la, como o exemplo do caso de uma jovem que escreveu que gostaria de estar: “*Formada em algo que goste, viajando, dando uma vida confortável para minha família*”. Mas não nos especificou de que família se tratava. Agora, no caso dos que gostariam de estar casados e com filhos, entendemos como “**família nos moldes tradicionais**”, e assim o nomeamos. Neste caso, as respostas tinham características semelhantes à seguinte: “*Trabalhando e morando em minha casa própria com meus filhos e marido*”.

Nos **casos de** respostas como: *gostaria de estar cuidando do filho*, e estas não expressaram se estariam casadas, solteiras ou em união estável, utilizamos a categoria **Outros**. Por fim, a partir da resposta: “*Ser independente e formada, morando em residência própria e ser fluente em pelo menos dois idiomas. Ou tornar-me profissional de long borg e servir o serviço militar*” onde os jovens não mencionam futuras formações familiares, designamos a categoria **Não informou**.

E ao analisarmos as categorias, nos deparamos com um conjunto expressivo de respostas onde estes não projetavam formações familiares, ou seja, dos 84 jovens que responderam a questão 83,3% estavam localizados na categoria Não informou. Nesse sentido, fomos analisar as resposta de acordo com as faixas etárias, de modo que a tabela obtida agrupa-se:

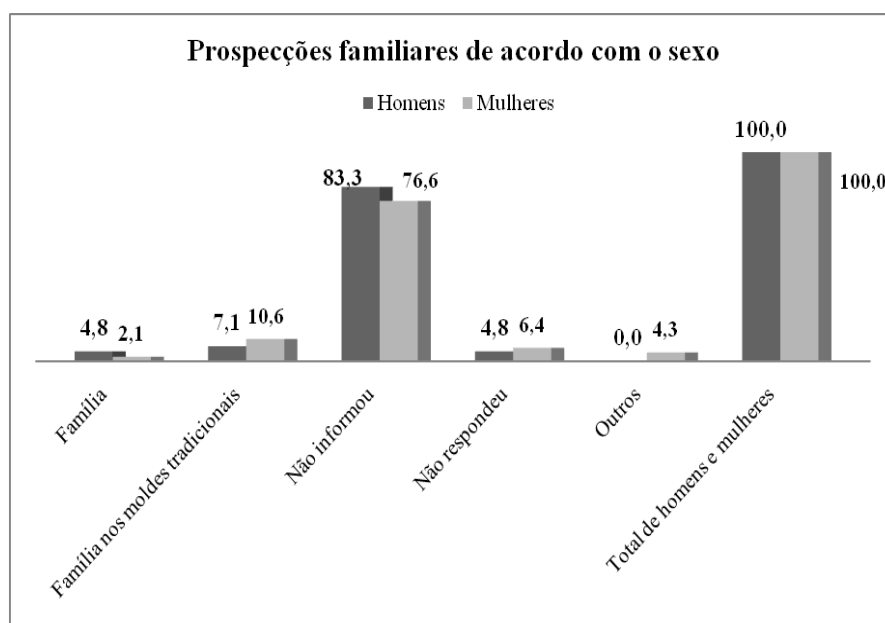
**Tabela 15 - Prospecções familiares de acordo com as idades dos jovens**

Prospecções em relação à constituição familiar de acordo com as idades								
Modalidades	16 Anos	17 Anos	18 Anos	19 Anos	20 Anos	21 Anos	22 Anos	Total
<b>Família</b>	0	0	1	1	1	0	0	3
<b>Família nos moldes tradicionais</b>	0	2	5	0	1	0	0	8
<b>Não informou</b>	1	11	33	12	7	4	3	<b>71</b>
<b>Não respondeu</b>	0	0	2	1	1	1	0	5
<b>Outros</b>	0	1	0	1	0		0	2
<b>Total</b>	1	14	41	15	10	5	3	89

Fonte: Pesquisa juventude do Ensino Médio na Favela da Maré

Os alunos mais jovens até mencionam a família, mas apenas dois jovens que se encontravam na faixa etária de 17 anos desejavam ter uma família nos “moldes tradicionais”. Os jovens de 18 anos aqui, que formam a maioria dos pesquisados, estavam na categoria **não informou**, entretanto numa composição de faixa etária versus a categoria aqui mencionada, eram eles, os jovens de 18 anos que mais projetavam constituir uma família nos moldes tradicionais. Entretanto, a categoria **não informou** é predominante, por isso cruzamos os dados de acordo com o sexo e observamos que entre os sexos a diferença era pouca, porém são as mulheres que tendem mais a projetar a constituição familiar, que os homens.

**Gráfico 08 – Percentual das prospecções familiares de acordo com o sexo**



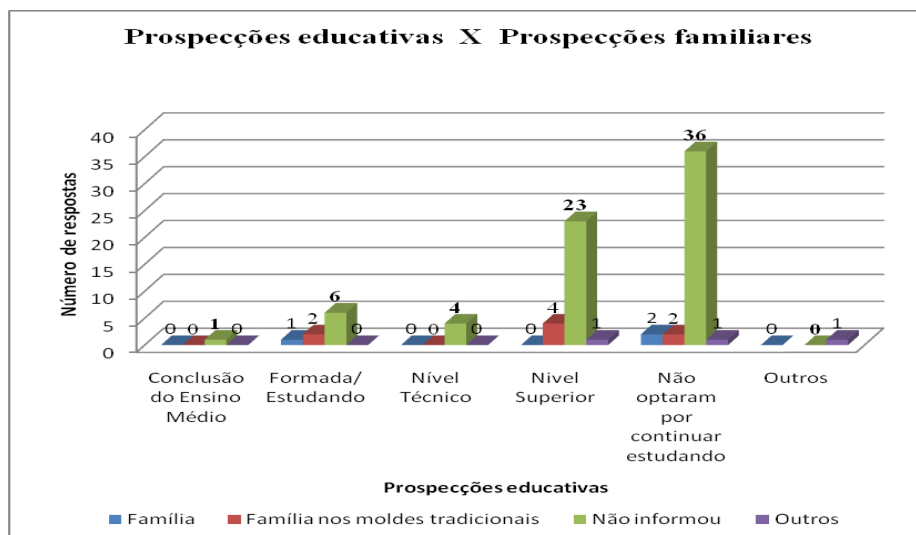
Fonte: Pesquisa juventude do Ensino Médio na Favela da Maré

Por uma questão de intuito de pesquisa verificamos se eram os jovens que já tinham filho que projetavam constituir família. E mais uma vez nos surpreendemos, visto que nenhum dos jovens que tivera a sua juventude marcada pela experiência precoce de paternidade ou maternidade projetava constituir família no modelo tradicional. Esses estavam na categoria Outro, neste caso duas jovens mulheres e o restante encontravam-se na categoria **não informou**, com 6 (1 homem e 5 mulheres), e um não respondeu.

Entretanto, é preciso cuidado, pois isso não significa dizer que os 71 jovens que não projetavam sua futura formação familiar estejam visualizando estar sozinhos no futuro, ou não queiram mais a frente constituir uma família. A questão que aqui aparece,

é; os jovens parecem estar mais preocupados com seus futuros educacionais e profissionais, do que com a constituição familiar, como veremos mais adiante.

**Gráfico 09 – Número de prospecções educativas X prospecções familiares**



Fonte: Pesquisa juventude do Ensino Médio na Favela da Maré

Mas esses dados não são exclusivos desta pesquisa, ele também apareceu na pesquisa “Agenda Juventude Brasileira: pesquisa nacional sobre o perfil e opinião dos jovens brasileiros.” Onde dentre as preocupações dos jovens estão à relação com o emprego e com os estudos.

Entre os aspectos de suas vidas apontados pelos jovens como importante para se sentirem realizados, o emprego/trabalho representa 48%, seguido pelos estudos e realização financeira, com 30% e 25% cada uma. Só então aparece a moradia e a família com 22% e 13% das respostas dos jovens. (Secretária Nacional de Juventude, 2014,p.68)

É verdade que os jovens do Brasil de nossa pesquisa estão dedicando mais atenção a elevação da escolarização e ao mundo do trabalho do que a constituição familiar. Mas também é verdade que a instituição família vem sofrendo, num longo processo histórico, os impactos políticos, econômicos e culturais do sistema capitalista, afetando assim a sua centralidade. Mas como nos disse Francine Helfreich Coutinho Santos; “ (...) tratar a família como fonte privilegiada de proteção social, torna-se um equívoco quando não se considera que a mesma está inserida em uma determinada classe social.” (2007:51). Isto é; as juventudes, em especial as juventudes pobres diante das condições sociais frágeis vão quase que automaticamente à busca, de outras instituições que lhes possam prover à vivência da juventude, e conseqüentemente a preocupação com as formas de organização familiar se torna secundária e propicia a

mutações.

As categorias expostas no gráfico acima, sobre educação, foram feitas por nós, seguindo o mesmo raciocínio daquele seguido nas prospecções familiares. Nesse sentido, criamos a categoria **Formado ou Estudando**, que expressa o desejo de ter concluído o ensino médio e estar formado em alguma área, porém as respostas não nos oferecem pistas se é obtendo um ensino técnico ou uma graduação, pois projetavam estar formados em uma determinada área de interesse, como foi o caso de um jovem que gostaria de estar aprendendo contabilidade e não nos informou como se dará essa forma de aprendizado, pois o título de contador, pode vir por meio do ensino técnico ou superior.

Em relação ao **Nível Técnico** compreenderam-se as respostas onde eles disseram que queriam ser técnico em alguma área, aqui no caso, uma jovem expressou o desejo de ser enfermeira, e outro fotógrafo. **As prospecções no Nível Superior** foram delimitadas por aqueles que disseram explicitamente que gostariam de estar fazendo uma faculdade e formados em algo específico, como por exemplo, nos disse uma jovem que seu desejo era estar formada em arquitetura, e outra em Serviço Social. **A Conclusão do Ensino Médio** não expressava continuidade nos estudos, já que apresentava apenas o desejo de estar “formado”.

A categoria **Optaram por não continuar estudando**, é constituída por aqueles que pelos menos daqui a 10 anos, não se vêem dando continuidade aos estudos, isso ocorria, de modo geral com aqueles que já tinham feito ou faziam algum curso e pretendiam ir direto para o mercado de trabalho exercer o que aprenderam nos cursos, ou por aqueles que pretendiam ir para o serviço militar. Nesse grupo um jovem nos disse que gostariam de estar fora do Brasil morando na Califórnia, e outros com seus próprios negócios, entretanto isso não significa dizer que eles não possam vir a mudar de idéia. E por fim, criamos a categoria **Outros**, que surgiu a partir de uma única resposta de uma jovem, onde ele expressava o desejo de ser rica, mas não disse como. Isto é, não nos informou se iria estudar para isso, ou mesmo ter uma atividade laboral que permitisse ser rico. Sendo assim o quadro que tivemos foi:

**Tabela 16 - Diga em poucas palavras o que você gostaria de estar fazendo daqui a 10 anos?**

<b>Diga em poucas palavras o que você gostaria de estar fazendo daqui a 10 anos?</b>	
<b>Modalidades educativas</b>	<b>Quantidade de</b>
Conclusão do Ensino Médio	1
Formada/ Estudando	9
Nível Técnico	4
Nível Superior	28
Optaram por não continuar estudando	41
Não se aplica, pois não responderam a questão	5
Outras	1
Total de respostas	89

*Fonte: Pesquisa juventude do Ensino Médio na Favela da Maré*

Cabe salientar que existe uma diferença entre as categorias Conclusão do Ensino Médio e Formado/Estudando, como já expusemos, mas para uma melhor entendimento da categorização que fizemos trouxemos o conteúdo das respostas, a fim de que possam compreender a diferença entre elas.

**Tabela 17 - Categorização da questão: projeto de vida referente à educação referente a formado/ estudando e conclusão do Ensino Médio**

<b>Categorias criadas segundo a resposta dos jovens</b>	
<b>Respostas</b>	<b>Categorias</b>
Formada em algo que goste, viajando, dando uma vida confortável para minha família	Formado/ Estudando
Ser independente e formada, morando em residência própria e ser influente em pelo menos dois idiomas	Formado/ Estudando
Está formando na minha areá.com uma família formada	Formado/ Estudando
Casar, formando em administração e curtindo	Formado/ Estudando
Trabalhando em contabilidade	Formado/ Estudando
Gostaria de estar formada em administração, trabalhando com gestão de empresa	Formado/ Estudando
Estudando e trabalhando	Formado/ Estudando
Formada na profissão que sempre tive interesse na área	Formado/ Estudando
Aprendendo Contabilidade	Formado/ Estudando
Formada	Conclusão do Ensino Médio

*Fonte: Pesquisa juventude do Ensino Médio na Favela da Maré*

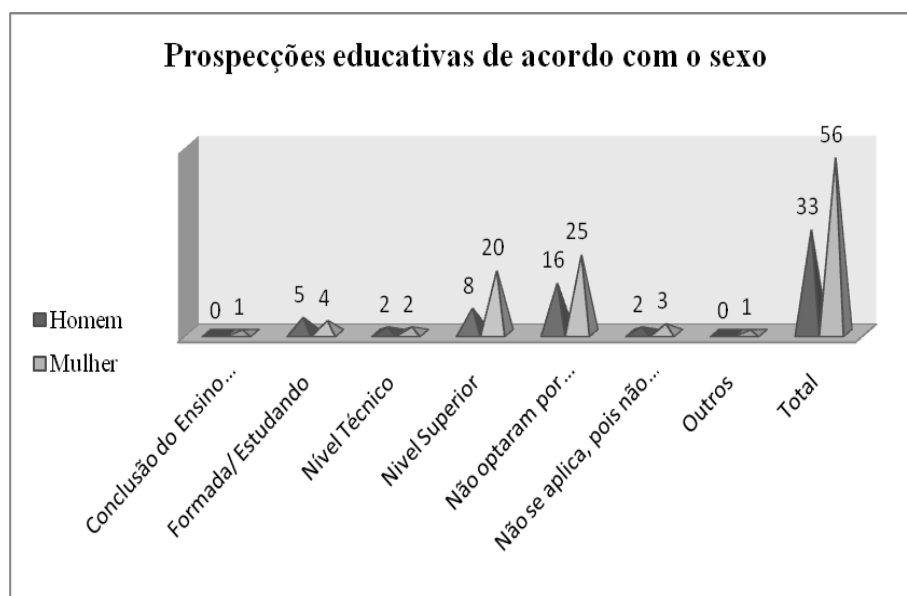
Analisando a tabela de prospecção educativa notamos que existe dois subgrupos, formados por aqueles que no futuro não projetavam a continuidade dos estudos (41

Optaram por não continuar estudando) e aqueles que pretendem avançar na formação ( 9 Formada/ Estudando, 4 Nível Técnico e 28 Nível Superior).

Sendo assim, o que faria distinção entre os grupos seria clareza com que aparentemente alguns deles têm em relação ao futuro, pois dentre dos que pretendem continuar estudando, 32 em 41, sabem nomear o tipo ou o patamar de formação que buscam. Portanto, nos parece que os sonhos vão ganhando substancialidades, com contornos aparentemente mais sólido ao projeto. Agora os outros 41 parecem estar ainda projetando o que desejam em relação ao seu futuro educacional. Como já dissemos aqui os Projetos podem mudar em função do cotidiano do jovem, mas também do que é exposto para ele. Então aqueles projetos que ganham materialidade podem elaborar “metas” e “estratégias” para que possam alcançá-los, enquanto os aparentam que não saber não podem elaborar porque ainda estão escolhendo.

Lembrando que o grupo é composto de 47 mulheres e 42 homens, ao separar por sexo, a fim de compreender as perspectivas educacionais de acordo com o gênero o gráfico organizou-se:

**Gráfico 10 - Prospecções educativas segundo o sexo declarado**



Fonte: Pesquisa juventude do Ensino Médio na Favela da Maré

É perceptível que o sexo feminino tende a projetar mais a elevação da escolarização, e de certa forma, nossa pesquisa passa a conversar com as pesquisas já mencionadas até aqui, aonde estas vem mostrando que as mulheres têm mais escolarização que os homens. Supomos que isso seja reflexo de uma estrutura social

onde os homens tendem a ir mais cedo para o mercado de trabalho. Além disso, o reflexo de uma sociedade machista faz com que haja a ocupação de cargos de trabalho distintos, onde das mulheres é exigido mais escolarização, que nem sempre vai se traduzir em melhores salários.

Há ainda outra questão: os processos de transição para vida adulta (saída da infância para vida adulta) não são lineares onde sua “não linearidade” é dada, normalmente, em função dos contextos sociais dos jovens, por isso,

El tiempo de transición de la pubertad a la vida adulta puede definirse como proceso, pero jamás como proceso lineal. No se trata de un espacio temporal de unos ocho o diez años de transformación gradual y continuada, de una metamorfosis lenta y progresiva. Hay fases y momentos claves determinantes en la biografía del joven y que son significativos en tanto que su resolución implica cambios de posicionamiento social. (CASAL, MASJOANYPLANAS, 1988, p.98)

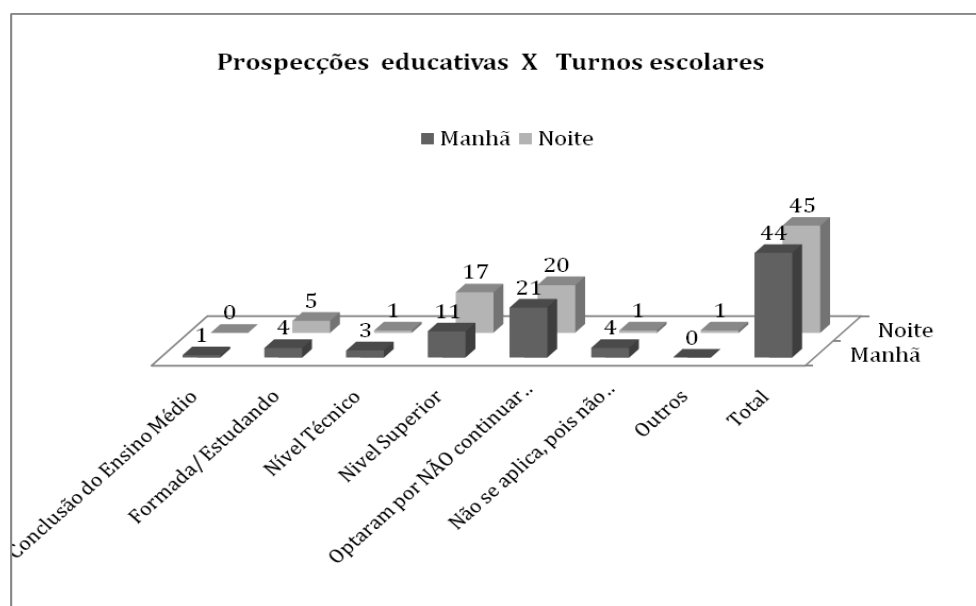
E as pesquisas que estudam transição para vida adulta, desde Carrochano (2008) vêm mostrando que o destino mais comum dos homens é o trabalho a partir dos 18 anos de idade dentre as classes populares. Esse dado não se distingue do conjunto das pesquisas sobre o tema.

Numa organização de turnos a escola abrigava o último ano do Ensino Médio nos turnos da manhã e da noite, sendo duas turmas à noite o que contabilizou 45 alunos e duas turmas no turno da manhã 44 alunos. Analisando os dados, notamos que na escola a noite havia mais mulheres que homens, mas não de forma expressiva a caracterizar o turno da noite como feminino, pois enquanto os homens eram 20, elas eram 25, já no turno da manhã a balança era equilibrada, pois tínhamos 22 homens e 22 mulheres.

As trajetórias escolares em relação ao turno eram discrepantes, pois foi no turno da noite que encontramos mais jovens repetentes, onde na trajetória da primeira fase do ensino fundamental (1º ao 4º ano) encontramos oito repetências e um abandono, enquanto no turno da manhã tínhamos seis repetências e 1 abandono. No Ensino Médio elas são quase um abismo, pois a repetências em relação aos turnos eram o dobro do ensino fundamental, onde foram encontradas 16 repetências no período da noite e 4 no período na manhã, e os 3 abandonos eram todos referentes ao período noturno. Mas apesar dessas distinções de trajetórias, eram os jovens que estavam no turno da noite que projetavam os níveis mais altos de escolarização. Diante disso, achamos relevante analisar os projetos de acordo com os turnos.



## Gráfico 11 – Prospecções educativas de acordo com os turnos escolares



Fonte: Pesquisa juventude do Ensino Médio na Favela da Maré

São os jovens que estudam a noite que ampliavam a projeção de ir para universidade, são eles também a maioria que já tinha exercido alguma atividade remunerada. Pois quando perguntamos: Você já exerceu alguma atividade remunerada? Dos 65<sup>75</sup> que disseram sim, 37 estudavam a noite, enquanto 28 estudavam no período da manhã. Ou seja, se o turno da noite tem mais projeções, ele também é quem acolhe os jovens que já tinham exercido alguma atividade de trabalho.

Sobre a questão do trabalho, também perguntamos qual era a sua relação atual com o mundo do trabalho. E num leque de seis opções: **1. Não, só estudo e não procuro emprego; 2. Não, mas estou procurando emprego; 3. Sim, tenho trabalho fixo; 4. Sim, faço bicos/biscates; 5. Sim, ajudo nos afazeres domésticos 6. Não se aplica.** A tabela se apresenta da seguinte forma:

## Tabela 18 - Prospecções educativas X inserção no mundo do trabalho

Prospecções educativas X inserção no mundo do trabalho

<sup>75</sup> - Os outros 24 alunos disseram que nunca haviam exercido alguma atividade remunerada, sendo 16 no período da manhã e oito à noite.

Modalidades Educativas	Não, só estudo e não procuro emprego	Não, mas estou procurando emprego	Sim, tenho trabalho fixo	Sim, faço bicos	Sim, ajudo nos afazeres domésticos	Não Respondeu	Nunca trabalhei	Total de respostas
Conclusão do Ensino Médio	1	0	0	0	0	0	0	1
Formada/ Estudando	1	2	3	0	0	0	3	9
Nível Técnico	0	2	2	0	0	0	0	4
Nível Superior	2	<b>10</b>	<b>14</b>	1	0	1	0	28
Optaram por não continuar os estudos	4	12	<b>10</b>	7	1	1	6	41
Não se aplica, pois não responderam a questão	0	3	1	1	0	0	0	5
Outros		1		0	0	0	0	1
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>9</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>9</b>	<b>89</b>

Fonte: Pesquisa juventude do Ensino Médio na Favela da Maré

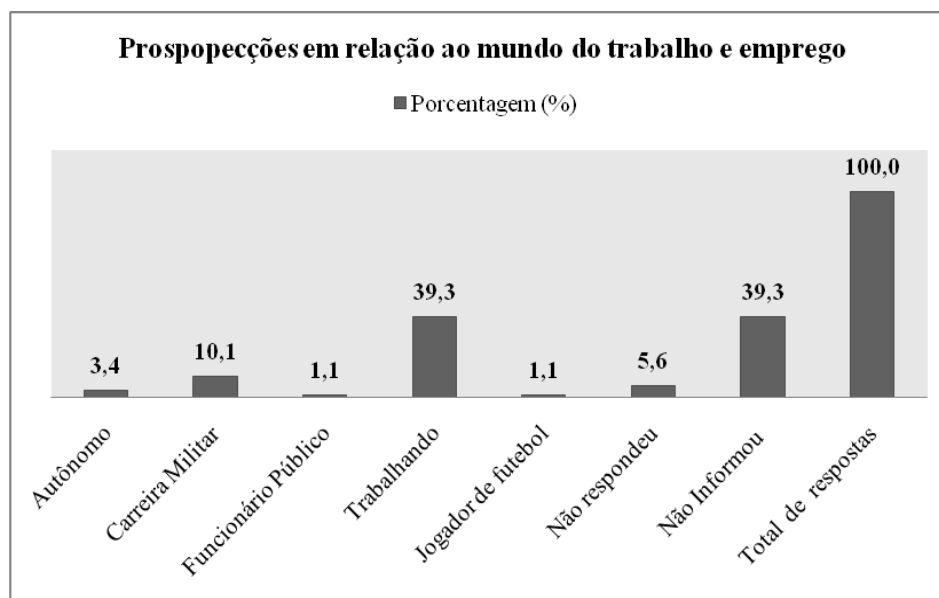
O que chama a atenção neste dado é o fato de justamente quem só estuda ter as menores prospecções, do mesmo modo, quem está inserido precariamente no mundo do trabalho ter baixas prospecções educativas. Não por acaso, 55,1% dos jovens projetavam e desejavam estar inseridos no mundo do trabalho, sejam como **Autônomo** aqueles que esboçaram o desejo de ter o seu próprio negócio, como foi o caso de um jovem que nos disse que gostaria de estar “*levando a sua empresa para fora do país*”, ou aqueles que disseram querer trabalhar para si.

Houve também os que almejavam ingressar na **Carreira Militar**, em alguma esfera das forças armadas do Brasil. Também houve os que apontaram o desejo de serem **Funcionários Públicos**. E apareceu também um jovem dizendo que queria ser **Jogador de Futebol**, mas a maioria como veremos no quadro abaixo enquadrava-se na categoria **Trabalhando**, ou seja, esses desejavam estar empregados, com um emprego que lhes garantisse estabilidade, como foi o caso de um jovem que gostaria de ser professor, mas não esboçou se na rede particular ou pública.

**Não respondeu:** Direcionaram-se aqueles que não responderam a questão desde o início. E **Não informou, constitui** aqueles que não nos deram sinais de que forma

desejavam estar inseridos no mundo do trabalho. São respostas em que aparecem outros desejos, tais como: estar viajando, fora do Parque União, morando na Califórnia, estar formado (a), ter uma vida financeira boa. E ao delinear as resposta em relação ao trabalho, o resultado obtido foi:

**Gráfico 12 - Prospecções dos jovens em relação a inserção no mundo do trabalho**

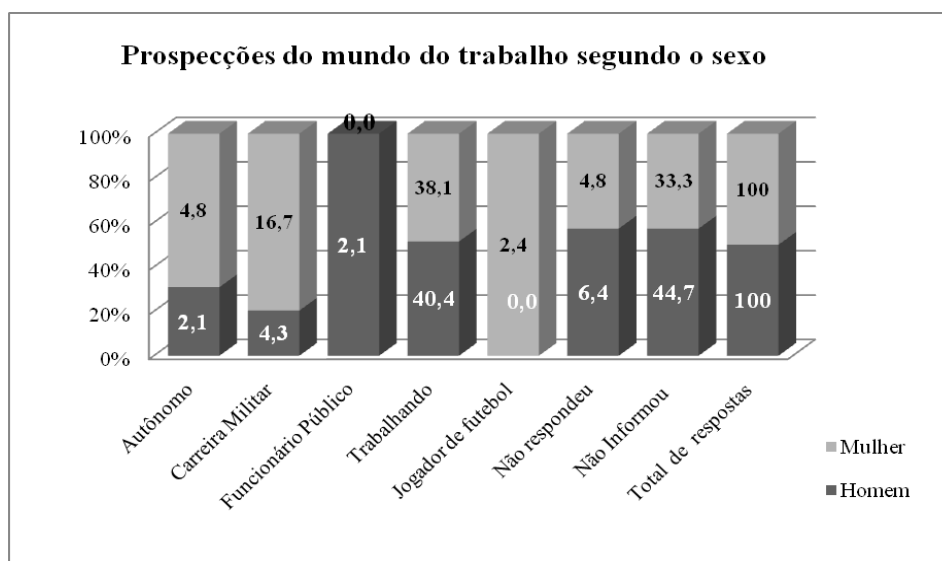


Fonte: Pesquisa juventude do Ensino Médio na Favela da Maré

Uma quantidade expressiva dos jovens aqui estudados está projetando a entrada no mundo do trabalho, de forma que são as mulheres, como veremos abaixo, quem mais uma vez despontam na pesquisa. E são elas que declararam ter o somatório<sup>76</sup> da renda mais baixa, pois do total de 47 mulheres, oito ganhava até um salário mínimo e 26 entre um e dois salários mínimos. Então, se são os homens que entram mais cedo no mundo do trabalho, sejam por conta da necessidade imposta pelas condições sociais ou pela busca da autonomia, aqui, as mulheres aparentam também serem empurradas para o mundo do trabalho. Sejam os motivos as suas condições sociais ou no caso daqueles que já são mães serem as responsáveis em prover o sustento de seus filhos

<sup>76</sup> - A questão da renda foi trabalhada da seguinte forma: Somando todas as rendas do domicílio, incluindo a sua, de quanto foi aproximadamente a renda familiar da sua casa no mês passado? E as respostas são: 13 jovens até 1 salário mínimos (R\$ 788,00) ( 5 homens e 8 mulheres); 46 jovens de 1 a 2 salários mínimos (R\$788,00 a R\$1.576,00) sendo (20 homens e 26 mulheres), 25 jovens de 2 a 5 salários mínimos (R\$1.576,00 a R\$3.940,00), 4 jovens mais de 5 salários mínimos (R\$3.940,00) e apenas um jovem não respondeu.

**Gráfico 13 - Projeções em relação ao mundo do trabalho de acordo com o sexo**

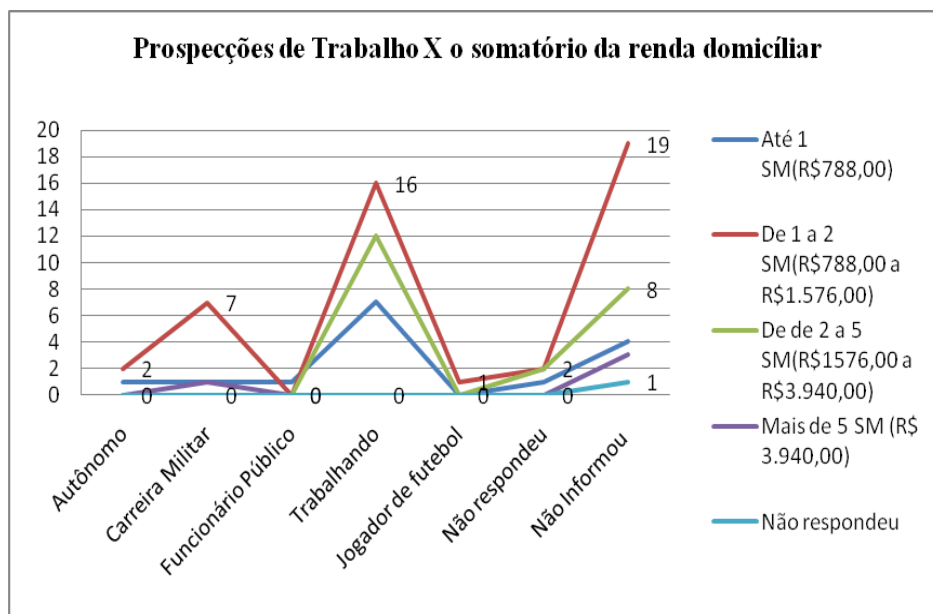


Fonte: Pesquisa juventude do Ensino Médio na Favela da Maré

Tentando compreender as respostas dos jovens que integram o Ensino Médio noturno, percebemos que eles “não estão de bobeira<sup>77</sup>”, ou seja, ainda que tenham uma trajetória escolar truncada, e apesar de se depararem com dificuldades econômicas, ou com as dificuldades de conciliarem trabalho e escola, eles voltam à escola na esperança que as certificações possam lhes proporcionar condições de vida melhor.

**Gráfico 14- Prospecções de trabalho X o somatório da renda domiciliar da família**

<sup>77</sup> - A expressão “não estão de bobeira” é muito utilizada pelos jovens, e ela quer dizer que ele está atento a questão. Então quando alguém diz: “não fica de bobeira” é: fica alerta.



*Fonte: Pesquisa juventude do Ensino Médio na Favela da Maré*

A renda tem sido um dos grandes motivadores que faz esses jovens retornarem a escola, e esse foi o argumento de 37% dos jovens do Ensino Médio do Brasil, quando indagados pelos motivos que os faz retornar à escola na pesquisa intitulada; *Juventude na escola, sentidos e busca: Porque freqüentam*<sup>78</sup>? Realizadas por Miriam Abramovay, Mary Garcia Castro e Júlio Jacobo Waiselfisz de (2015:69).

As condições econômicas aparente têm um efeito cascata, pois com pais com condições econômicas desfavoráveis, que se reverte em baixa escolarização, teremos jovens com dificuldades de projeções menos audaciosas como mostram o quadro abaixo.

**Tabela 19 - Escolaridade dos pais em relação à modalidade educativa dos Projetos dos Jovens**

<sup>78</sup> - A Juventude na escola, sentidos e busca: Porque freqüentam? Foi uma pesquisa realizada com 8.283 jovens de cinco unidades federativas, dentre elas o Rio de Janeiro. Os jovens pesquisados encontravam-se matriculados na Educação de Jovens e Adultos do ensino fundamental e médio, Ensino Médio regular, e alunos do Projovem Urbano.

Escolaridade dos pais em relação à modalidade educativa dos Projetos dos Jovens														
Modalidades	Conclusão do Ensino Médio		Formada/ Estudando		Nível Técnico		Nível Superior		Não optaram por		Não se aplica, pois não		Outros	
	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe
Não Alfabetizado	0	0	0	0	0	0	1	3	0	0	1	1	0	0
Alfabetizado	0	0	1	0	1	1	0	2	0	0	4	2	0	0
E. F.I	0	0	4	2	2	1	7	10	0	1	9	12	0	0
E. F.	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0
E.M.	0	0	0	3	0	1	4	4	0	0	1	5	0	0
E.M.	1	1	1	2	1	0	9	5	0	0	11	13	0	0
E.S.	0	0	0	0	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0
E.S.Completo	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Não soube responder	0	0	0	0	0	1	3	2	3	3	7	7	1	1
Não Fui	0	0	2	0	0	0	2	0	1	0	6	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>28</b>	<b>28</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>41</b>	<b>41</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

Fonte: Pesquisa juventude do Ensino Médio na Favela da Maré

É notório que quanto mais escolarizado os pais, mais os filhos tendem a optar pela continuidade nos estudos, tentando atingir os níveis mais altos de escolarização. Mas já apontamos aqui que os jovens tem uma escolaridade igual ou superior a dos pais, e que apenas 28% deles tinham alguém na família que havia entrado na universidade, sendo 56% da mesma geração que eles.

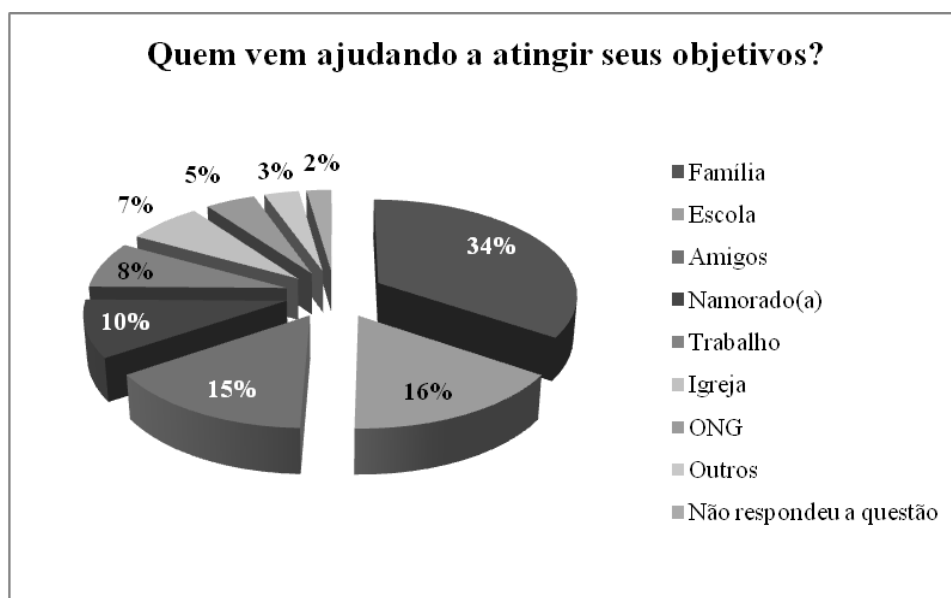
Ao perguntarmos quem vem ajudando a realizar esses sonhos, é a instituição família que aparece como a instituição que mais ajuda. E isso não ocorreu apenas aqui, ao analisar outras pesquisas como as de Souza (2011), Mandelli (2011) e Leão, Dayrell e Reis (2011) elas também aparecem. Todavia, é sabido que os pais dos jovens de favelas e das periferias urbanas no Brasil têm pouca escolarização e conseqüentemente isso se reverte no desconhecimento das burocracias para atingir os patamares mais altos de escolarização. Então por que sempre que fazemos pesquisas com jovens à família aparece como a primeira instituição?

Através dos projetos, os jovens entrevistados revelavam um sentido de obrigação em relação à família, **mas existia também a dimensão moral de uma retribuição aos pais pelo que já receberam ate então**. Nesse sentido, a família – e nela principalmente a mãe – aparecia **como uma instancia moral estruturada a partir do eixo do “dar, receber, retribuir”**, segundo

uma moral da reciprocidade (Mauss,1974), diante da qual os jovens sentem-se na obrigação de um dia retribuir pelo que fizeram a eles até então.( LEÃO, DAYRELL, REIS E BATISTA,2011,p.1076)

E se a família é sinalizada pelos jovens como uma das instituições importantes, pois são quem os ajuda, logo eles têm o desejo de retribuir o que fizeram por eles como nos mostra os autores, e em nossa pesquisa não foi diferente. Pois ao indagar aos jovens no questionário, quem vem ajudando a atingir seus objetivos<sup>79</sup>? A família é apontada com uma das principais instituições, vejamos o gráfico:

**Gráfico 15 - Quem vem te ajudando a atingir seus objetivos?**



*Fonte: Pesquisa juventude do Ensino Médio na Favela da Maré*

Cabe ressaltar que dos 34% que sinalizaram a família, o que equivale a 75 respostas, 26 apontaram a família como a única instituição que ajudava. E ao levantar quais eram as perspectivas dos 26 alunos que responderam, descobrimos que, são os jovens que desejam parar de estudar ao final do Ensino Médio que acabam tendo ou vendo na família a única instituição de apoio. Pois com pouca escolarização e com bases materiais frágeis eles parecem não conseguir ajudar seus filhos a pleitearem escolarizações mais altas. E é nesse sentido que outras instituições, como amigos e grupos de pares, aparecem como suporte, pois ao cruzarmos os dados a fim de observar

<sup>79</sup> - Nessa pergunta, o jovem podia marcar mais de uma opção, desta forma tivemos um total de 209 respostas e apenas cinco jovens não responderam.

a tabela de prospecções educativas e a relação com a família, fica notório que ela (família) não é predominante.

**Tabela 20 - Prospecções educativas X quem sinalizou que só a família ajudava na realização dos Projetos de vida**

<b>Prospecções educativas X quem sinalizou que só a família ajudava na realização dos Projetos de vida</b>			
Modalidade	Total de respostas	Só à Família	Porcentagem (%) só Família
Conclusão do Ensino Médio	1	0	0
Formada/ Estudando	9	3	3,4
Nível Técnico	4	1	1,1
Nível Superior	28	9	10,1
Optaram por <b>NÃO</b> continuar estudando	41	12	13,5
Não se aplica, pois não responderam a questão	5	0	0
Outros	1	1	1,1
<b>Total</b>	<b>89</b>	<b>26</b>	<b>29,2</b>

*Fonte: Pesquisa juventude do Ensino Médio na Favela da Maré*

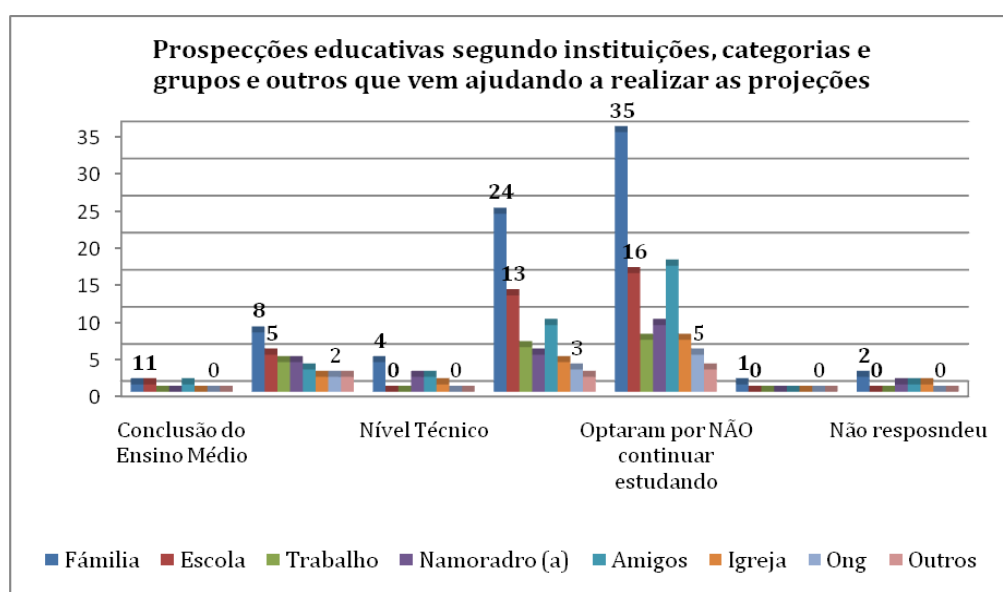
O quadro acima faz a distinção entre as prospecções educativas dos jovens que indicaram ter a instituição família como a única instituição que eles encontravam suporte. E isso não aconteceu em todas as categorias educativas aqui utilizadas, mas nem todos os jovens disseram que ela era a única fonte de suporte, é por isso, que no caso da prospecção da conclusão do Ensino Médio, assim como nas outras, a família não estava sozinha, pois o jovem sinalizou que quem o ajudava eram a família, a escola e os amigos. Nossa hipótese é, que ainda que a família seja suporte declarado pelos jovens como fonte importante para a projeção de futuro, talvez ela não seja significativamente importante para a escolha das estratégias de realização dos planos.

Por isso, a família não foi à única instituição apontada, pelos jovens, como o único suporte, outras instituições apareceram como suporte exclusivo, como por exemplo, **a escola** (2 nível superior, 1 que não optaram por continuar estudando) e a categoria **trabalho** (um jovem que projetava não continuar estudando). Do mesmo modo a “categoria” **namorado** (a) apareceu como o único suporte, e os jovens que apontaram compartilhavam das prospecções educativas anteriores.



Ainda estudando a “exclusividade” dos suportes, um jovem que desejava a acessar o nível superior, indicou a opção **outros**, como seu único suporte. Cabe destacar que nenhum jovem aqui estudado disse que a igreja ou as ONG’s eram as únicas instituições de suportes, essas apareceram sempre fazendo pares com outras instituições. E a partir da sinalização dos jovens organizamos uma tabela de prospecções educativas e instituições, categorias (trabalho), e grupos de pares:

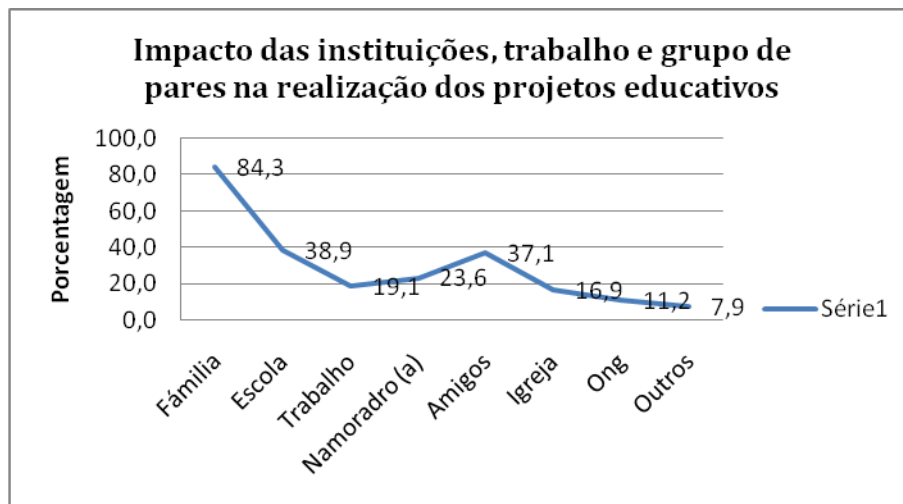
**Gráfico 16 – Prospecções educativas segundo as instituições, categorias e grupos de pares quem vem ajudando a realizar os objetivos**



Fonte: Pesquisa juventude do Ensino Médio na Favela da Maré

E em outro gráfico que fizemos a fim de compreender o impacto dos suportes mencionados elas se configuram assim:

**Gráfico 17 – Impacto das instituições, Trabalho e dos grupos de pares nos projetos de vidas ligados a educação**



O gráfico 15 é sinuoso, pois é aonde os jovens optam por parar de estudar que as instituições clássicas (família, igreja, escola) mais aparecem. E é preciso cuidado ao interpretá-lo, pois a forma como ele está configurada indica que quanto mais elas (instituições) são atuantes, mais elas se tornam expressivas. Mas é exatamente o contrário, pois quanto mais elas se mostram fragilizadas em atuar na organização e realização dos projetos de vidas, nesse caso educativos, menos os jovens optam por continuar os estudos e assim o desejo de concluir e adentrarem no mercado de trabalho se torna relevante.

E aqui não são apenas as mais altas prospecções educativas dos jovens que estão em questão, pois eles vão ser diferentes, já que os sujeitos sociais e às juventudes são diferentes. O que está em questão é o papel das instituições como mostra o gráfico 16, onde elas (instituições) parecem mostrar que os impactos políticos, econômicos e culturais gerados pelos sistemas capitalistas, estão colocando em questão a sua função, fazendo surgir projetos desiguais.

Nesse sentido as políticas, programas e ações que vem sendo desenhadas nos últimos 10 anos para a juventude se colocam em questão, visto que elas parecem não chegar até os jovens de favela, ou sendo mais específica aos jovens da Maré, mas se chegam, o impacto na trajetória dos jovens parece ser baixo. Mas, mesmo assim, eles parecem ser o suporte dos jovens, uma vez que ao perguntarmos aos jovens: Você frequenta ou frequentou outros cursos além da escola? O resultado obtido foi: 24% dos jovens não tinham feito nenhum curso e 76% já tinham feito ou estavam fazendo.

Entendemos por cursos as atividades educativas que por meio de aulas objetiva passar um conteúdo, elas podem ser feitas dentro ou fora da escola. Os cursos aqui apontados pelos alunos são cursos feitos fora da escola, e como os cursos eram diversos

e do universo de 76% dos jovens já tinham feito mais de um o que contabilizou 177 cursos feitos, resolvemos categorizá-los. De modo que 3,4 % dos 76% dos jovens faziam os **Cursos Livres**, e eles foram entendidos como cursos que não tem o objetivo de formar ou preparar para o mercado de trabalho, do mesmo modo, eles não preparam para concursos de continuidade nos estudos, são cursos como o de artesanato e grafite.

Em seguida representando 32,6% estão os cursos que nomeamos como **Curso de Preparação para o Mercado de Trabalho**, é aqueles que de alguma forma contribuem para qualificar os jovens na entrada do mundo do trabalho, como por exemplo, os cursos de informática, inglês ou cursos mais específicos como auxiliar administrativo, técnico de vendas, etc. Esses são cursos que se inserem na **Bolsa-Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)**, que **estão dentro de uma modalidade conhecido como Bolsa Formação Trabalhador**, “cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional” (FIC). (Cap.I, Art.3º inciso II)<sup>80</sup>.

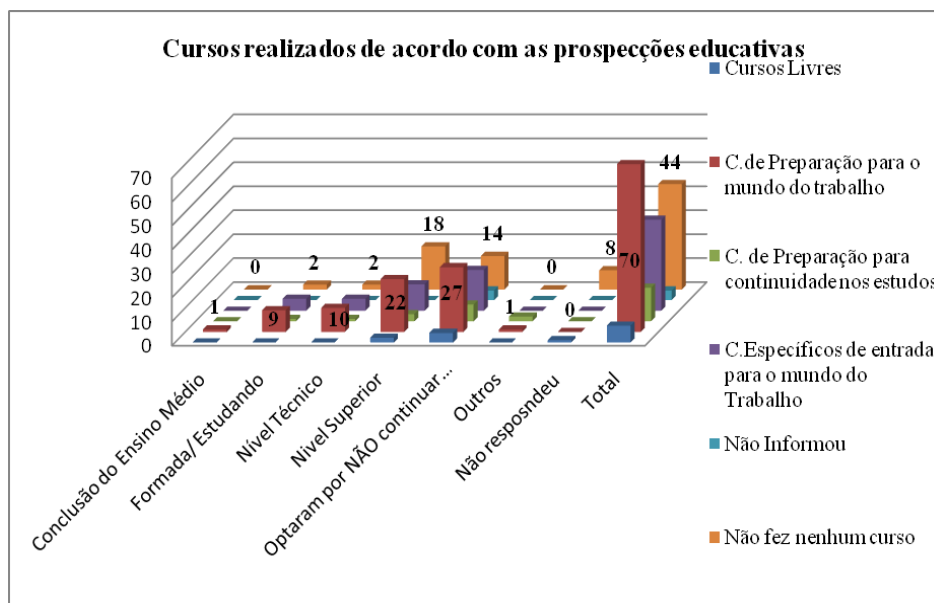
Mas há também os jovens que fazem **Cursos de Preparação Para Continuidade dos Estudos** e eles representam 9% dos 76%. E foram aqui compreendidos como os cursos que contribui para ingressar o ingresso do jovem carreira militar, ou cursos de preparação para entrada na Universidade. Também encontramos nesse universos os **Cursos Específicos de Entrada para o Mundo do Trabalho** como o jovem aprendiz, técnico em administração, web design, porteiro, ou seja, são cursos em que os jovens saem com uma profissão, mas eles não chegam ser um curso técnico e esse representou 29,2% dos cursos que os jovens fazem. E por fim, os jovens que fizeram cursos e não informaram qual curso, e estes são 1,1%.

Ao relacionar projetos educativos com cursos feitos o gráfico que obtivemos foi:

### **Gráfico 18 - Tipo e número de cursos realizados de acordo com as prospecções educativas**

---

<sup>80</sup> Para saber mais ver a Lei nº 12.513 de 26 de outubro de 2011 Cap.I, Art3º.



*Fonte: Pesquisa juventude do Ensino Médio na Favela da Maré*

O quadro é revelador, ele aponta que quanto menores são as prospeções educativas, menos cursos os jovens fazem. Todavia em todas as modalidades educativas os cursos de preparação para o mundo do trabalho aparecem, mostrando assim, que o campo de possibilidade dos jovens da escola de Ensino Médio é (considerado) restrito (por eles). Todavia, diante da análise feita sobre as instituições, nos parece que são os cursos que ajudam a ampliar o campo de possibilidade dos jovens.

Então não é por acaso que na descrição do que gostariam de estar fazendo daqui á 10 anos, para além das realizações relacionadas da vida individual deles mesmos, ou seja, os projetos relacionados à sociedade, que assistimos uma ausência desse tipo de projetos. Pois do total de 89 jovens apenas **dois** projetaram estar fazendo algo para além deles mesmos, tendo um dos jovens dito: *“Exercendo a profissão (administração ou engenharia) e realizando do meu grande sonho de construir uma ong para moradores de rua”* e outro: *“Colocando o hip-hop em altos lugares. (...) expandir essa cultura”*.

Esse dado parece nos revelar o que já viemos apontando aqui, que quando as as instituições clássicas como família e escola não conseguem dá suporte para elaboração e execução dos projetos são as outras que ajudam, como foi o caso dos do trabalho e dos cursos.

## **CONSIDERAÇÕES PARA UMA AGENDA DE PESQUISA**

Essa pesquisa teve como desafio levantar: “Quais são e a partir de que suportes são construídos os projetos de vida dos jovens do Complexo de Favelas da Maré que se encontram na última etapa do ensino médio?”. Para isso, esmiuçou-se o objetivo geral em sete questões que foram sendo expostas ao longo do trabalho. A primeira questão é “Se os jovens da Maré têm projetos vida, prospecções em relação ao futuro?”.

Foi preciso chegar a uma síntese sobre o que seriam as favelas, pois existem diversas abordagens teóricas sobre elas. Numa perspectiva liberal as favelas vão ser tratadas como fruto da ausência do Estado, percepção também do senso comum, onde ela é percebida (compreendida) pelo que não tem, ou seja, nessa concepção as favelas não teriam saneamento básico, equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, segurança pública e etc. E quase que conseqüentemente seus moradores vão sendo tratados também como os que não têm, faltando a eles uma série de códigos para viver em sociedade, como por exemplo, ausência de condutas civis. E vão sendo reduzidos a potenciais criminosos, ou como sujeitos que violam os códigos sociais. Nessa perspectiva, as políticas que são destinadas as favelas, são em sua maioria de cunho assistencialista, ou seja, surgem programas para “resgatar” a civilidade perdida com a ausência do Estado.

Tratar as favelas e seus moradores assim é no mínimo irresponsável, pois elas não são um fenômeno natural, já que elas surgem nas cidades a partir das necessidades concretas e objetivas dos trabalhadores que já moravam nas cidades e que migravam para os centros urbanos em busca de trabalho e não tinham moradia. As favelas, para nós, correspondem a um processo histórico, político e econômico muito complexo de apropriação desigual e combinada do capitalismo no espaço social das cidades, Farage (2012). Então as favelas se configuram como território desigual diante dos outros territórios da cidade, e essa desigualdade é fundamental para a sobrevivência do capitalismo.

Entretanto, isso não quer dizer que os moradores de favelas aceitaram, no processo histórico, essa lógica. Então se as favelas existem e sobrevivem até hoje, sua existência está diretamente ligada ao processo de organização de seus moradores pelo direito a moradia e aos direitos sociais. Agora, existe uma contradição, que também não é simples de entender, pois se os moradores organizam-se para lutar pelo direito de permanecer no território, isso não significa que o conjunto dos que estavam organizados, lutando pelos direitos descritos acima, construam estratégias para romper com o sistema.

Nesse sentido o Estado historicamente vem agindo para desmobilizar e fragmentar as instituições que os moradores criaram, ou seja, criminalizar as instituições e suas pautas. Talvez, o exemplo mais nítido dos últimos anos sejam as associações de moradores das favelas, onde estas foram perdendo sua importância política, o que se intensificou com a chegada dos grupos criminosos armados. Mas o fato é que eles existem até hoje, e essa não foi a única forma que o Estado encontrou para desmobilizar os grupos e as associações, pois como nos mostrou Burgos (2006) elas (associações) foram sendo captadas para dentro do Estado como “acessoras” do governo para assuntos relacionados a favela.

E ao invés dos conflitos políticos e da crítica ao Estado surge o diálogo, o apassivamento, e foi nesse sentido que Santos (2013) concluiu que a luta pelos direitos do conjunto das favelas, foi invertendo-se em uma luta por melhorias ao lugar, ou seja, parece que cada favela do Rio de Janeiro hoje luta pelas melhorias locais e não por melhorias do conjunto de favelas existente na cidade. Sendo assim, as associações de moradores e as outras instituições que vem atuando no território parecem mostrar-se frágeis para criar uma frente única de favelas, que possa vir a garantir direitos sociais para o conjunto de moradores de favela.

Apuramos que a despeito das questões socioeconômicas dadas pelo sistema capitalista, que atinge os territórios favelados de maneira profunda, este também atinge os jovens, que estão imersos no presente tentando viver sua juventude. O que nos faz compreender os jovens da favela como mais um componente das juventudes. Então é verdade que eles vivem a sua juventude de maneira desigual quando comparado as outras juventude, como por exemplo, as juventudes de classe média, em função do contexto social em que estão expostos gerando desigualdades na forma de viver a juventude.

Entretanto, existe uma parcela da juventude moradora de favela, que chamamos de juventude favelada que vem construindo uma identidade com seus territórios ou uma territorialidade nos termos de Haesbeart (2004). Esses vão nos mostrando uma apropriação em relação aos territórios em que vivem, e reverte-se em bandeira de lutas, os tornando mais um ator no cenário político, ou seja, os jovens favelados vêm ocupando os espaços onde se disputam a políticas, mas também estão inseridos na disputa por outros imaginários sobre sua juventude moradora de favela. Então, podemos dizer que os jovens da Maré têm projetos vida, prospecções em relação ao futuro. E mesmo que tenha o direito à moratória social negado eles constroem uma

forma de ser jovem e conseqüentemente projetos de vida.

A juventude de nossa pesquisa está no último ano do Ensino Médio, e também tem projetos de vida. Eles estão na faixa etária que corresponde de 16 á 22 anos, onde 46% deles têm 18 anos de idade, e se trata de um grupo de forte presença feminina onde 53% são mulheres e 47% são homens. Eles se declaram majoritariamente negros e pardos representando 66,3%, enquanto 29,2% brancos e 2,2 amarelo e 2,2 indígenas. E diferentemente do que comumente se imaginou encontrar no campo, apenas 10% deles tinham filhos, 90% são solteiros, apenas 2% casados e 6% estão em união estável. Em relação ao mundo do trabalho 73% deles já tinha exercido alguma atividade remunerada, onde atualmente 33,7% tinha trabalho fixo, enquanto 44,9% se encontravam desempregados e o restante nunca havia trabalhado.

A configurações familiares correspondem no máximo a 4 pessoas por domicílio, e seus pais tem uma escolarização baixa, chegando os jovens a superar a escolarização dos pais. A maioria mora na favela da Maré a mais de 10 anos e alguns desde que nasceram. Sendo que 53,9% moram na comunidade de Nova Holanda, 28,9% no Parque União, 6,7% no Rubens Vaz, 3,37% na Baixa do Sapateiro, 1,12% no Parque Maré. O que nos levou a conclusão que morar perto da escola em territórios marcados pela violência e disputa dos grupos criminosos armados é um indicador para compreendermos quem alcança a conclusão do Ensino Médio, em especial se tomarmos que a maior parte do universo mora nas comunidades Nova Holanda e Parque União.

Os jovens nos mostraram que constroem projetos e eles são variados, estão ligados à educação, ao trabalho, a família ou a sociedade como um todo. Com relação á educação, encontramos projetos que apontam para o desejo de ter no futuro um **Nível Técnico** ou **Nível Superior. Mas também a Conclusão do Ensino Médio**, seguida por aqueles que **não optaram por continuar estudando**, por desejarem ingressar direto no mercado de trabalho. Os projetos educacionais revelam desejos diferenciados, como é de se esperar, uma vez que os sujeitos são diferentes e vivenciam campo de possibilidades diferentes.

A entrada no mundo do trabalho foi feita pela maioria deles como apontamos acima, porém a preparação para o mundo do trabalho é dada, no geral, de forma higienista, onde à maioria das instituições pelas quais os jovens passaram ao oferecerem cursos de preparação para o mercado de trabalho em parceria com a rede SESI e SENAI não abarcam as áreas do conhecimento. E com o argumento truncado de “cidadania”,

tentam enquadrar os jovens num modelo que possa ser consumido. Isto é; elas dão aula de como se comportar, que roupa vestir ou que cabelo usar, como foi visto em uma das instituições (Associação Patrulha Jovem do Rio)<sup>81</sup> de qual um dos jovens fazia parte.

Entretanto, é a inserção nesses cursos que os ajuda a dar contornos mais claros para os seus projetos, assim como aconteceu com os projetos profissionais. Então podemos dizer que mesmo que eles estejam diante de cursos que tentam moldá-los é a inserção nestes espaços que contribui para que esses jovens construam seus projetos, ampliando assim o seu campo de possibilidade. Ou seja, não estamos negando as qualidades e funções dos cursos, mas estamos apontando o que vem ocorrendo com os jovens da escola. Cabe lembrar que estes jovens não estavam inseridos em outras redes, então é como se os cursos fossem o meio pelo qual passam a ampliar seus campos de possibilidade.

Ainda sobre a linha educacional perguntávamos se a escola, na sua função de partilhar conhecimentos, contribui na construção de projetos de vida, e vimos que não. Pois apesar de boa parte dos alunos estarem concluindo o Ensino Médio no tempo correto, e sua educação não ser truncada, com pouca repetência e abandono elas são muito frágeis, pois as escolas são de baixa qualidade e eles acabam tendo dificuldade em desenvolver as competências de cada etapa da vida, ou seja, as premissas da Lei de Diretrizes e Bases de Educação passa ao longe na Maré.

Não por acaso ao lançarmos a pergunta: Você acha que existe diferença entre as condições dadas aos jovens que moram em favelas e aqueles jovens que não moram em favelas para realização de seus projetos de futuro? Considerável parte dos alunos, 49,4% deles, disse que sim. Apontando a diferença entre classes sociais, distinguindo que há os que têm dinheiro e os que não têm e por isso apenas uma parte irá gozar de melhores condições educacionais, ou seja, os que podem pagar por ela. Nesse sentido a educação aparecia como uma denuncia, onde quanto mais elevada à posição social, maior o

---

<sup>81</sup> Segundo encontrado no site da instituição seu objetivo dentre outros é:” O principal objetivo da APAR é a inserção de adolescentes de ambos os sexos, entre 14 e 19 anos, que estejam regularmente freqüentando o ensino médio noturno, no mercado formal de trabalho, na condição de Estagiário ou Jovem Aprendiz. Todo o processo do jovem dentro da APAR, tanto no curso de formação como no estágio em uma das empresas parceiras, colabora para o desenvolvimento de uma série de aspectos psicológicos, econômicos e sociais tanto do jovem quanto de sua família. No entanto, esse não é um trabalho feito unilateralmente pela APAR, tendo em vista que também é observado o rendimento escolar do aluno, que deve ser satisfatório por todo o período do estágio. A cada período de 4 meses, a APAR oferece um curso preparatório ao mercado de trabalho para centenas de adolescentes em dois turnos, onde os jovens recebem instruções relativas à sua formação como Auxiliar Administrativo, como informática, relações humanas, higiene e saúde, entre outras matérias, o que possibilitou o reconhecimento pelo Conselho Estadual de Educação como uma Unidade de Ensino Complementar. Fonte: <http://www.apar.org.br> visitado em Dezembro de 2015.



patamar educativo.

Os jovens na escola estavam divididos no turno da manhã e da noite, onde o turno da noite se configura com as trajetórias escolares mais truncadas (repetência e abandono), no entanto, foi no turno da noite onde encontramos os jovens que mais projetavam dar continuidade nos seus estudos, mostrando que 51% deles, tinha mais clareza de seus projetos, já no turno da manhã representava 41%. Eles parecem denunciar o processo de universalização precária da escola da primeira e segunda fase do Ensino Básico, mostrando que a escola sozinha, é incapaz de contribuir para construção e realização dos projetos de vida desses jovens.

Tentando entender, chegamos a síntese de que o trabalho faz projetos de vida, pois com a inserção no mundo do trabalho, mesmo que antes do tempo, é que eles tomam mais clareza da qualidade de sua escola, e que se sua educação se restringir ao pegar o certificado, eles vão dançar.

Então, eles também colocaram que a posição social faz diferença nas formas de experimentarem a escolas, no caso, classificando como escolas boas aquelas que têm bons professores, bons equipamentos e aulas regulares. Já o inverso, classifica as escolas como ruins. No caso, eles de forma geral avaliavam a escola em que estavam concluindo o ensino médio como um equipamento educativo ruim.

Mas as diferenças não se esgotam na educação, elas apareceram na família, onde os alunos acreditam que as famílias com condições econômicas melhores podiam gerar melhor acesso á educação para os jovens. Nesse sentido a maior parte dos jovens da pesquisa projetavam níveis de educação maiores que de sua família nuclear do mesmo modo que ampliavam os horizontes para além da formação de família tradicional, eles estavam mais preocupados com o aumento da escolarização, com a entrada no mercado de trabalho. Então, podemos dizer que 41% dos jovens dessa pesquisa estavam procurando uma forma de mobilidade social, pois tinham conhecimento que seus territórios e suas escolas e sua família contribuíam pouco para realização e de seus projetos de vida.

Eles também apontaram a desigualdade de gênero, junto com a palavra preconceito, aonde o jovem homem de favela por se vestir e falar de uma determinada maneira acaba sofrendo preconceitos. E foi nesse sentido que a pesquisa viu que são as mulheres que mais projetam os futuros educacionais e profissionais, embora, estejam numa condição menos favorável que eles. Elas ganhavam as piores rendas, e eram as mulheres que tinham iniciado mais cedo a maternidade, entretanto eram elas que tinham

mais clareza de seus projetos educacionais e profissionais.

Outra questão que chama a atenção nessa pesquisa foi a desigualdade de raça/etnia que os jovens apontaram, e veio através dos jovens que se declararam pardos e negros, onde estes denunciavam que são vítimas de preconceitos, por causa da cor da pele e que esta, interferia nas oportunidades. Como nos disse um jovem de 20 anos auto declarado pardo: *“Por que para moradores de favela, há dificuldades desde a escola até a atração por drogas etc.”* e no que se refere aos jovens de fora da favela: *“Não são julgados por aparência. Não tem difícil acesso com os da favela.”* Ou seja, para eles (jovens da pesquisa) os jovens que não moram em favela têm acesso a bons equipamentos educativos e não são julgados pela forma como se vestem, não tem restrições dos sonhos, porque a condição social os permite escolher.

Por isso, ao demarcarem a diferença de oportunidades e acesso ao trabalho diziam que, quem tem mais dinheiro, tem o acesso mais fácil ao mercado de trabalho. O que não é impedimento para a sua projeção, como percebemos aqui. Neste caso, reconhecer as desigualdades é compreender qual o campo de possibilidade está dado para eles, e como podem criar estratégias para realizar seus projetos.

Outra questão que aqui se tentou apurar foi: Como os jovens PERCEBEM o território em que moram, e de que maneira essas percepções influenciam nos projetos de vida e futuro? Ou seja, como o território e a percepção sobre ele influi e viabiliza os projetos de futuro? De que maneira morar em um território que atualmente é controlado pelas forças de segurança do Estado e pelos grupos criminosos armados constrange ou não as possibilidades de projetar o futuro. A percepção é heterogênea como já apontamos aqui, e para eles os estigmas em relação ao território de favela afetam o campo de possibilidades, pois no geral, os jovens de favelas são compreendidos como vagabundos, ignorantes, apáticos, que não anseiam projetar a vida, etc. Além disso, apontaram para a diferença entre recursos e a qualidade dos equipamentos existente nos territórios.

Nesse sentido o território também faz Projetos de Vida, e se os projetos de vida se constituem como “devaneios”, sonhos e prospecções que os jovens fazem em relação aos seus futuros independentes de sua classe social, o território pode ajudar ou não a construir. No caso da Maré vem contribuindo muito pouco, pois se pudessem colocar algo no território que lhes ajudasse a realizar seus sonhos, colocariam escolas com melhores equipamentos, bons educadores, e que assim pudessem garantir-lhes uma boa conclusão para as etapas seguintes. Mas também escolas técnicas, faculdades, e na fala

de um jovem: *“uma universidade pública que desse mais chance aos moradores de favela”*. Cursos profissionalizantes ou não, mas que fossem gratuitos, de todos os tipos, e variados equipamentos educacionais. E como também pensam nas outras categorias etárias colocariam uma universidade, ou outros projetos que pudessem também aprimorar a educação dos adultos.

Todavia, as demandas não estão apenas no campo da educação, elas aparecem no desejo que seus territórios possam ofertar acesso ao mundo do trabalho seguido de geração de renda, equipamentos esportivos e de cultura. E salientam para necessidade de projetos e ações que ajudem a desconstruir a imaginário negativo que se tem sobre os jovens de favela. Cabe ressaltar que alguns dos desejos não afetavam diretamente os sonhos deles, mas os ajudariam a realizar. Como é o caso de uma jovem que tem filho e anseia por melhores equipamentos de saúde, no caso, ansiava para que nos postos de saúde tivessem pediatras. E outra, que desejava por creches e berçários, pois não podia frequentar determinadas instituições porque tinha que tomar conta da irmã.

Por fim, os jovens demandam por questões que atravessam o território e o direito a mobilidade, que tem conseqüências para realização nos seus Projetos. Eles apontam para indigência de integrar as comunidades, pois dado a disputa dos grupos criminosos armados, os jovens se sentem impelidos de circular entre uma comunidade e outra, logo não podem fazer cursos ou experimentar atividades culturais em outras comunidades por medo, além também da falta de aulas por conta dos tiroteios entre as facções rivais e a polícia.

Concluimos assim que os Projetos existem, e são de variados tipos, porém as antigas colunas (as instituições clássicas) para a sustentação dos sonhos são frágeis tanto na projeção como na realização, por isso, os jovens vão buscando outras, não sendo por acaso que o processo de transição para vida adulta dos jovens de favelas não se dê de forma linear. O que faz com que a juventude de favela esteja está aí, uns refazendo rotas para atingir seus projetos, outros mudando de projetos, e outros ainda escolhendo os projetos. Nesse sentido, se faz urgente uma agenda de pesquisa sobre as formas de transição para vida adulta com os jovens de favela, pois já sabemos que as desigualdades existem e que elas afetam a juventude de favela, mas não sabemos muita das vezes como.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABREU, Maurício de A. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

ABRAMO, Helena Vendel. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. Revista Brasileira de Educação.1997.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia e WASELFISZ,Júlio Jacobo **Juventude na escola, sentidos e busca: Porque freqüentam?** Brasília- DF: Flacso-Brasil,OEI,MEC, 2015.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino: **A Cidade pacificada: modernização, controle e hegemonia** In\_\_\_\_\_ Território e Ação: sentidos da apropriação urbana. Editora. Lamparina, 2010.

ARIÈS, Philippe, **Historia Social da Criança e da família**.2ed. Rio de Janeiro,2006.

BARBOSA, Jorge Luiz. Paisagens **da natureza, lugares da sociedade: A construção imaginária do Rio de Janeiro como Cidade Maravilhosa**. In\_\_\_\_\_. O novo Carioca. Org. Jailson e Souza e Silva, Jorge Luiz Barbosa e Marcus Vinicius Fautino. Rio de Janeiro: Ed. Mórula.2012.

BELTRAME, José Mariano. **Todo dia é Segunda-Feira**.Rio de Janeiro: Sextante,2014.

BRENER, Ana Karina. **“Militância de jovens em Partidos: Um estudo de caso universitário**.Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de doutor em educação.

BOURDIEU, Pierre. **A Juventude é apenas uma palavra**. In: \_\_\_\_\_. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BURGOS, Marcelo Baumann. **Dos parques Proletários ao Favela Bairro: As políticas Públicas nas favelas do Rio de Janeiro**. In\_\_\_\_\_.Um século de Favela.Org.Alba Zaluar e Marcos de Oliveira.5°.ed.Rio de Janeiro: Editora FGV,2006

CAMPOS, Andreilino. **Do Quilombo a Favela – a produção do “Espaço Criminalizado” no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2007.

CASAL. Joaquim, MASJOAN.Jose.Mª e PLANAS,Jordi. **Itinerarios y trayectorias Una perspectiva de la transición de la escuela al trabajo**. Revista Científicos Complutenses.Polytica e Sociedad.1988. Disponível em: <http://revista.ucm.es>.

CHAUI, Marilene. **Um convite à filosofia**.13°.ed. Editora Ática,São Paulo. 2008.

CANO, Ignácio. ‘Os donos do Morro’: Uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPS) no Rio de Janeiro. Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Laboratório de Análise da Violência (LAV-UERJ). 2012. Disponível em: Acesso em: 05 out.2013.

CARRANO, Paulo e DAYRELL, Juarez. Juventude e ensino médio: **Quem e este aluno que chega à escola**. In. Juarez Dayrell, Paulo Carrano, Carla Linhares Maia. In \_\_\_\_\_. (Org). Juventude e Ensino Médeio. Belo Horizonte: Ed.UFMJ,2014.

COIMBRA, Cecília M.B e NASCIMENTO, Maria Livia. **Jovens Pobres: O mito da periculosidade**. Livro Jovens em tempo real. Paulo Cesar Pontes Fraga e Jorge Atílio Silva Lulianelli (orgs)-DP&A,2003.

COSTA, Reginaldo Scheuermann. **O Centro de Ações Solidárias na Maré (CEASM) e a Nova Pedagogia da Hegemonia: tensões entre a militância e o ethos empresarial**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro,2010.

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social**. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Set /Out /Nov /Dez 2003 N. 24

\_\_\_\_\_. **A escola faz Juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil**. Edc.Soc., Campinhas, Vol.28,n.100 – Especial,p.1105-1128,out.2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

DINIZ, Eli. **Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro**. Paz e Terra, 1982.

FARAGE, Eblin Joseph. **Um olhar sobre a escola pública na favela - a inserção do assistente social**. Dissertação de mestrado apresentada do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da UFRJ.Rio de Janeiro,2006.

\_\_\_\_\_. **Estado, território e cotidiano no complexo de favelas da maré**. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação da Faculdade de Serviço Social, da UERJ.Rio de Janeiro, 2012.

FEIXA, Carles. **De jóvenes, bandas y tribus: antropología de la juventud**. Barcelona: Ariel,1999.

FILHO, João Freire e LEMOS, João Francisco. **Imperativos de conduta juvenil no século XXI: a “Geração Digital” na mídia impressa brasileira**. Comunicação mídia e consumo São Paulo Vol.5 N.13 P11-25 JUL.2008.

GROPPO, Luis Antonio. **Ensaio sobre a sociologia e história das juventudes modernas**.Edit. Difel.2000.

GUIA de políticas públicas de juventude Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006. 48 p.: il.

HAESBAERT, Rogério. **Território e multiterritorialidade:Um debate**. Uma primeira versão deste artigo, intitulada "Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade" foi apresentada no I Seminário Nacional sobre Múltiplas Territorialidades, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS, Curso de Geografia da ULBRA e AGB-Porto Alegre,em 23 de setembro de 2004.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" a multi-territorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAYERD, David. **Cidades Rebeldes: O direito à cidade à revolução urban.** São Paulo: Martins Fontes, 2014

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/censopopulacional2011](http://www.ibge.gov.br/censopopulacional2011)>. Acesso em: 15 abril. 2013.

INSTITUTO de pesquisa econômica aplicada. **Os parques proletários e os subúrbios do rio de janeiro: aspectos da política governamental para as favelas entre as décadas de 1930 e 1960** - Brasília : rio de janeiro : ipea , 2014.

LEITÃO, Gerônimo. **Dos barracos de madeira aos prédios de quitinetes: uma análise do processo de produção da moradia na favela da rocinha ao longo de cinquenta anos.** Niteroi. Edt. UFF, 2009.

LEÃO, Geraldo; DAYRELL, Juarez Tarcísio e REIS, Juliana Batatista. **Juventude, projetos de vida e ensino médio.** *Educ. Soc.*, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1067-1084, out.-dez. 2011.

LÖWY, Michael. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado.** Artigo publicado na revista *Actuel Marx*, 18, 1995. Tradução de Henrique Carneiro.

LUKÁCS, Gerog. **As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem.** O texto aqui traduzido, redigido no início de 1968 como base para uma conferência que deveria ser apresentada no Congresso Filosófico Mundial realizado em Viena (mas ao qual Lukács não pôde comparecer), foi publicado em 1969, em húngaro, sendo depois editado em alemão (1970) e em italiano (1972). 1972. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br>

MARX, Karl. **“O processo de produção do Capital.”** In: *O Capital – Crítica da Economia Política* Livro 1, vol 2. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001.

MARTINS, Silva André. **A direita para o Social: A educação da sociabilidade no Brasil Contemporâneo.** Juiz de Fora: UFJF, 2009.

MANHEIM, Karl. **O problema da Juventude na sociedade moderna.** 1967, pg. 75

MARGULIS, M. **La Juventud es más que una palabra.** Buenos Aires: Biblos, 1996. \_\_\_\_\_. **Juventude uma aproximação conceptual.** In: BURAK, S.D. (org). **Adolescencia y Juventud en América Latina.** Cartago: Libro Universitario Regional, 2001.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **Economia Política- uma introdução crítica.** Biblioteca Básica do Serviço Social. São Paulo: Editora Cortez, 2006

NOVAES, Regina. **Juventude e Sociedade: jogos do espelho sentimentos percepções e demandas por direitos e políticas públicas.** Disponível

em:<<http://www.antropologia.com.br/arti/colab/a38-rnovais.pdf>>Acesso em: Março de 2010.

NOVAES, 2009 Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição? / Organizadora Ana Amélia Camarano – Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

NÓBREGA JÚNIOR, Edson Diniz. **Memória e Identidade dos Moradores de Nova Holanda**. Rio de Janeiro: Redes da Maré,2012.

OLIVEIRA, Jane Souto e MARCIER, Maria Hortense. “**A palavra é favela.**” In\_\_\_\_\_. Um século de Favela.Org.Alba Zaluar e Marcos de Oliveira.5°.ed.Rio de Janeiro: Editora FGV,2006.

PAIS, José Machado. **A esperança em futuros sombrios**. Estudos Avançados,26.(75) 2012.Disponível.....

PEREGRINO, Mônica. **Trajetórias desiguais: Um estudo sobre o processo de escolarização pública dos jovens pobres**. Rio de Janeiro. Editora Garamond,2010.  
\_\_\_\_\_. **A fecundidade da noção de moratória (vital/social) para a análise das relações entre juventude e educação no contexto de massificação dos processos educativos**.

RUA, Maria Graça. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos**. 1998.....

RIBEIRO, Darcy. **O livro dos CIEP's**. Rio de Janeiro: Bloch, 1986

RODRIGUES, Andréia. **Labirinto do trafico: vidas,práticas e intervenções: Em busca de saídas possíveis**. Ed.- Rio de Janeiro: 7 letras, 2013.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Editora Edusp, 2007.

\_\_\_\_\_. **Pobreza Urbana**. São Paulo: Editora Edusp, 2009.

SANTOS, C.N Ferreira dos. **Em muitos anos passou muita água sob as pontes urbanas**.Espaços e Debates,4,1884.

SANTOS, Shyrlei Rosendo. **Detalhes capturados: um esforço de mapear a favela da maré tendo a juventude como ferramenta**. Monografia apresentada como exigência do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do grau de Pedagogo com habilitação em Licenciatura para o Magistério das séries iniciais.2013

SCHAFER, Murray. **O ouvido Pensante**. Editora Universidade Estadual Paulista, 2001.

SILVA, Eliana Sousa. **O contexto das praticas policiais nas favelas da Maré: a busca de novos caminhos a partir de seus protagonistas**. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em Serviço Social da PUC-RJ. Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Jailson Sousa. **Por que uns e não outros: caminhada de jovens pobres para universidade**. Rio de Janeiro: Editora Sete Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. **Um espaço em busca de seu lugar: as favelas para além dos estereótipos** In: Território – territórios, Niterói: Editora EDUFF, 2007.

SILVA, Jailson de Souza e BARBOSA, Jorge Luiz. **Favela- alegria e dor na cidade**. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, X Brasil, 2005.

SOARES, Luiz Eduardo. **Segurança tem saída**. Rio de Janeiro: Sextante,2006.

SOUSA, Eliana Silva.**Testemunhos da Maré**.Rio de Janeiro.Ed.Aeroplano.2012

SPOSITO, Marília; CARRANO, Paulo. **Juventude e Políticas Públicas no Brasil**. In: Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 24, p 16-39, set/dez.2003.

TEODÓSIO, Tatiana Santos Jung. **Espaço Maré: História, trajetória e desafios**. Dissertação do Programa de mestrado em estudos populacionais e pesquisa social interdisciplinar da Escola Nacional de Ciências e Estatísticas.(2006)

VALLA, Vicente Vitor. **Educação e favela**. Rio de Janeiro: Editora Vozes Limitada,1986.

VALLADARES, Lucia do Prado. (1980). **A propósito da urbanização das favelas**. Trabalho apresentado na XXXII Reunião Anual da SBPC,Rio de Janeiro.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela – do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VAZ, Liliam Fessler. História do bairro Maré: Espaço, tempo e vida cotidiana no Complexo de favelas da Maré. Apoio:SR-5/UFRJ e CNPq. Rio de Janeiro,1994.

VELHO, Gilberto. Projetos e metamorfoses: **Antropologias da sociedades complexas**. Rio de Janeiro.Edt. Jorge Zahar. 1994

VENTURA, Zuenir.**Cidade Partida**.São Paulo:Campinas.Edt.Letras.1994

WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade**. Rio de Janeiro: Editora Renavan, 2005.

\_\_\_\_\_. **As duas faces do gueto**. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.

WASELFISZ, Jacobo. **Mapa da Violência contra os jovens no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamdond,1998

WELLER, Vivian. **Jovens no Ensino Médio: Projeto de Vida e perspectiva de futuro**. In\_\_\_\_\_. (Org).Juventude e Ensino Médeio. Belo Horizonte: Ed.UFMJ,2014.

VALLA, Vicente Vitor. **Educação e favela**. Rio de Janeiro: Editora Vozes Limitada,1986

ZALUAR, Alba. e ALVITO, Marcos. **Um século de favela**. 5ª ed. Rio de Janeiro: editora FGV,2006



